



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 092 - Uf DCF Q, 09 DE MAIO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		3º SECRETÁRIO
José Sarney - (PMDB-AP)		João Vicente Claudino - (PTB-PI)
1ª VICE-PRESIDENTE		4º SECRETÁRIO
Marta Suplicy - (PT-SP)		Ciro Nogueira - (PP-PI)
2ª VICE-PRESIDENTE		
Wilson Santiago - (PMDB-PB)	SUPLENTE DE SECRETÁRIO	
1º SECRETÁRIO	1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP)	
Cícero Lucena - (PSDB-PB)	2º - João Durval - (PDT-BA)	
2º SECRETÁRIO	3ª - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE)	
João Ribeiro - (PR-TO) ¹	4ª - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)	

Notas:

3. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 29</p> <p>Líder Humberto Costa - PT</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 15 Humberto Costa</p> <p>Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann João Pedro Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias</p> <p>Líder do PR - 4 Magno Malta</p> <p>Líder do PDT - 4 Acir Gurgacz</p> <p>Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque</p> <p>Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata</p> <p>Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 27</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 19 Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner</p> <p>Líder do PP - 5 Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amelia</p> <p>Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão</p> <p>Líder do PV - 1 Paulo Davim</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB (9)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 11 Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁸⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾</p> <p>Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres (3,4)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾</p>
		<p>PTB - 6</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti</p>
<p>PSOL - 2</p> <p>Líder Marinor Brito - PSOL</p>	<p>PPS - 1</p> <p>Líder Itamar Franco - PPS</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira João Pedro Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo</p>

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.

Expediente	
<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 66ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 6 DE MAIO DE 2011	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados	
Nº 87, de 2011, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2008.	14393
1.2.2 – Comunicações da Presidência	
Realização de sessão especial na próxima segunda-feira, dia 9, às 11 horas, destinada a comemorar o centenário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, nos termos do Requerimento nº 337, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Srs. Senadores.	14393
Esclarecimento de que o prazo para apresentação de emendas à Medida Provisória nº 532, de 2011, esgotar-se-á em 10 do corrente, em virtude de retificação ao seu texto, publicada no Diário Oficial da União de 4 do corrente, e que os demais prazos permanecem inalterados.	14393
1.2.3 – Comunicações	
Do Presidente do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, comunicando a instalação daquele Conselho, bem como a eleição do Presidente e Vice-Presidente do referido colegiado. (Ofício nº 13/2011, de 4 do corrente).....	14393
Do Senador Roberto Requião, informando que, por um lapso, não registrou presença na sessão do dia 5 do corrente. (Ofício nº 68/2011, de 6 do corrente)	14394
1.2.4 – Pareceres	
Nº 235, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2010.....	14395
Nº 236, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2011.....	14398
1.2.5 – Discursos do Expediente	
SENADOR ACIR GURGACZ – Homenagem pelo transcurso, no próximo domingo, do Dia das Mães.....	14403
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Comentários acerca do papel da CPI do Tráfico de	
Pessoas, instalada recentemente nesta Casa; e outro assunto.....	14404
SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Congratulações ao governo federal pela recriação da Sudeco - Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.	14407
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI, como Líder – Manifestação em favor de uma nova redivisão territorial do País, cumprimentando a Câmara dos Deputados pela aprovação de projetos que criam os Estados de Tapajós e o de Carajás.	14411
SENADORA GLEISI HOFFMANN, como Líder – Elogios ao Banco Central pela condução da política monetária brasileira, principalmente no que diz respeito à adoção de medidas de controle inflacionário.....	14413
SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem às mães pelo transcurso, no próximo domingo, do Dia das Mães.	14416
SENADORA GLEISI HOFFMANN – Análise dos aspectos que envolvem a cobrança de pedágio nas rodovias brasileiras, cujos contratos necessitariam de reavaliação.....	14418
SENADOR LINDBERGH FARIAS – Considerações sobre o processo de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional; e outros assuntos.	14421
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Considerações sobre a importância da decisão do STF, ontem, de reconhecer a união civil estável para casais do mesmo sexo.....	14427
SENADOR WILSON SANTIAGO – Considerações sobre a necessidade de se combater o analfabetismo para promover autonomia econômica das famílias pobres.....	14429
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – RETIFICAÇÕES DE ATAS ANTERIORES	
Ata da 47ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 12 de abril de 2011, e publicada no Diário do Senado Federal nº 54, do dia subsequente.....	14434
Ata da 48ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 13 de abril de 2011, e publicada no Diário do Senado Federal nº 55, do dia subsequente.....	14436

Ata da 50ª Sessão, Não Deliberativa, em 15 de abril de 2011, e publicada no Diário do Senado Federal nº 57, do dia subsequente..... 14453

3 – ATA

3.1 – Ata da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião, realizada em 3 de agosto de 2010..... 14455

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS

SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 66ª Sessão, Não Deliberativa em 6 de maio de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Sra. Vanessa Grazziotin e dos Srs. Acir Gurgacz,
Mozarildo Cavalcanti e Lindbergh Farias*

(Inicia-se a sessão às 9 horas e 15 minutos e encerra-se às 12 horas e 30 minutos)

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O Senado Federal recebeu o **Ofício nº 87, de 2011**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando o envio à sanção do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2008.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 87/11/PS-GSE

Brasília, 5 de maio de 2011

Assunto: Comunica envio de PL à sanção

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foram aprovadas as Emendas de nºs 1 e 2 oferecidas por essa Casa ao Projeto de Lei nº 706, de 2007, da Câmara dos Deputados, que “Altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – Deputado **Eduardo Gomes**, Primeiro-Secretário.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se dia 9, segunda-feira, às 11 horas, destinada a comemorar o centenário da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, de acordo com o **Requerimento nº 337, de 2011**, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência comunica ao Plenário que o prazo para apresentação de emendas à

Medida Provisória nº 532, de 2011, que acresce e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências, encerrar-se-á no dia 10 de maio, em virtude de retificação ao seu texto, publicada no Diário Oficial da União do 4 de maio do corrente. Os demais prazos permanecem inalterados.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 13, de 2011**, do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, comunicando a instalação daquele Conselho, bem como a eleição do Presidente e Vice-Presidente do colegiado.

É o seguinte o Ofício:

Ofício CDJEM nº 13/2011

Brasília, 4 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência a instalação, em 3 de maio último, do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, criado pela Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009, para o qual tive a honra de ser eleito presidente.

Informo, ainda, que na mesma reunião foi eleito Vice-Presidente do Conselho o Senador Waldemir Moka.

Atenciosamente, – Senador **Armando Monteiro**, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 68/2011

Brasília, 6 de maio de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que não procedi, por lapso, ao registro de comparecimento no sistema eletrônico do Senado Federal, na sessão deliberativa ordinária da última quinta-feira, dia 5 do corrente, apesar de ter ocorrido por duas vezes ao Plenário da Casa.


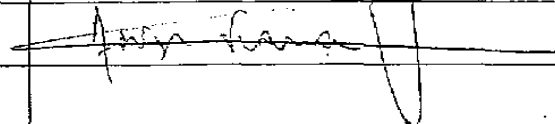
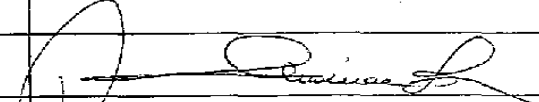
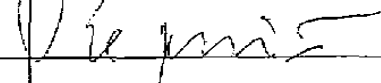

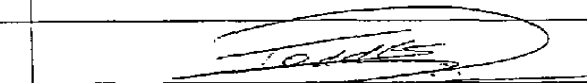

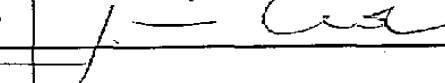
Inclusive, compareci à reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, hoje pela manhã, conforme cópia de lista de presença em anexo.

Solicito, por conseguinte, que sejam adotadas as providências administrativas cabíveis.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião** (PMDB/PR).

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 54ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE MAIO DE 2011, QUINTA-FEIRA, ÀS 10 HORAS, NO PLENÁRIO Nº 7 DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA.

SENADORES SUPLENTE	PARTIDO	ASSINATURA
DELCEÍDIO DO AMARAL	PT	
JORGE VIANA	PT	
LINDBERGH FARIAS	PT	
MARCELO CRIVELLA	PRB	
CLÉSIO-ANDRADE	PR	
ACIR GURGACZ	PDT	
RODRIGO ROLLEMBERG	PSB	
LOBÃO FILHO	PMDB	
ROMERO JUCÁ	PMDB	
ANA AMÉLIA	PP	
ROBERTO REQUIÃO	PMDB	
RICARDO FERRAÇO	PMDB	
EDUARDO AMORIM	PSC	
AÉCIO NEVES	PSDB	
CYRO MIRANDA	PSDB	
DEMÓSTENES TORRES	DEM	
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	
INÁCIO ARRUDA	PC do B	
VAGO		

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 235, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2010 (nº 736/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Panamá sobre Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Regimes Especiais, assinado na Cidade do Panamá, em 10 de agosto de 2007.

RELATOR: Senador DEMÓSTENES TORRES

RELATOR “AD HOC”: Senador ANIBAL DINIZ

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima ementado. Por conseguinte, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2010 (nº 736, de 2008, na origem).

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, em 8 de abril de 2010, após passar pelo crivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 994, de 20 de dezembro de 2007, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 341 (DJ/CJ/DAI/MRE - PAIN-BRAS-PANA), de 6 de novembro de 2007, do Ministro de Estado das Relações Exteriores, que informa que o Acordo, composto de dezesseis artigos, “foi firmado com o propósito de proporcionar às pessoas que se encontrem privadas de liberdade em razão de uma decisão judicial a possibilidade de, por meio de cooperação e assistência jurídica mútua, cumprirem a sua pena em um meio social e cultural com o qual estejam familiarizadas”.

O documento registra, por igual, que o Acordo “reflete também a tendência marcante, nos dois países, de respeito aos direitos humanos, que não são apenas normas e princípios universalmente reconhecidos, mas, principalmente, valores fundamentais do *modus vivendi* internacional”.

Cumprir registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O Acordo em apreço contempla matéria inserida nos domínios da cooperação jurídica internacional. Cuida-se, em derradeira análise, de cooperação que se dá com acentuado caráter humanitário ao permitir que o condenado cumpra pena em seu meio social e cultural. Nada mais justo, na medida em que a pena visa, também, à reinserção do sentenciado no convívio em sociedade.

Assim, os Estados membros da comunidade internacional deram início à negociação de tratados sobre transferência de pessoas condenadas, como maneira de possibilitar a reabilitação social de seus nacionais. No caso em análise, súditos de ambos os Estados — privados de sua liberdade como resultado de sentença penal condenatória definitiva — poderão cumprir pena em sua própria sociedade.

O texto acordado segue a linha de tratados celebrados pela República na mesma área temática, bem assim de atos internacionais de idêntica natureza celebrados por outras soberanias. Destarte, a pessoa condenada deve ser nacional do Estado recebedor e não pode ser sujeita a novo procedimento criminal pelos mesmos fatos que fundamentaram a condenação imposta no Estado remetente (art. 3º). Aspecto relevante em atos dessa natureza é a manifestação de vontade da pessoa a ser transferida (art. 4º).

Aspecto inovador diz com a possibilidade de a cooperação dar-se mediante a utilização de meios eletrônicos ou de qualquer outro que permita melhor e mais ágil comunicação entre as Partes (art. 8). Cuida-se de avanço importante que objetiva imprimir maior celeridade e afastar desnecessária carga burocrática para assuntos dessa natureza. O Acordo disciplina, ainda, a obrigatoriedade de o Estado recebedor respeitar a natureza legal e a duração da pena como determinado pelo Estado remetente (art. 11).

III – VOTO

Por todo exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional e legal, além de versada em boa técnica legislativa, voto pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2010.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 255, DE 2010****ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 05/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>F. Collor</i>	
RELATOR AD HOC: SENADOR ANÍBAL DINIZ	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANÍBAL DINIZ (PT) <i>Aníbal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT)	2 - JORGE VIANA (PT) <i>Jorge Viana</i>
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT) <i>João Pedro</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>F. Dornelles</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	VAGO

PARECER Nº 236, DE 2011

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2011 (nº 2.643/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos da Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e do Protocolo à Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, ambos concluídos na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, bem como o Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo.

RELATOR: Senador JORGE VIANA

I – RELATÓRIO

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 75, de 2011, cuja ementa está acima epigrafada.

Os textos da referida Convenção ou Convenção do Cabo; do Protocolo à Convenção, que é relativo a questões específicas ao equipamento aeronáutico; do Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo; e, por fim, das declarações que o Brasil deverá fazer quando aderir à Convenção e ao Protocolo foram encaminhados à apreciação do Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 808, de 9 de outubro de 2009, do Presidente da República. Nova mensagem, de nº 690, de 9 de dezembro de 2010, foi enviada com os textos revisados.

A mensagem presidencial é acompanhada de exposição de motivos do Ministério das Relações Exteriores.

A Convenção do Cabo tem por objetivo estabelecer regras claras para viabilizar a aquisição e a utilização de equipamentos móveis de alto valor ou de particular importância econômica, por meio de financiamento e arrendamento garantido por ativos para esse propósito. Nesse sentido, após apresentação de definições de alguns termos (art. 1º), o art. 2º da Convenção, combinado com seu art. 7º, dispõe a respeito da constituição e efeitos de uma garantia internacional sobre equipamentos móveis. Para que seja assim identificada, essa garantia internacional deve recair sobre bem *suscetível de individuação* (parágrafo 2º do art. 2º) e que se enquadre nas categorias de (i) cascos e motores de aeronaves e helicópteros; (ii) material ferroviário móvel; e (iii) bens espaciais (parágrafo 3º do art. 2º). Entre outros requisitos formais da garantia internacional destacam-se (i) a forma escrita; (ii) a possibilidade de disposição do bem pela pessoa que presta a garantia real (vendedor com reserva de domínio ou arrendador); e (iii) obrigações garantidas determináveis, sem que isso implique a necessidade de se consignar um valor ou um valor máximo garantido (art. 7º).

O art. 8º prevê medidas disponíveis ao credor em caso de inadimplemento, quais sejam (i) posse ou controle do bem gravado como garantia real; (ii) venda ou arrendamento desse bem; e (iii) recebimento ou recolhimento de renda ou lucro derivado da gestão ou utilização do bem. A adjudicação da propriedade para satisfazer a obrigação garantida também está prevista (art. 9º), bem como a possibilidade de um Estado Contratante obter de um tribunal a concessão de medidas cautelares (art. 13).

O art. 16 e seguintes disciplinam o registro internacional de (i) garantias internacionais; (ii) cessões e aquisições de garantias internacionais; (iii) notificações sobre garantias nacionais; e (iv) subordinação de garantias.

O Protocolo, por sua vez, trata da aplicação da Convenção no que diz respeito a assuntos específicos ao equipamento aeronáutico.

O Ato Final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo traz cinco resoluções. A Resolução nº 1 refere-se ao texto consolidado da Convenção e do Protocolo. A Resolução nº 2 diz respeito ao estabelecimento de uma autoridade supervisora e do registro internacional para bens aeronáuticos. A Resolução nº 3 tem por finalidade convidar os Estados negociadores a trabalhar pela adoção de projetos de protocolo sobre matérias atinentes ao equipamento ferroviário móvel e a bens espaciais. A Resolução nº 4 é relativa à assistência técnica com respeito à implementação e ao uso do registro internacional. Já a Resolução nº 5 objetiva a preparação de um projeto de comentários oficiais sobre a Convenção e o Protocolo.

Como dito, também são submetidas à aprovação do Congresso Nacional as declarações propostas pelo Presidente da República aos textos da Convenção e do Protocolo, os quais, embora não admitam reservas, permitem declarações sobre certos dispositivos.

Convém, ainda, registrar que detectamos inconsistência entre o art. 2º do projeto de decreto legislativo e o texto da Convenção, o qual, como acima explicado, teve seus termos revisados e foi novamente encaminhado ao Congresso Nacional por meio de segunda mensagem presidencial (a de nº 690, de 9 de dezembro de 2010). Em poucas palavras, o art. 2º do projeto desconsiderava o texto revisado da Convenção, razão pela qual devolvi os autos a esta Comissão para que a Secretaria-Geral da Mesa fosse informada e entrasse em contato com a Casa Revisora, a fim de esclarecer o ocorrido. No último dia 27 de abril, por meio do Ofício nº 545/11/SGM-P ao Senado Federal, a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados comunicou inexatidão formal no texto dos autógrafos e solicitou sua substituição, tendo os autos retornado a minha relatoria.

No âmbito desta Comissão, não foram oferecidas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta inconstitucionalidade. Está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Tampouco verificamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, estamos certos de que a adoção da Convenção e do Protocolo em muito favorecerá o andamento das relações no âmbito do comércio de equipamentos móveis, mais especificamente, equipamentos aeronáuticos. É evidente que transações dessa monta somente poderão se desenvolver de forma satisfatória em ambiente no qual impere a segurança jurídica, em que eventuais conflitos quanto à aplicação de norma de um ou outro Estado possam ser dirimidos à luz de parâmetros previamente definidos.

Nesse sentido, a possibilidade de constituição de garantia internacional, assim como o estabelecimento de um registro internacional para essas garantias certamente contribuirão para reduzir o risco nas concessões de crédito e financiamento desses bens móveis.

Conforme mencionado, a Convenção do Cabo apresenta mecanismos que facultam ao credor requerer decisão judicial para que tome posse e controle do bem objeto de contrato. E mais: o credor dispõe também de medidas cautelares que poderão ser tomadas previamente à decisão sobre o mérito de sua pretensão.

Quanto ao registro internacional, ressaltamos que este poderá, inclusive, ser objeto de consulta eletrônica por qualquer pessoa, segundo prescrições do Protocolo e regulamento (art. 22 da Convenção e Capítulo III do Protocolo).

No que se refere às declarações formuladas pelo Estado brasileiro, cumpre-nos assinalar que estão de acordo com o art. 56 da Convenção do Cabo, a qual, por um lado, veda a apresentação de reservas a seu texto, e, por outro, permite a apresentação de determinadas declarações.

Tais declarações tiveram o objetivo claro de resguardar normas de direito interno quando da aplicação da Convenção e de seu Protocolo. Destacamos, nesse ponto, a declaração que confirma a incidência do princípio constitucional da inafastabilidade da tutela jurisdicional (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal) nos casos em que o credor poderá lançar mão de medidas para satisfazer sua pretensão.

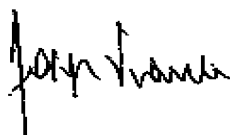
Tendo em vista o exposto, não temos dúvida de que a aplicação da Convenção e do Protocolo sob exame, ao minorar os riscos e, por consequência, os custos dos credores em financiamentos de equipamentos móveis aeronáuticos, poderá incrementar o comércio internacional nesse campo. Atentos, ainda, à necessidade de preservarmos nossa ordem jurídica interna, somos igualmente favoráveis à aprovação das declarações interpretativas propostas pelo Chefe do Poder Executivo.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

 , Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**PROPOSIÇÃO: PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 75, DE 2011****ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 05/05/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>fcollor</i>	
RELATOR: SENADOR JORGE VIANA	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANIBAL DINIZ (PT) <i>Anibal Diniz</i>	1 - DELCIDIO DO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLYC (PT) <i>Eduardo Suplyc</i>	2 - JORGE VIANA (PT) <i>Jorge Viana</i>
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i>	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT) <i>João Pedro</i>	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAIRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB)
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP) <i>Francisco Dornelles</i>	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB)	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPIÑO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <i>Randolfe Rodrigues</i>	VAGO

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Iniciaremos a sessão de hoje convidando, para fazerem uso da palavra, os Senadores inscritos, por um período de vinte minutos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Acir Gurgacz.

V. Ex^a, Senador, dispõe de vinte minutos na tribuna.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado, quero hoje dedicar a minha fala a um dia muito especial que será comemorado neste domingo, o segundo domingo do mês de maio: o Dia das Mães. É um dia especial para todos nós e, em especial, para as nossas mães. Quero dedicar a minha fala de hoje para as nossas mães.

Dia das Mães!

Tão especial que nos faz ver que os 365 dias do ano são exatamente iguais e todos eles deveriam ser “Dia das Mães”.

Todos os dias do ano deveriam ser dedicados a vocês, mães, que trazem em seus corações o amor incondicional, infinito, perfeito, sem igual, capaz de doar-se sem nada esperar em troca, e que, sem medidas, se entregam pela vida do filho.

O Dia das Mães deveria repetir-se todos os dias, tal como vocês, mães, agem e vivem diariamente para cada um de seus filhos.

Mãe é símbolo da sensibilidade, porque se torna fonte de vida; porque, entre dores, gera o filho; porque, entre lágrimas, transporta, através do seu sorriso, a fonte inesgotável de amor que jorra em seu coração.

Homenageamos aqui, hoje, a mãe que vê o filho como verdadeiro tesouro recebido das mãos de Deus e para ele se torna manancial de vida.

Homenageamos aquela mãe que do trabalho faz a fonte de sustento para o filho, enriquecendo-o com seu afeto e deixando que a emoção e o carinho preencham todo o seu lar, fazendo dele um verdadeiro ninho de amor para acolher, amparar e proteger o filho.

Mães, queridas mães, parabéns! Nossos mais sinceros parabéns!

Nós, como homens, não fomos contemplados pela Natureza com as condições para que possamos entender a verdadeira essência da vida, que é o amor maternal.

O amor de quem gera e nutre, durante nove meses, um ser em seu interior, um ser ainda que não se vê, mas para quem já dedica um amor infinito.

Através deste amor, vocês trazem ao mundo a mensagem divina: “amar é doar-se inteiramente, sem reservas”. Vocês trazem ao mundo o mistério e o encanto de sorrir diante da dor.

Vocês trazem ao mundo o segredo do poder da cura através do afago e do carinho.

Parabéns a todas as mães!

Quedo-me diante de Deus e reconheço que Ele as escolheu para continuar a sua obra da Criação, porque sabia que vossos corações sempre estariam cheios do genuíno amor...

Cheios de verdadeiro amor....

Sabia Ele da dedicação, do zelo, do cuidado, dos atos contínuos que cada uma de vocês sempre teria para que seus filhos nascessem, crescessem e vivessem de maneira harmônica e feliz.

Não encontrando palavras que expressem o carinho, o afeto e o amor que todas vocês, mães, merecem receber diariamente, peço que Deus Pai as fortaleça e as abençoe diariamente.

Confirmando as palavras que disse o poeta, repito-as:

Mãe...

Não importa cor ou credo...

Rica ou pobre...

Mãe é sempre mãe...

Sempre presente

Na dor, na doença, na alegria,

Em cada momento da nossa vida

Lá está ela já com algo em mente

Mãe querida, amada, sofrida...

Ignora as discriminações da sociedade

Em prol do seu amor e se preciso for

Dá a sua própria vida

Esquece-se de si mesma

Por desejar a vitória do filho

E ao vibrar com as vitórias alcançadas

Nem se lembra de seu próprio mérito

Mãe é como uma flor...

É carinho, cuidado, proteção,

Compreensão, doação, perdão...

Mãe resume tudo o que é amor!

Mãe é a própria canção de amor,

Tocada suavemente em nossos corações...

Agradeço a você mãe

Todo o amor por minha vida!.

Neste momento, Sr^a Presidente, eu quero enviar um abraço para a minha mãe, dona Nair, também

para minha esposa, Ana Maria, mãe de meu filho, Acir Neto, e para todas as mães do nosso querido Estado de Rondônia e todas as mães brasileiras.

Desejo que o próximo domingo seja um dia cheio de felicidades, e que essa felicidade possa perdurar por todos os dias de suas vidas.

Mais uma vez, um abraço a todas as mães brasileiras, em especial às mães do meu Estado de Rondônia.

Sr^a Presidente, esta era a mensagem que eu queria trazer neste dia.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa cumprimenta V. Ex^a, Senador Acir, pela lembrança de uma data tão importante, Dia das Mães, dia da mulher, dia dos seres humanos todos, porque a maternidade é a função mais divina, mais nobre que há no Planeta, é a que permite a permanência, a manutenção, a sobrevivência da espécie humana. Parabéns a V. Ex^a por tamanha sensibilidade.

Aproveito e o convido, Senador Acir Gurgacz, para dirigir os trabalhos a partir deste momento.

A Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pela ordem de inscrição, concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Estado do Amazonas, vizinho do nosso Estado de Rondônia.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada Senador Acir, e V. Ex^a faz com que eu mude o meu pronunciamento. Como mãe, às vésperas da comemoração do Dia das mães, eu não poderia deixar de ocupar essa tribuna e também fazer homenagem às mulheres brasileiras, às mulheres amazonenses, às mulheres brasileiras que são mães e que têm tido, Senador Acir, a capacidade de continuar a função da maternidade, o cuidado com seus filhos e também ajudar no sustento da família, porque foi-se o período em que às mulheres eram reservadas apenas as atividades domésticas, como se dizia, as atividades do lar. As mulheres eram tratadas como rainhas, entretanto, Senador Mozarildo, rainhas do lar, aqueles que eram educadas para ser esposas, eram educadas para ser mães, eram educadas para cuidar da casa.

O tempo passou e tudo mudou. Com a Revolução Industrial, ocorrida após a 2^a Guerra, o trabalho, a mão de obra feminina foi exigida e foi buscada em decorrência da necessidade do desenvolvimento da produção industrial. E a partir dali, a mulher percebeu que, entre algumas diferenças – e são muitas, biológi-

cas – que existem entre homens e mulheres, entre elas está a capacidade que tem a mulher de agir, trabalhar, fazer inúmeras coisas ao mesmo tempo.

E hoje, nós temos uma mãe que é diferente da mãe de 50 anos atrás, nós temos uma mãe que é diferente da mãe de um século atrás. A mãe de um século atrás era aquela pessoa, aquela mulher mais reprimida, que não votava e nem podia ser votada; que não podia frequentar o banco de uma universidade e que vivia somente para sua família, e o tratamento que recebia era como se ela fosse propriedade, primeiro, do pai e, depois, do marido.

E repito, o tempo passou e a nova mulher surgiu e está surgindo ainda. A mulher trabalhadora, a mulher que é responsável, no Brasil, pela produção de quase 50% do nosso PIB. A produção nacional, quase que a metade sai de mãos femininas. A mulher que alcançou, num curto espaço de tempo, depois que superou a proibição de frequentar alguns cursos, em pouco tempo, alcançou a condição de um nível mais elevado de escolaridade, comparativamente aos homens. A mulher, apesar disso tudo, de estar na política, é certo que num percentual muito pequeno, muito aquém ainda do que deveria ser, mas apesar de estar na política, de estar no mercado de trabalho e ganhar menos no mercado de trabalho, em média 30% menos do que os homens, a mulher continua sendo a mesma mãe: dedicada, sensível, e dedicada não só ao filho, dedicada à família, ao núcleo familiar.

Portanto, comemorar o Dia das Mães é importante. Temos um dia simbólico: segundo domingo do mês de maio, mas dia das mães são todos os dias, porque essa mulher tem que ser homenageada duplamente, tem que ser abraçada duplamente, porque consegue se dividir em tantas tarefas, tantas atribuições e jamais deixa para segundo plano o carinho ou o cuidado com o filho.

Eu também, como fez o Senador Acir, quero aqui homenagear minha mãe. Cumprimento a mãe de V. Ex^a, Dona Nair, e a minha mãe, Dona Nadir, que deve estar nos assistindo, e teve essa capacidade, como têm todas as mães, de tratar os filhos de igual forma, com muito carinho, com muita dedicação. Abraço todas as mães brasileiras, principalmente as mães amazonenses abraçando a minha própria mãe, que, repito, nos criou com tanta dedicação e com tanto carinho.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou falar a partir de agora sobre um tema também muito caro à sociedade brasileira. Refiro-me ao fato de este Senado Federal ter instalado, há duas semanas aproximadamente, uma Comissão Parlamentar de Inquérito que vai tratar do tráfico de pessoas, vai analisar esse problema grave. Nós sabemos que o tráfico de pes-

soas acontece no mundo inteiro, e vem sendo muito evidente no Brasil. O alvo tem sido exatamente os mais novos, os jovens, meninos e meninas vindos de famílias carentes. No geral, suas famílias são enganadas para que esse crime possa ocorrer.

A Casa teve a sensibilidade de aprovar um requerimento apresentado pela Marinor, do Estado do Pará. Na instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito, fui eleita Presidente e vou me dedicar ao máximo para prestar um bom serviço à Nação brasileira.

Como Deputada e Vereadora que fui da minha cidade de Manaus, Deputada por doze anos, já tive a oportunidade de participar inúmeras vezes de várias comissões parlamentares de inquérito.

Eu tenho uma compreensão firme, muito clara de que uma CPI tem como objetivo não apenas levantar, sistematizar uma situação. Não tem apenas como função trabalhar um diagnóstico de determinada questão, de determinado problema.

Sim, precisamos levantar, trabalhar o diagnóstico, atualizar as informações, concatenar todos os dados coletados, mas esse diagnóstico levantado pelas comissões parlamentares de inquérito devem servir para embasar proposições, ações, indicações ao Poder Executivo, ao Poder Judiciário e, principalmente, mudanças na legislação brasileira para que a gente possa ajudar a superar os problemas que acometem a nossa população.

Então, o nosso espírito, o espírito de todos integrantes da CPI e, principalmente, o meu espírito, o espírito da Senadora Marinor, que é a Relatora dessa Comissão Parlamentar de Inquérito é exatamente este: levantar a problemática onde ela acontece e incide com maior violência, com maior densidade e, a partir desse diagnóstico elaborado, propor ações para o enfrentamento concreto desse problema do tráfico nacional e internacional de pessoas.

O tráfico de pessoas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é um crime que movimenta em torno de US\$30 bilhões por ano no mundo inteiro. Agora, pior do que o volume de recursos que ele movimenta é que é um crime extremamente bárbaro, porque foi-se a época em que pessoas tinham outras pessoas como sua propriedade.

Esses recursos são movimentados à custa da comercialização de seres humanos, seres humanos frágeis, seres humanos vulneráveis e seres humanos, no geral, muito jovens. No Brasil, como todos nós sabemos, ele tem sido um dos principais alvos dessa rota e dessa prática criminosa.

Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revelam que, no ano de 2005, quase dois milhões e meio de pessoas foram traficadas em todo o mun-

do, sendo 43% destinadas à exploração sexual e 32% destinadas a outros tipos de exploração econômica. E que tipos de exploração econômica seriam esses?

Um deles é o trabalho escravo. No Brasil, há muita gente de países como Peru, Colômbia, Bolívia, mas principalmente Peru e Bolívia, que são trazidos para o Brasil para serem utilizados como mão de obra escrava, e isso é tráfico de pessoas, porque são pessoas enganadas, ludibriadas e que, quando chegam ao local para onde foram levadas, o primeiro ato contra essas pessoas que foram traficadas é o cerceamento de sua liberdade. São pessoas que não têm qualquer possibilidade de liberdade e, portanto, vivem numa situação de extrema degradação humana.

Por ano, Sr. Presidente, estima-se que 500 mil pessoas sejam levadas por traficantes somente para o continente europeu. É o que afirma o Instituto Europeu das Nações Unidas para a Prevenção e Controle do Crime. Hoje sabemos que há rotas também para países da América do Sul e para a Ásia.

Outro dado, e esse já tem quase dez anos, está na pesquisa sobre tráfico de mulheres, crianças e adolescentes para fins de exploração sexual, dados esses levantados por uma pesquisa realizada em 2002 pela Universidade de Brasília, UnB. Foram mapeadas naquele ano 240 rotas de tráfico provenientes de todos os Estados da Federação.

Portanto, precisamos de políticas urgentes de prevenção e de combate a essa prática criminosa. Não podemos mais permitir que nossos pares sejam uma mercadoria na mão de aliciadores, acreditando que não são vítimas, quando, de fato, os são.

Nesta semana, recebemos a notícia, vinda do meu Estado do Amazonas, de que a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos do Amazonas recebeu diretamente, Senador Acir, em torno de 500 denúncias de crimes relacionados ao tráfico humano, somente no ano passado, 2010. As estatísticas mostram que nem um décimo das ocorrências chegam oficialmente ao conhecimento público dos segmentos responsabilizados pela segurança pública.

Então, chega a ser assustadora, alarmante essa prática criminosa. Pior ainda se levarmos em consideração que hoje o interior do Estado tem sido um foco e o alvo mais importante para esses criminosos, muito mais do que a própria cidade, do que a região metropolitana, porque é no interior que famílias ribeirinhas vivem com 10, 12, 15 filhos, de forma paupérrima. Muitas vezes, pessoas que vivem à margem da informação, numa ignorância imposta pela sociedade, acabam se deixando levar e sendo alvos fáceis, aliciadas para que seus filhos sejam retirados do convívio familiar e

levados para serem comercializados, geralmente, para atividades sexuais.

Ou seja, é algo que assusta todos, e nós, o Parlamento brasileiro, precisamos contribuir com o Governo Federal no enfrentamento desse problema.

Em 2006 foi publicado um decreto do governo federal que trata da criação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Essa política envolve vários ministérios, mas, sobretudo, o Ministério da Justiça, que tem, em sua Secretaria Nacional de Justiça, um departamento específico para cuidar do enfrentamento a esse crime bárbaro contra pessoas, principalmente contra meninas e meninos.

A partir da aprovação dessa política de enfrentamento ao tráfico de pessoas, o governo brasileiro também definiu, com uma participação significativa da sociedade, um Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que vigorou de 2006 a 2010. Então, a CPI aqui no Senado Federal vem em boa hora, porque nós queremos, irmanados com o Governo Federal, com os governos dos Estados e dos Municípios e com as organizações não governamentais, levantar concretamente a situação, Senador Rodrigo Rollemberg, para sugerir aprimoramentos no plano que sejam necessários e ver como funcionou esse plano nesses primeiros quatro anos de sua aplicação – refiro-me, repito, ao plano de enfrentamento a um problema extremamente grave e que acomete todas as cidades e todas as regiões brasileiras.

Portanto, fico feliz. Sei que teremos muito trabalho e sei que, em vários momentos, será um trabalho muito doloroso, mas será uma grande contribuição, mais uma grande contribuição, que o Senado Federal poderá dar à sociedade brasileira, principalmente, ajudando o Governo Federal e os governos dos Estados a enfrentarem esse problema tão grave, para o qual não podemos fechar os olhos.

Concedo aparte a V. Ex^a, Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senadora Vanessa, quero dizer a V. Ex^a que o tema realmente justifica completamente uma CPI. O meu temor é que, normalmente, quando se instala uma CPI, há por parte do Governo um pé atrás, para não dizer os dois pés atrás, porque há aquela frase que já se cristalizou de que se sabe como começa uma CPI, e não se sabe como termina. Eu acho que essa CPI tem que ser do maior interesse do Governo Federal, dos governos estaduais, dos governos municipais, de todas as autoridades sérias deste País, porque esse é um problema que realmente, como disse V. Ex^a, permeia e ataca principalmente aquelas camadas mais pobres, aquelas mais desprotegidas. Temos visto reportagens as mais diversas nas redes de televisão, mostrando

jovens brasileiros ou jovens brasileiras no exterior escravas, que foram para lá atraídas por promessas mirabolantes, com o consentimento muitas vezes dos pais, porque realmente esses pais estão em uma miséria extrema e se sujeitam a essa questão, pensando até que o filho ou a filha vai encontrar uma excelente oportunidade no exterior ou mesmo aqui nos grandes centros do País. Não tenho dúvida de que todo o Senado vai colaborar, e muito. Eu só espero que todas as autoridades brasileiras sérias contribuam muito para essa CPI, porque sei que órgãos específicos do Governo estão atentos e procuram coibir essa questão, mas existem certas limitações para a atuação desses órgãos. Então, com a CPI, que tem instrumentos mais ágeis, mais capazes, inclusive, de atingir certos ninhos poderosos de malfeitores, podemos ter excelente êxito. Tive uma experiência não muito satisfatória, embora tenha conseguido êxito, com a primeira CPI das ONGs que instalei aqui no Senado e que presidi durante dois anos. Ali havia realmente a preocupação de que, se ONG A tivesse algum tipo de relacionamento com a estrutura de poder governamental B, pudesse dar algum problema, mas felizmente concluímos e mostramos, pela primeira vez, que, ao contrário do que se apregoava, as ONGs não são instituições sacrossantas, em que só há anjinhos e gente que só pensa em fazer solidariedade. Então, espero também que essa CPI que V. Ex^a está muito bem explicando alcance os êxitos. Quero-me colocar à disposição, como membro ou não, de forma que a gente possa combater realmente essa chaga social que é uma das maiores e, talvez, a mais aviltante que possa existir.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Perfeitamente, Senador. Seria importante que V. Ex^a pudesse integrar a CPI porque estamos organizando os nossos trabalhos, planejando. Na última reunião, aprovamos um roteiro de trabalho. Vamos ter que focar bastante as fronteiras. Em relação às nossas regiões, V. Ex^a fala, com muita propriedade e conhecimento, do que acontece, principalmente na Amazônia e no Nordeste brasileiro. As notícias que informam esses fatos dão conta de que mães e pais venderam seus filhos. Não é assim que as coisas acontecem. Mães e pais, extremamente pobres, que vivem na marginalidade de tudo, inclusive da informação, recebem visitas de pessoas muito bem aparentadas, muito bem educadas que propõem trabalho, porque ninguém leva uma criança, ninguém leva um menino, uma menina para fora do Brasil, para a Europa, por exemplo, prometendo ou dizendo que lá eles serão utilizados como objetos sexuais. Ninguém propõe isso a uma família. Eles chegam às famílias, Senador Acir, e dizem o seguinte: “Nós queremos propor ao senhor, a senhora, pai, mãe, que

permita que levemos sua filha, seu filho para trabalhar como babá, para trabalhar em determinado segmento”.

É assim que as coisas acontecem, mas, quando chegam lá, não é essa a realidade vivida. E as meninas, os meninos não têm a quem recorrer, vivem como se fossem escravos, com sua liberdade cerceada. Então, esse é um trabalho importante.

Eu repito: o Governo Federal, ao criar a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Plano, em 2006, mostra o seu interesse em trabalhar esse assunto. E nós precisamos fazer com que as coisas todas caminhem junto.

A Presidente Dilma, daqui a alguns dias, vai anunciar aquilo que a imprensa vem noticiando: o programa Brasil sem Miséria, em que as pessoas-alvo são exatamente as que vivem na extrema pobreza, as mesmas pessoas que são alvo do tráfico de pessoas. Então, é importante o funcionamento dessa CPI.

A nossa ideia é fazer, num primeiro momento, um levantamento e, quem sabe, propor a formação, a criação de relatorias setoriais. Teríamos uma relatoria-geral e relatorias setoriais para trabalhar os diferentes aspectos dos problemas que – tenho certeza – vão aparecer. Nós já estamos recebendo inúmeras denúncias. Estamos criando um *link* na página da Internet do Senado para que as pessoas possam denunciar, para que as pessoas possam nos ajudar a desenvolver esse trabalho, inclusive sugerir ações que visem uma maior segurança à nossa sociedade, principalmente aos nossos jovens.

Agradeço a V. Ex^a, Senador Acir, pelo tempo que me concede e concluo o meu pronunciamento, desejando, mais uma vez, um feliz Dia das Mães a todas as mães brasileiras.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senadora Vanessa Grazziotin. Meus cumprimentos pelo seu belo pronunciamento.

Dando sequência aos nossos trabalhos, passamos a palavra ao Senador Rodrigo Rollemberg, PSB do Distrito Federal.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Senadora.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Eu gostaria de requerer a utilização do horário de liderança, parágrafo único do art. 166 do nosso Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, V. Ex^a será inscrita.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do

orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, eu também quero compartilhar o mesmo sentimento da Senadora Vanessa Grazziotin, cumprimentando, nesta sexta-feira, todas as mães brasileiras e, por que não dizer, todas as mães do nosso Planeta, pelo dia que se comemora neste domingo.

De forma muito especial, não posso deixar de homenagear minha mãe, mãe de quinze filhos, que soube, sempre com muito carinho, muita dedicação, encaminhar todos os seus filhos, como também a minha querida esposa e companheira Márcia, que, de forma exemplar também, vem criando os nossos três queridos filhos.

Homenageio, neste momento, todas as mães brasileiras, fundamentais para a educação das nossas crianças, dos nossos jovens, enfim, para o futuro da família e do nosso País.

Mas assumo também a tribuna hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, para me congratular com a Presidenta Dilma, com o Ministro Palocci e com o Ministro Fernando Bezerra, Ministro da Integração Nacional, pelo decreto de implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Sudeco, reivindicação antiga de toda a região, dos Deputados, Senadores da região Centro-Oeste, que precisam tanto de um instrumento para planejar e organizar o desenvolvimento de uma das regiões mais dinâmicas do País, mais promissoras do País, mas que ainda tem muitos gargalos de infraestrutura e muitas diferenças sociais.

A Região Centro-Oeste abriga dois dos biomas mais expressivos do País, dois biomas de grande potencial: o bioma cerrado, que é responsável por imensa biodiversidade e pelo abastecimento das águas de três das mais importantes bacias brasileiras: a bacia do Paraná, Tocantins e do São Francisco, e que pode servir para gerar muitas riquezas no futuro, em função da sua biodiversidade, especialmente na produção de fármacos, de alimentos funcionais.

A biodiversidade do Cerrado, onde existem 4.400 plantas endêmicas, só existentes nessa região, pode contribuir para aumentar a produtividade da nossa agricultura, especialmente num cenário de mudanças climáticas, onde precisaremos cada vez mais investir em pesquisas para adaptar os nossos produtos agrícolas a grandes períodos de estiagem, a grandes mudanças de temperaturas. Muito provavelmente, nos genes dessas plantas existentes apenas no cerrado pode estar a solução para muitos desses problemas.

Lembro-me muito uma palestra do pesquisador da Embrapa nesta Casa, o Dr. Eduardo Assad, hoje Secretário Nacional de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental, que se referia ao cerrado como um dos

maiores laboratórios de genes do mundo e que nele poderia estar a salvação da lavoura, ou seja, por meio da biotecnologia, poderíamos aumentar a produtividade dos nossos grãos, dos nossos produtos agrícolas. Como também o Pantanal, um bioma maravilhoso, que encanta as pessoas do mundo todo pelo seu grande potencial turístico, contudo um bioma muito fraco.

Além desses biomas, a região Centro-Oeste é extremamente dinâmica e, como já tive a oportunidade de dizer, a cada ano vem batendo recordes sucessivos de produtividade na agricultura e na pecuária. Hoje o cerrado já é o maior produtor de vários itens fundamentais na balança de exportações brasileiras, mas ainda convivemos com regiões muito pouco desenvolvidas, como o entorno do Distrito Federal e a região metropolitana, onde os problemas sociais são gravíssimos, onde a renda é baixíssima, onde a carência por infraestrutura básica ainda é muito grande, seja na área de saúde, de saneamento, de segurança ou de educação, o que exige um esforço conjunto, permanente, da União, do Governo do Distrito Federal, do Governo de Goiás, do Governo de Minas e de todas as prefeituras que compõem essa região, para a promoção desse desenvolvimento local, desse desenvolvimento regional, de forma sustentável.

Faço questão de registrar aqui hoje os objetivos constantes no Decreto Presidencial para a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, para que possamos compartilhar essas informações com os Senadores, as Senadoras, com todos os telespectadores que nos honram assistindo a TV Senado ou ouvindo a Rádio Câmara, para que possam inclusive ter consciência de uma instituição como a Sudeco, que nasce pequena, enxuta, mas é fundamental que ela tenha os instrumentos econômicos, especialmente o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com recursos robustos, para garantir o financiamento da infraestrutura e da logística necessárias para o desenvolvimento de toda a região.

Diz o decreto que a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco, de natureza autárquica especial, com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal, tem como competência:

Definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável da região Centro-Oeste;

Elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, articulando-o com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e

municipais e, em especial, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

Formular programas e ações com os Ministérios para o desenvolvimento regional; articular a ação dos órgãos e entidades públicos e fomentar a cooperação dos entes econômicos e sociais representativos da região;

Assessorar, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento-Geral da União em relação aos projetos e atividades prioritários para o Centro-Oeste;

Atuar como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e assegurar a diferenciação regional das políticas públicas nacionais que sejam relevantes para o desenvolvimento do Centro-Oeste;

Apoiar, em caráter complementar, os investimentos públicos e privados nas áreas de infraestrutura econômica e social, a capacitação de recursos humanos, a inovação e a difusão tecnológica, as políticas sociais e culturais e as iniciativas de desenvolvimento regional;

Promover a cooperação com consórcios públicos e organizações sociais de interesse público para o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste;

Assegurar a articulação das ações de desenvolvimento com o manejo controlado e sustentável dos recursos naturais.

Eu faço um parêntese aqui, Sr. Presidente, para ressaltar a importância do binômio inovação tecnológica e sustentabilidade, o novo conceito de desenvolvimento especialmente nessa região. A gente vem discutindo o Código Florestal conjuntamente – tenho a honra de presidir a Comissão de Meio Ambiente e V. Ex^a tem a honra de presidir a Comissão de Agricultura – e, em todos os debates aqui, reunindo o próprio Relator do Código Florestal e os representantes da SBPC, da Academia Brasileira de Ciências e especialmente da Embrapa, ficou muito claro para mim que a forma mais inteligente, mais sustentável de aumentarmos a nossa produtividade e a nossa produção, seja na produção de alimentos, seja na produção de energia, é investindo em inovação tecnológica e em conhecimento.

É impressionante os números da Embrapa: hoje, para cada real investido na Embrapa, temos R\$10,00 de retorno. Tivemos uma ampliação enorme da produção brasileira, quase 268%, nos últimos 30 anos, enquanto tivemos um aumento da área plantada de apenas 48%, mostrando que este é o caminho da sustentabilidade. É o investimento em conhecimento, em técnicas que busquem a integração da lavoura, pecuária e silvicultura, para que possamos otimizar a

utilização dos espaços, aportando conhecimento, cada vez mais, aos nossos produtos.

Tenho dito que cada grão de soja, cada grão de milho, cada grão de sorgo deve ter nanogramas de conhecimento agregando valor e, com isso, aumentando a nossa produtividade e reduzindo a pressão sobre novas áreas de biomas.

Fico muito preocupado, Sr. Presidente, nesta discussão do Código Florestal, porque, no que se refere ao Cerrado – que ainda não está alçado à condição de patrimônio nacional na Constituição Federal, a exemplo do que já ocorre com outros biomas, como a Mata Atlântica, como o Pantanal, como a Floresta Amazônica, como a Serra do Mar e como a zona costeira –, legalmente, ainda se pode devastar, utilizar, digamos assim, 80% da área do Cerrado de uma propriedade, e as áreas protegidas por lei, no Cerrado, ainda são muito pequenas. Isso enseja um problema, porque, se ampliarmos e utilizarmos toda essa área permitida por lei do Cerrado, vai sobrar pouco mais de 20% do Cerrado brasileiro. Isso é muito pouco para um bioma com imensa biodiversidade e ainda tão pouco conhecido.

Por isso, entendo que o caminho é investimento forte em inovação tecnológica, para que possamos aumentar a nossa produção e a nossa produtividade sem avançar em novas áreas, em áreas preservadas do nosso bioma.

Continuo com as atribuições da Sudeco:

X – estimular a obtenção de patentes e apoiar as iniciativas que visam impedir que o patrimônio da biodiversidade seja pesquisado, apropriado e patenteado em detrimento dos interesses da região e do País.

Quero fazer outra observação sobre esse item. Ainda nesta semana, o Ministro Aloizio Mercadante esteve na Comissão de Ciência e Tecnologia, e observávamos que o Brasil é o 13º país em produção científica, mas está muito atrás no que se refere à produção tecnológica e ao registro de patentes.

Nós temos que estimular que o Brasil todo, especialmente a Região Centro-Oeste – porque estamos falando de Sudeco –, tenha a capacidade de transformar o conhecimento em produto, o conhecimento em riqueza, para que essa riqueza seja distribuída para o conjunto da população brasileira.

Prossigo com as atribuições da Superintendência:

XI – promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental dos ecossistemas regionais, em especial do Cerrado e do Pantanal, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões;

XII – identificar, estimular e promover oportunidades de investimentos em atividades produtivas e iniciativas de desenvolvimento regional;

XIII – definir, mediante resolução, os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na região, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Em relação a esse item específico, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, também ressalto que sugeri ao Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que recebeu muito bem a solicitação e que já está sendo examinada pelo Condell, conselho deliberativo da região, que tenhamos, em primeiro lugar, taxas diferenciadas de juros nos financiamentos do FCO para atividades inovadoras do ponto de vista tecnológico, para que possamos estimular a inovação tecnológica em toda a Região Centro-Oeste e, ao mesmo tempo, que tenhamos juros diferenciados, muito abaixo dos juros praticados regularmente pelo FCO, que já são juros mais baixos do que os juros normais do mercado para regiões pouco desenvolvidas ou depreciadas do ponto de vista econômico, como, por exemplo, a região do entorno do Distrito Federal, estimulando que novos investimentos produtivos se instalem nessa região, gerando renda e emprego para a população local.

Outras atribuições da Sudeco:

XIV – coordenar programas de extensão e gestão rural e de assistência técnica e financeira internacional no Centro-Oeste.

XV – promover o ordenamento e a gestão territorial, em escala regional, sub-regional e local, mediante o zoneamento ecológico-econômico e social, em articulação com os órgãos e entidades federais responsáveis pelas questões relativas à defesa nacional, à faixa de fronteiras e ao meio ambiente;

XVI – gerenciar os programas de desenvolvimento regional do Governo Federal, direcionados à Região Centro-Oeste, constantes das leis orçamentárias.

XVII – gerenciar, por delegação do Ministério da Integração Nacional ou de outros órgãos e entidades da administração pública federal, programas de desenvolvimento regional que abranjam tanto Municípios situados no Centro-Oeste, como Municípios situados em outras macro-regiões do País, sendo vedada a utilização de recursos próprios, do Fundo Constitucional de Financiamento – FCO e do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste

– FDCO, sob qualquer forma ou finalidade, nos Municípios situados fora do Centro-Oeste.

XVIII – observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, gerenciar o Programa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e entorno – RIDE, criado pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, sendo vedada a utilização de recursos próprios, do FCO e do FDCO, sob qualquer forma ou finalidade, nos Municípios situados fora do Centro-Oeste; e

XIX – observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional e ouvidos os Governos dos Estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal, estabelecer, anualmente, as diretrizes, as prioridades e o programa de financiamento do FCO e do FDCO, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Ainda diz que as ações da Sudeco serão pautadas pelas diretrizes e prioridades do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

São esses, juntamente com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, os instrumentos de ação da Sudeco: o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que é o fundo para financiar os grandes investimentos em infraestrutura da região, criado com a Sudeco, e os programas e incentivos e benefícios fiscais, financeiros, na forma da Constituição e da lei específica, além de outros instrumentos definidos em lei.

A criação da Sudeco, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, demonstra, de forma clara, de forma cristalina, o compromisso da Presidenta Dilma de aprofundar o desenvolvimento regional, de compreender a importância do desenvolvimento regional para reduzir as diferenças entre as diversas regiões do País e para otimizar o desenvolvimento, já que teremos instituições capazes de planejar e ordenar o desenvolvimento em toda essa região.

Tenho convicção de que, hoje, independente de partido político, todos os Deputados e Senadores do Centro-Oeste estão aliados com a Presidenta Dilma, com o Ministro Palocci, com o Ministro Fernando Bezerra, saudando-os pela criação desse importante instrumento de planejamento e desenvolvimento.

Quero aproveitar também para cumprimentar a Presidenta pelo Decreto nº 7.469, que regulamenta a Lei Complementar que criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, a Ride,

e institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.

Como eu disse, nós temos imensos desafios na região do Entorno do Distrito Federal que devem ser enfrentados não apenas pelo Estado de Goiás e pelo Distrito Federal. No meu entendimento, as responsabilidades sobre o entorno da Capital Federal é de todos. Nós estamos tratando do entorno da capital do País. Portanto, é responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios se unirem para enfrentarem os enormes desafios dessa região.

E é essa atualização desse decreto que regula a lei de criação da Ride que demonstra a compreensão de que devemos buscar uma integração cada vez maior entre esse entes da Federação – União, Estados e Municípios – para garantir as políticas públicas na área de educação, na área de segurança, na área de saúde, na área de saneamento básico, de meio ambiente, de agricultura e pecuária, para promover o desenvolvimento da região. E incluindo a Sudeco como instituição que vai coordenar o Conselho de Administração da Ride, que estará presente no Conselho de Administração da Ride e que tem entre as suas atribuições também a de desenvolver essas regiões com grandes problemas sociais.

Portanto, fica aqui Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o meu registro e a minha satisfação como brasiliense, como Senador que tem a honra de representar o Distrito Federal nesta Casa e que hoje assume esta tribuna muito satisfeito com a decisão do Governo Federal de recriar a Sudeco, por entender que nós estamos resgatando, com isso, um papel importante concebido por Juscelino Kubitschek quando da criação de Brasília. Brasília foi concebida também como um instrumento de desenvolvimento regional, como um instrumento que permitiria o desenvolvimento nessa região do Brasil.

Eu fico pensando, 51 anos depois da inauguração de Brasília, no que seria o Brasil sem Brasília. O que aconteceria se nós tivéssemos permanecido com todo nosso desenvolvimento apenas no litoral brasileiro? O que significou para o Brasil essa conquista do oeste, essa verdadeira conquista do oeste que significou Brasília, tanto do ponto de vista da ocupação de toda a região Centro-Oeste, do desenvolvimento que trouxe para a região Centro-Oeste, mas também do desenvolvimento que trouxe para a região Norte do País?

A recriação da Sudeco, certamente, será um instrumento fundamental para organizar, orientar e ordenar o desenvolvimento de toda a região Centro-Oeste, que dará, cada vez mais, uma contribuição mais significativa para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senador Rodrigo Rollemberg, pelo tema. Tenho certeza de que a Sudeco, assim como a Sudene e a Sudam, é uma ferramenta importante para o desenvolvimento regional no nosso País.

Pois não, Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Sem revisão do orador.) – Eu já combinei com a Senadora Gleisi que, embora esteja inscrito para falar como orador, eu queria pedir a palavra, pela Liderança do PTB, para abordar um tema que julgo relevante neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – V. Ex^a será inscrito.

Com a palavra a Senadora Gleisi.

Ah, vai fazer a mudança? Muito bem.

Então, com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, quero usar este horário de Liderança do PTB para abordar um tema do qual me ocupo desde que fui constituinte. Lá na elaboração da nossa Carta Magna, ainda em vigor, a Constituição de 1988, nós nos preocupamos muito com a questão da reengenharia geográfica do Brasil ou da redefinição da geografia do País, isto é, da redivisão territorial do País.

O termo é esse mesmo: redivisão territorial. O Brasil foi dividido desde o tempo das Capitanias Hereditárias. Depois, houve um novo contorno geográfico. Na região, por exemplo, que hoje corresponde ao Maranhão, ao Pará, ao Amazonas, tudo era um província só. Depois, ficou Província do Maranhão e Grão-Pará, que englobava também o Amazonas, e depois novas divisões.

Mesmo assim, as sucessivas redivisões ainda nos dão uma geografia em que três Estados do País, apenas três – o Amazonas, o Pará e Mato Grosso –, têm mais de 50% da área geográfica do País.

O que acontece com essa geografia? Ela fala contra o princípio constitucional da eliminação das desigualdades regionais. Com isso, um Estado imenso, como é o caso do Pará... Está-se discutindo agora, porque foi aprovado na Câmara, após onze anos de sua aprovação no Senado, um projeto, de minha autoria, propondo a convocação do plebiscito – não é nem a criação do Estado, mas a convocação do plebiscito – para a população dizer se quer ou não a redivisão territorial do Pará. O meu projeto propunha a criação do Estado do Tapajós, isto é, a convocação do plebiscito para a criação do Estado do Tapajós.

Outro projeto, de iniciativa do Senador Leomar Quintanilha, propunha a realização de outro plebiscito para a criação do Estado do Carajás. Projeto idêntico existia na Câmara, de autoria do Deputado Giovanni Queiroz.

Pois bem. Os projetos aprovados no Senado foram à Câmara e ontem, finalmente, foram aprovados. Quanto ao de Carajás, não houve alteração na Câmara e, portanto, ele já vai à promulgação para ser marcado o plebiscito. No do Tapajós, houve uma alteração, porque, entre o tempo em que apresentei o projeto e sua aprovação, ontem, decorridos onze anos, novos Municípios foram criados na área que se pretende separar do Estado do Pará. Ele teria, portanto, que se adequar à realidade geográfica de hoje. Então, houve essa alteração e ele está voltando ao Senado para nova análise e votação da questão da realização do plebiscito.

Acontece, Senador Acir, que nós somos fruto de redivisão territorial. Rondônia era, inicialmente, parte do Amazonas e parte do Mato Grosso. Criou-se o Território do Guaporé, depois transformado em Estado de Rondônia. O Acre era uma parte que a Bolívia dizia ser dela e terminou, por heroísmo de muitos brasileiros, sendo incorporada ao Brasil mediante um tratado internacional, criado como território federal e transformado em Estado. Roraima era parte do Amazonas e o Amapá era parte do Pará.

Criado como Território Federal pelo Presidente Getúlio Vargas, do meu PTB, foram transformados em Estado na Constituinte. A mesma coisa com o Tocantins. Mas antes desses tivemos a redivisão do Mato Grosso, criando também o Mato Grosso do Sul.

Eu me surpreendo, Sr. Presidente, quando vejo vozes de pessoas até ilustres que não param para pensar o Brasil. Li hoje os jornais dizendo da conta bilionária para se constituir os novos Estados. Conta bilionária está pagando o povo daquelas regiões pelo descaso do Governo Federal, pela falta de condições dos governos estaduais de atender as populações, notadamente aquelas da área da fronteira, as mais distantes das capitais. E o que mais estranho é que a Câmara demorou tanto tempo para aprovar o quê? A criação do Estado? Não. A convocação de um plebiscito. Isto é, o povo é que vai dizer se quer ou se não quer a criação de novos Estados.

Agora, o Pará, que é o Estado cujos projetos de plebiscito foram aprovados, é do tamanho dos sete Estados do Sul e do Sudeste juntos. O Pará é um Estado rico, porém o povo do Pará, que mora no oeste do Pará, em Santarém, Altamira, aquela região toda, como lá embaixo, no Carajás, podia viver muito melhor

se tivesse realmente um governo mais próximo dos cidadãos, mais próximo dos Municípios.

Essa experiência nós vivemos em Roraima. O meu Estado é o maior exemplo. Um Estado pequeninho, de pouca gente. Quando foi transformado em Estado, tinha pouco mais de 120 mil habitantes; hoje, temos 500 mil habitantes, praticamente multiplicamos por cinco a população. Mas não houve só o aumento da população, não. Temos hoje uma universidade federal; temos um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; temos uma universidade estadual; temos seis instituições particulares de ensino superior. O cidadão tem uma condição hoje que nem dá para comparar com a da época em que Roraima era Município e muito menos com a da época em que Roraima era Território Federal.

Então, dizer que se vai gastar? Primeiro, de que a criação do Estado depende? Vou deixar bem claro: da realização do plebiscito e da aprovação pelo povo, que decide se quer ou não quer a criação do Estado. Depois disso, há outro longo caminho a se percorrer: tem de haver audiência na assembleia legislativa; tem de haver a aprovação da lei complementar pela Câmara e pelo Senado – a lei complementar, sim, essa é que de fato vai institucionalizar o Estado.

Então temos aí, de maneira muito otimista, após a aprovação, caso ela ocorra, um caminho de pelo menos quatro, cinco anos para a instalação nos Estados. E argumentar com gastos porque vai ser criado um novo Estado é de um sofisma a toda prova.

O que existe por trás dessa questão é um jogo de interesse político. Os Estados ricos, como São Paulo, Rio, Minas, que detêm inclusive o monopólio dos intelectuais ou dos bons jornalistas, argumentam com essas questões econômicas: “É mais barato fazer um trem-bala ou instalar um novo Estado na Amazônia?” “O que traz mais resultados para a população mais desigual, mais sofrida deste País?”

Quero dizer, Sr. Presidente, que vejam o exemplo do Tocantins. Era a região norte de Goiás, abandonada, desassistida, e que, hoje, é um Estado pujante. Vejam o exemplo do Mato Grosso do Sul, que se desmembrou do Mato Grosso, mas que ainda continua grande. Mato Grosso do Sul cresceu demais, e o Mato Grosso original também cresceu muito.

Então nenhuma redivisão foi prejudicial. E entendo que não é possível que tenhamos essa miopia ou a má-fé de dizer que criar novos Estados vai prejudicar o Brasil ou vai criar qualquer problema de ordem econômico-financeira para o País. Até para o plebiscito – já está sendo incluído no Orçamento para 2012 – já há previsão de custos.

Então não há nenhuma argumentação que justifique a malvadeza que se faz hoje com aquela população que vive na região que corresponderá ao futuro Estado do Tapajós ou ao futuro Estado do Carajás. Nenhuma. E pior: às vezes, acontece também uma reação de colonialismo interno. Alguns grandes políticos ou empresários do Pará dizem, num “romantismo”: “Ah, o Pará não pode ser dividido”. O Pará não vai ser dividido; ele vai ser multiplicado. A área que corresponde ao Estado do Pará vai corresponder, portanto, a mais dois Estados.

Sou completamente a favor. Tenho isenção quanto a isso, porque não sou político no Pará, mas sou político na Amazônia. Sou um Senador da República eleito por um Estado da Amazônia e tenho de me preocupar com a melhoria da Amazônia.

Ao longo do tempo, a Amazônia só vem sendo lembrada como a floresta bonitinha com os bichinhos bonitinhos, e os seres humanos que estão lá continuam relegados a uma condição de cidadãos de terceira categoria.

Então, espero que o projeto do Tapajós, que volta para o Senado apenas para que seja resolvida essa questão de adequação, seja rapidamente aprovado, como, aliás, aconteceu inicialmente. Que possamos deixar o povo falar. Se o povo disser que não quer a redivisão, morreu: todos esses onze anos ao longo dos quais tramitaram esses projetos para a convocação de plebiscito redundam em nada. Agora, se o povo disser que quer, muito bem: o Congresso Nacional, o Poder Executivo, todos os órgãos envolvidos vão se debuchar sobre a elaboração de um projeto que institua, de fato, esses novos Estados.

Ontem um repórter me perguntou se isso não ia contribuir para a devastação do oeste e do sul do Pará. Respondi-lhe que, ao contrário, as coisas melhorariam nessa região onde existe devastação, onde está ausente o poder público, onde o governo não está presente, onde os órgãos de fiscalização não estão presentes. Quando se criar um Estado no oeste do Pará – o Estado de Tapajós, no caso – a área passará a ter um governador presente, órgãos federais se instalarão. De forma semelhante, no caso do Estado do Carajás, será inibida qualquer tipo de agressão ilegal ao meio ambiente e, ao mesmo tempo – e isso é o mais importante –, serão assistidos os seres humanos que estão lá.

Portanto, ao fazer este registro, quero dizer da minha alegria de ver, mesmo após onze anos, o projeto que apresentei para propor o plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós ser finalmente aprovado na Câmara e também um outro projeto, o do Carajás, do qual fui relator aqui – trata-se de projeto de autoria do

Senador Leomar Quintanilha que tive a oportunidade e a felicidade de relatar.

Quero, portanto, deixar este registro, Senador Acir. Coincidentemente, nós dois representamos Estados que resultaram de desmembramento, de redivisão territorial. Há quem possa dizer que Rondônia não deu certo? Há quem possa dizer que Roraima, mesmo com todas as dificuldades que temos, não deu certo? Estaria melhor se estivesse como Município do Amazonas? Basta ver o Município vizinho a nós, Barcelos: já foi a capital da Província do Amazonas, mas hoje, infelizmente, vive com uma renda pequena, praticamente da pesca artesanal. Não posso acreditar que seja isso que o Governo brasileiro e o Poder Legislativo queiram para a população dessas áreas a que me referi.

Portanto, quero cumprimentar os Deputados que aprovaram os dois projetos de decreto legislativo e incentivar a população da área do Tapajós e da área do Carajás para que se mobilizem porque as forças interessadas para que isso não aconteça são grandes. Basta ver o tempo que passou para ser aprovado na Câmara dos Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Senador Mozarildo. Meus cumprimentos pelo tema que traz nesta manhã de sexta-feira.

Com a palavra a Senadora Gleisi Hoffmann, pela Liderança do PT. V. Exª tem 20 minutos para fazer seu pronunciamento.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Creio que não utilizarei todo esse tempo.

Queria fazer uma saudação a V. Exª, Presidente Acir Gurgacz, aos Senadores e Senadoras, aos telespectadores da TV Senado e aos ouvintes da Rádio Senado e dizer que quero aqui reafirmar um tema sobre o qual já passei esta semana e já conversei desta tribuna com Senadores e Senadoras, que é a questão da economia, a questão da inflação.

Venho aqui porque recebemos esta semana, na Comissão Mista de Orçamento, uma das comissões que julgo mais importantes do Congresso Nacional... Aliás, aqui queria fazer uma saudação e parabenizar o Senador Vital do Rêgo, que é Presidente da Comissão e que tem retomado para a Comissão o debate de grandes temas. A Comissão Mista de Orçamento está sendo palco de debates importantes para o desenvolvimento da economia, para a política fiscal do País, e esse deve ser o seu papel, não apenas o de mero espaço de discussão de emendas parlamentares ao Orçamento da União. As emendas são importantes, já falei aqui, mas não podem ser o objetivo derradeiro deste Congresso quando se fala em orçamento.

Orçamento é instrumento importante de política fiscal e, portanto, uma política de que precisamos muito agora, neste momento em que estamos em um enfrentamento grande de controle da inflação no Brasil.

Recebemos, na Comissão Mista de Orçamento, na quarta-feira, o Presidente do Banco Central, Ministro Alexandre Tombini, e eu gostaria de fazer uma saudação ao Presidente do Banco Central, aliás, a toda a diretoria do Banco Central, e à condução da política monetária feita pelo Banco, uma política com firmeza, com coerência e que já vem demonstrando resultados consagradores no combate e no controle da inflação.

O Presidente Tombini foi extremamente firme, sereno, mostrando a importância que têm as medidas que estão sendo utilizadas pelo Banco Central, tanto a taxa Selic, que terá um reajuste duradouro, mais de médio e longo prazo – é um instrumento da ortodoxia da economia para ajustar um crescimento econômico e, portanto, combater também a inflação – como as chamadas medidas macroprudenciais e até as medidas relativas à tributação de operações estrangeiras no País.

Então, o Presidente Tombini já mostrou que, a partir dos meses de maio e junho, nós já vamos voltar a uma inflação mensal na ordem de 0,4%. Só para os senhores terem ideia, nós estávamos, nos três primeiros meses deste ano, com uma inflação na ordem de 0,8% mensal. Para que cheguemos ao centro da meta, Sr. Presidente, a inflação deve ser de 0,37 pontos percentuais por mês. Então, isso mostra que nós estamos na condução correta dessa política e que a inflação está sob controle. Mostra-se isso por meio do Índice Geral de Preços (IGP), índice que antecipa o futuro e já está mostrando queda inflacionária para os próximos meses.

Entretanto, o Presidente fez um alerta – naquela oportunidade, no debate que tivemos na Comissão, também fiz questão de ressaltar isto – de que nós temos que controlar as expectativas, principalmente as expectativas de mercado. Por quê, Sr. Presidente? Porque nós tivemos, no período passado, um índice maior de inflação. Como eu disse aqui, nos três últimos meses, de 0,80, 0,88 por mês. Então, o que vai acontecer quando nós analisarmos a inflação dos doze últimos meses, tanto no mês de maio, como no mês de junho, como no mês de agosto? Nós vamos ter uma inflação muito perto da sua meta superior, que é 6,5%. Aliás, em agosto, nós devemos chegar a uma inflação que ultrapasse essa meta, mas nós temos que ter clareza de que essa inflação é passada, não é a inflação que está se desenhando agora. Por que é passada? Porque é a inflação acumulada dos últimos doze meses. E nós não podemos nos esquecer de que, nos meses de junho, julho e agosto do ano passado, nós tivemos

inflação próxima de zero. Então, nós não chegamos ainda à banda superior da inflação e nem extrapolamos porque esses meses ainda estão computados nos últimos doze meses. Em agosto, esses meses sairão do cômputo e nós teremos só a inflação mais elevada.

Então, é muito importante que o mercado, as pessoas, nós, Senadores, de oposição ou de situação, tenhamos clareza disso e não façamos um alarde de que a inflação está crescendo, porque é um retrato antigo, dos últimos doze meses. A meta da inflação é medida no ano cheio – de janeiro a dezembro – e não nos meses correntes últimos. Portanto, quando nós formos analisar o comportamento da inflação que estamos agora combatendo, é o comportamento de janeiro para frente.

Então, tenho certeza de que, a partir de setembro, outubro, novembro, nós já vamos ver uma inflação arrefecida e uma inflação voltando próximo ao centro da meta. E disse o Presidente Tombini que essa inflação do centro da meta já vai ser colocada nos meses iniciais; nos primeiros seis meses já vai estar muito próxima do ano de 2012.

Faço esse pronunciamento aqui e falo sobre isso porque é muito importante. Ontem, na comissão, alguns Deputados levantaram: pois é, mas nós vamos no supermercado, a carne está aumentando; nós vamos no posto de gasolina, a gasolina aumentou na bomba. É importante dizer que a Petrobras não repassou nenhum aumento externo da gasolina. Nós temos o quê? Nós temos uma expectativa de defesa por parte da sociedade brasileira que acaba fazendo uma alteração nos preços. Por quê? Porque se fala que a inflação vai crescer. Então, o que acontece? A sociedade quer se proteger e, antes de se consubstanciar a inflação, já faz uma alteração.

Então, é importante dizer isso para as pessoas terem muita tranquilidade. É o que a Presidente Dilma tem falado. Ou seja, nós precisamos ter muita tranquilidade na condução desse processo. Nós não podemos ficar impactados com a divulgação de um índice de inflação que possa, num mês deste ano, estourar a banda superior da meta.

Por isso, fiz questão de vir aqui falar sobre esse tema e mostrar que tanto o grupo econômico do Governo, a equipe econômica do Governo, portanto, o Ministério do Planejamento, o Ministério da Fazenda, a própria Presidência da República, a Presidente Dilma, que tem conduzido esse processo de forma muito firme, como o Banco Central estão muito seguros, estão muito tranquilos com a administração da economia no País.

Aliás, é importante frisar que essa mesma equipe, mudando algumas pessoas, porque é uma equipe de continuidade do governo do Presidente Lula, essa

mesma equipe foi responsável pelo reequilíbrio que nós tivemos no País, em termos de inflação e em termos de crescimento econômico.

Nós não podemos nunca esquecer que o Presidente Lula, ao assumir o seu governo, pegou uma inflação descontrolada, na casa de 12,5%. Essa inflação chegou, no mês de maio, se não me engano, de 2003, a 17%; então, altamente descontrolada. É verdade que o governo do Presidente Fernando Henrique, com o Plano Real, fez esforços extremos para o combate à inflação, para o equilíbrio no nosso País. Mas também é verdade que, em vários momentos daquele governo, inclusive com a sua entrega em 2003, nós tínhamos uma situação de descontrole inflacionário.

E o Presidente Lula, por meio de sua equipe econômica, cujos membros são muitos os mesmos que estão hoje com a Presidenta Dilma, trouxe a inflação média do País, durante o seu governo, para a casa dos 4,5% a 5%.

Assim, também, a realidade com os juros reais. Nós tínhamos juros reais de 16%. Nós trouxemos esses juros, com o Governo do Presidente Lula, com essa equipe praticamente que está aí, à casa dos 6%. E a meta da Presidenta Dilma é chegar em 3,8%. Agora nós tivemos uma pequena elevação, porque a taxa de juros Selic é importante para a contenção da inflação, mas ela não é a única.

Por isso que o Banco Central faz um *mix*, entre taxa Selic, entre medidas macro prudenciais e também ajustes fiscais, ou seja, cortes e despesas no orçamento e também na área tributária, que é o aumento do Imposto sobre Operações Financeiras. Isso tudo está fazendo com que o Brasil contenha o processo inflacionário, sem colocar em risco o desenvolvimento econômico.

Aliás, eu quero falar aqui sobre a política fiscal e a política de contenção de despesas do Governo.

Sr. Presidente, eu tenho ouvido muito nesta Casa e na imprensa que o Presidente Lula teve um descontrole nas contas públicas, que o Presidente Lula gastou muito, que o Presidente Lula não teve controle orçamentário.

Eu quero dizer que isso não é verdade. Isso é mentira. Até porque os dados que nós temos em relação às despesas fiscais do Governo do Presidente Lula mostram que houve uma queda sistemática, principalmente em relação a pessoal e a custeio.

Só para os senhores terem uma idéia, no governo do Presidente Fernando Henrique, no último ano de governo, em 2002, o nosso gasto com pessoal era de 4,8% do PIB. Agora, em 2010, último ano do Presidente Lula, o gasto com pessoal foi de 4,5% do PIB. Portanto, nós tivemos redução de 0,3 pontos percentu-

ais, o que é muito significativo em relação ao Produto Interno Bruto. A mesma coisa em relação a custeio.

Em 2002, o custeio representava 1,43% do Produto Interno Bruto. Em 2002, 1,38%, o que representa 0,1 ponto percentual. Então, isso é relevante quando estamos discutindo equilíbrio orçamentário.

O que nós tivemos com o Governo Lula – e isso é muito diferente, foi na época da crise – foram medidas expansionistas, o que chamamos de medidas cíclicas para que a economia não caísse. E o Brasil foi o último a entrar na crise e o primeiro a sair.

Graças a Deus, mantivemos nossos postos de trabalho, mantivemos nosso ritmo de crescimento e mantivemos a inclusão que tanto queremos, que é a inclusão econômica e social.

Isso está fazendo com que outros países venham aqui para estudar a condução da política econômica do Presidente Lula, desse governo, e também da Presidenta Dilma, e estudar as medidas de inclusão social e de distribuição de renda que estão fazendo do Brasil referência internacional.

Então, nós não podemos misturar as coisas e temos que esclarecer a população, sob pena de fazer um discurso fácil e que compromete a condução da política econômica.

Eu queria deixar isso claro e dizer mais, que os cortes efetivados no Orçamento da União, de R\$50 bilhões, que são muito expressivos, já estão representando economia expressiva também, que vai ter impacto na redução da taxa de juros.

Só para os senhores terem uma referência, nós tínhamos a previsão, para o primeiro quadrimestre de 2010, janeiro, fevereiro, março e abril, de fazer um superávit fiscal ou uma economia para pagar serviços da dívida, para que a dívida não impacte nas contas públicas, de R\$22 bilhões. Pois bem, Sr. Presidente, nós fizemos, nos primeiros três meses, janeiro, fevereiro e março, uma economia de R\$25 bilhões. Isso tem impacto na redução dos serviços da dívida, mas também tem impacto na redução da dívida, porque, quanto mais juros você paga, menos você acumula ao principal.

Então, é importante deixar claro esses dados, porque demonstram, efetivamente, o compromisso deste Governo com aquilo que é mais precioso para a população brasileira, para a sociedade brasileira, que é o controle inflacionário e o crescimento econômico, porque nós queremos, sim, ter um controle da inflação, mas nós também queremos ter um País que cresça.

Nós não podemos esquecer que, no passado, tivemos, sim, um combate sistemático à inflação, embora não consigamos ter debelado a inflação, porque, como eu disse aqui, o Presidente Lula assumiu o seu

governo com uma inflação descontrolada. Nós tivemos um combate sistemático que apostava em apenas um instrumento de controle inflacionário, que era a taxa Selic. Portanto, tinha apreciação cambial e não tinha desenvolvimento econômico.

Quando o País conseguiu reduzir a sua taxa de inflação e quis retomar o crescimento, nós tivemos o apagão energético, porque não fomos capazes de, junto com o controle inflacionário, estimular investimentos para fazer desenvolvimento. Porque, como disse ontem o Presidente do Banco Central, queremos uma inflação baixa. Agora, queremos uma inflação baixa com desenvolvimento econômico, porque a estagnação também não interessa ao povo brasileiro.

Hoje, não. Hoje temos investimentos em economia e em infraestrutura. Aliás, os investimentos cresceram no governo do Presidente Lula.

Cresceram também os investimentos na Educação e na Saúde, em percentual do PIB, era de 1,8 passou para 2,0; a distribuição de renda passou de 6,8 para 8,8, os investimentos em políticas e distribuição de renda, e tivemos um grande aumento, quase o dobro do que tínhamos em investimentos.

Então, isso está garantindo o quê, Sr. Presidente? Que controlemos a inflação. Agora, quando a inflação estiver controlada, já está controlada, quando a inflação estiver baixa, quero dizer, ali no mês de outubro, novembro, não vamos ter problema de retomada na economia. Vamos ter investimentos, e a economia vai ser retomada, tanto que as avaliações e as previsões são de que vamos crescer cerca de 4,5 a 5 pontos percentuais, a 5% do Produto Interno Bruto em 2011.

Então, eu queria deixar registrado, Sr. Presidente, que considero isso de extrema importância, para que possamos ter muita segurança, os brasileiros, as brasileiras. A sociedade brasileira não precisa ter temor, a inflação está controlada, e o que vamos ter de divulgação de inflação acumulada dos últimos 12 meses, repito, reflete o passado. O futuro já se projeta de decréscimo inflacionário e de trazer a inflação para o centro da meta, e vamos ter, com certeza, desenvolvimento econômico neste País, com distribuição de renda, porque este é o tripé da política econômica da Presidente Dilma: controle inflacionário, crescimento econômico e distribuição de renda.

E, com certeza, o Brasil vai se firmar cada vez mais no cenário internacional como um País importante, não digo emergente, porque já emergiu; um País com economia consolidada e que tem justiça social porque tem renda para os seus brasileiros.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nossos cumprimentos, Senadora Gleisi Hoff-

mann, pelo pronunciamento. E, de fato, a equipe econômica da Presidenta Dilma está bem afinada, não de agora, mas de algum tempo. Desde o nosso então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva as coisas, no Brasil, começaram a melhorar. E temos certeza, com a condução da Presidenta Dilma, de que as coisas continuarão com céu de brigadeiro, como se diz, é a grande expectativa de todos nós, brasileiros.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR)
– Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agora, pela ordem de inscrição, o Senador Mozarildo Cavalcanti, do PTB de Roraima.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Acir, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, inscrevi-me na lista de oradores normais desta sexta-feira para homenagear a minha mãe e as mães de todo o País pelo dia delas, no domingo, já que, domingo, não há sessão do Senado Federal.

Coincidentemente, no dia 12 de abril, ocupei esta tribuna para homenagear os obstetras. Como obstetra, fiz aqui um relato de quanto esta especialidade, a obstetrícia, dá ao médico satisfação. Em cada ato, uma satisfação dupla: a de poder fazer um parto em que a mãe fique bem e a de que o neném que nasce também esteja bem.

Ontem, dia 5 de maio, foi o Dia das Parteiras. Eu homenageei aqui as parteiras, até porque creio que praticamente todos os Senadores, cuja média de idade está em torno de 50 anos – talvez um ou outro tenha nascido pelas mãos de um obstetra –, nasceram pelas mãos de alguma parteira. Eu fui um. Minha mãe, aliás, teve os quatro partos assistidos por uma parteira.

O interessante é que homenageei o obstetra, a parteira e, hoje, vamos homenagear o objeto do trabalho dessas duas profissões. No fundo, no fundo, o obstetra nada mais é um do que um parteiro mais qualificado, vamos dizer assim.

Mas eu estava lendo, num dia desses, um artigo, e uma frase me chamou muito a atenção: “O Dia das Mães devia ter, na verdade, o rótulo de dia do ser humano”, porque metade dos seres humanos é mulher, a grande maioria deles, mães, e os que não são vieram de alguma mãe. Portanto, nós homens somos fruto de uma mãe.

Aqui ouvi V. Ex^a e a Senadora Vanessa fazerem homenagens muito bonitas às mães. Quem tem a felicidade, como nós dois temos, Senador Acir, de ter uma mãe viva, mesmo que doente às vezes, sente muita felicidade e, às vezes, pensa: “Como é que pudemos, em um determinado momento da vida, contrariar a nossa mãe em alguma coisa? Como é que a gente

pôde, em algum momento também da vida, seja da infância ou da adolescência principalmente, ou até mesmo da idade adulta, achar que sabíamos mais do que as nossas mães?”

Depois que a gente vira pai, vira avô, como no meu caso, é que a gente realmente entende a dimensão dessa figura, esse *status* da mulher, que é o de ser mãe.

Então, a cada dia que passa, eu agradeço a Deus por ainda ter a minha mãe viva e, embora more em outro Estado, eu dificilmente passo um dia sem telefonar para ela, para saber como ela está, porque ela tem uma saúde, hoje, fragilizada. Mas me dá muito prazer ver o que ela foi capaz de fazer por mim, de renunciar por mim, para que eu pudesse chegar aonde eu cheguei.

Então, eu quero, por intermédio dela, abraçar e parabenizar todas as mães. Ainda não tenho netas mães, mas tenho filhas que são mães, e eu sei o quanto, às vezes, nós homens, como esposos, não sabemos dar a dimensão precisa para a figura da mãe. Eu não quero, como se diz no popular, me gabar, mas eu tenho uma esposa com quem eu vivo há 43 anos e para quem eu sempre digo: “60% ou mais do que foi feito pelos meus filhos foi ela que fez”. Ela como professora abandonou o emprego e se dedicou a ser mãe, professora, tudo dos filhos. Eu trabalhava muito, como médico obstetra trabalhava muito e ficava muito pouco em casa. Graças a Deus os três filhos que tivemos, todos os três, conseguiram, como se diz no popular, vencer na vida, são hoje profissionais que têm sua independência, que já têm suas famílias constituídas, e isso me dá muita felicidade.

Mas eu quero indagar à Senadora Gleisi se vai me dar a honra de um aparte?

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Gostaria, sim, Senador Mozarildo, muito obrigada pela gentileza. Eu queria cumprimentá-lo pelo pronunciamento, pela sua sensibilidade, pelas afirmações emocionadas que faz sobre a mãe. Ser mãe, como muitos dizem, é padecer no paraíso, porque ser mãe é uma alegria que não tem como explicar. Ter um filho, Senador Mozarildo, gerar, gestar, fazer com que nasça uma criança e ser responsável pela vida é algo que não tem paralelo. A gente muda completamente; antes de ter um filho e depois de ter um filho. Então é um amor que não tem referência na sociedade, é um amor de entrega. E as mães realmente fazem essa entrega aos seus filhos. Agora eu quero fazer uma homenagem aqui porque também não é simples ser mãe, não é simples ter um bebê, ficar noites intermináveis acordada cuidando dessa criança, cuidando da criança na fase da infância, muitas vezes com pouca solidariedade dos companheiros ou com pouca solidariedade da família. Uma

mãe que trabalha dentro de casa e trabalha fora tem que equilibrar o seu tempo, equilibrar suas funções, para dar conta de pôr o filho na escola, de educar, de trazer; as crianças, por si só, requerem das mães uma energia muito grande, uma atenção muito grande. É uma fase em que a mulher, principalmente quando as crianças são pequenas, praticamente se anula para poder sustentar e para poder criar seus filhos. É claro que nós temos situações também trágicas na nossa sociedade; de mães que renegam seus filhos, de mães que matam seus filhos, mas, com certeza, isso é a exceção da exceção. Majoritariamente, as mães têm uma dedicação infinita. E é isso que faz com que as mulheres expressem a sua solidariedade. Por isso eu sempre digo: “As mulheres são mais dadas a compreender o outro exatamente pela função materna que exercem”. Então queria parabenizar V. Ex^a pelo discurso, pelo carinho com que V. Ex^a fala das mães. Também quero aqui deixar meus parabéns a todas as mães, fazer uma saudação especial a minha mãe, que me ajuda. Em razão dela, hoje eu posso estar aqui como Senadora da República porque partilhei com ela o cuidado dos meus filhos. Sei que há muitas mulheres que abrem mão de suas carreiras, que abrem mão inclusive da militância política porque não têm com quem contar para ajudar na criação dos filhos. Então quero deixar aqui um carinho, um abraço muito grande, muito forte a todas as mães brasileiras.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

– Senadora Gleisi, fico muito honrado e emocionado com o aparte de V. Ex^a porque o aparte de uma mãe em um pronunciamento que homenageia as mães realmente completa este meu pronunciamento.

Eu quero dizer que é difícil encontrar palavras exatas para homenagear completamente a figura maternal da mulher, mas queria, ao terminar, ler dois poemas – já que não sou poeta – em homenagem a todas as mães do meu Estado, Roraima, a todas as mães do Brasil, mas, especialmente, à minha mãe, às minhas irmãs que já são mães, à mãe dos meus filhos, às mães dos meus netos, às minhas assessoras que são mães e também as mães dessas assessoras, enfim, a todas as mães aqui do Senado que trabalham diuturnamente conosco. Quero terminar lendo dois poemas, um de autoria de Don Ramon Angel Jara, Bispo e orador chileno.

Retrato de Mãe

Uma simples mulher existe que, pela imensidão de seu amor, tem um pouco de Deus, e muito de anjo pela incansável solicitude dos cuidados seus;

Uma mulher que, ainda jovem, tem a tranqüila sabedoria de uma anciã e, na velhice, o admirável vigor da juventude;

Se de pouca instrução, desvenda com intuição inexplicável os segredos da vida e, se muito instruída, age com a simplicidade de menina;

Uma mulher que, sendo pobre, tem como recompensa a felicidade dos que ama, e quando rica todos os seus tesouros daria para não sofrer no coração a dor da ingratidão;

Sendo frágil, consegue reagir com a bravura de um leão;

Uma mulher que, enquanto viva, não lhe damos o devido valor, porque ao seu lado todas as dores são esquecidas;

Entretanto quando morta, daríamos tudo o que somos e tudo o que temos para vê-la de novo ao menos por um só momento, receber dela um só abraço, e ouvir de seus lábios uma só palavra.

Dessa mulher não me exijas o nome, se não quiseses que turve de lágrimas esta lembrança, porque...

Ela me ajudou a ver o meu caminho.

Quando teus filhos já estiverem crescidos, lê para eles estas palavras.

E quando eles cobrem a tua face de beijos, conta-lhes que um humilde peregrino, em paga da hospedagem recebida, deixou aqui para todos o esboço do retrato de sua própria mãe.

Por fim, Senador Acir, quero ler um poema de Carlos Drummond de Andrade.

Para Sempre

Por que Deus permite que as mães vão-se embora?

Mãe não tem limite, é tempo sem hora,
Luz que não apaga quando sopra o vento
E chuva desaba, veludo escondido
Na pele enrugada, água pura, ar puro,
Puro pensamento.

Morrer acontece com o que é breve e passa sem deixar vestígio.

Mãe, na sua graça, é eternidade.

Por que Deus se lembra – mistério profundo – de tirá-la um dia?

Fosse eu Rei do Mundo, baixava uma lei:
Mãe não morre nunca, mãe ficará sempre
Junto de seu filho e ele, velho embora,
Será pequenino, feito grão de milho.

Senador Acir, agradeço a atenção e termino, portanto, com a homenagem a todas as mães do meu Estado, de nossa Amazônia e de todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Senador Mozarildo Cavalcanti, meus cumprimentos pela sua homenagem às mães brasileiras.

Agora, com a palavra, pela ordem de inscrição, a Senadora Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná.

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente, hoje, eu e o Senador Mozarildo estamos aqui nos intercalando nos debates de plenário, mas os temas que abordamos, tanto ele como eu, com certeza exigiam separações de tempo.

Primeiramente, vim aqui falar como oradora inscrita, pela liderança do meu Partido, para tratar da questão econômica. Agora, trago aqui um tema não menos importante e que impacta muitíssimo na nossa economia, principalmente no bolso das pessoas, dos cidadãos, das cidadãs brasileiras, que é a questão do pedágio, da concessão de rodovias.

Eu quero oferecer esse discurso ao meu Estado, ao Paraná, embora o objeto dele, o que vou falar aqui e inclusive os estudos proferidos pelo Tribunal de Contas da União não se refiram às rodovias concessionadas no Paraná, eu quero fazer este discurso em favor do Paraná, porque lá sofremos muito com as taxas de pedágios e vejo que a atitude do Tribunal de Contas que aqui vou relatar abre uma perspectiva muito grande para que a gente possa, também, resolver os problemas que envolvem as concessões de rodovias no meu Estado.

O Tribunal de Contas da União, em sessão ordinária realizada no dia 27 de abril, iniciou uma discussão muito importante sobre a rentabilidade dos contratos de concessão decorrentes da 1ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais, aquelas concessões que nos colocam a pagar os famosos pedágios.

A discussão do Tribunal de Contas da União envolve concessões realizadas entre os anos de 1995 a 1997, pelo então

Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente nos seguintes trechos rodoviários: rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, envolvendo portanto o Estado do nosso Senador Lindbergh; ponte Rio-Niterói; rodovia que liga o Rio a Juiz de Fora; rodovia que liga o Rio a Teresópolis; e rodovia que liga Porto Alegre a Osório, no Rio Grande do Sul.

A rentabilidade excessiva das primeiras rodovias privatizadas está sendo questionada por parte de Ministros do Tribunal de Contas da União. O tema é complexo e, mesmo ainda não havendo uma decisão final por parte daquele tribunal, inicialmente gostaria de louvar a disposição de seu membro em verdadeiramente discutir e aprofundar o debate sobre a questão.

E mais, penso que, diante da polêmica envolvida, o debate merece reflexões do Congresso nacional, naturalmente com o devido respeito à decisão que venha a ser proferida por aquela Corte.

O debate no tribunal teve início em 2007, logo depois de o Governo Lula concluir a segunda fase do programa de concessão de rodovias federais à iniciativa privada.

Naquela ocasião, os concessionários vencedores obtiveram em 6 trechos concedidos uma taxa interna de retorno cujo índice máximo atingiu 8,95%.

Muito diferente, portanto, da 1ª fase das concessões feitas no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando as taxas internas de retorno, dos concessionários vencedores daqueles trechos que citei, situaram-se entre 17% e 24%.

Diante de tamanha disparidade, os técnicos do TCU, através da Secretaria de Fiscalização e Desestatização, propuseram, então, a revisão dos primeiros contratos de concessão rodoviária por meio do Processo nº TC026.335/2007-4.

O Ministro Walton Alencar Rodrigues, relator do processo, concorda com a tese de revisão das taxas, e a expectativa era de que o debate teria um desfecho na sessão do dia 27 do mês passado. A votação não foi concluída, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque o Ministro Raimundo Carreiro alegou que a revisão da taxa de retorno representaria “quebra” de contrato e conseqüente insegurança jurídica na área.

O acórdão publica na ata da reunião esclarece que os Ministros acordaram:

9.1. com fundamento no art. 116, § 1º, do Regimento Interno, converter o processo em diligência para que as empresas Concessionária da Rodovia Presidente Dutra (Nova Dutra), Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (Concer), Concessionária Rio-Terezópolis S.A. (CRT), Concessionária da Ponte Rio-Niterói S.A. (Ponte) e Concessionária da Rodovia Osório-Porto Alegre (Concepa), querendo, se manifestem, no prazo de quinze dias, sobre o pretendido reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão, diante da ocorrência de alterações extraordinárias nas variáveis econômicas componentes da modelagem original do projeto, nos termos da instrução da Sefid, transcrita no relatório que antecede o presente acórdão;

9.2. fixar o prazo de quinze dias, após o recebimento, para a Sefid-1 instruir e encaminhar ao relator as manifestações das empresas e da ANTT, referidas no item anterior.

Eu gostaria de chamar a atenção da Casa justamente para a questão do “reequilíbrio econômico-financeiro nos contratos”.

Ora, Sr^{as} e Srs. Senadores, embora eu tenha convicção de que a modelagem dos leilões de licitação adotada na segunda fase de concessões pelo governo Lula tenha sido muito melhor do que aquela escolhida na primeira fase, não se trata aqui de atribuir a grande diferença das taxas de retorno praticadas a apenas isso.

É evidente que, em meados da década de 90, a conjuntura econômica do País era distinta daquela vivenciada cerca de dez anos depois, quando a segunda fase dos leilões foi concluída.

Basta verificar que o risco Brasil naquela ocasião oscilava em torno de 2.000 pontos, enquanto, em 2007, era inferior a 200 pontos. A Taxa Básica de Juros da Economia girava em torno de 60% ao ano, em 1995, enquanto, na época da segunda fase, situava-se abaixo de 12%.

As variáveis negativas dos anos 90 e as incertezas geradas em investimentos de longo prazo no País colaboraram na exigência de maiores taxas de retorno por parte dos concorrentes. Todos nós reconhecemos isso – e não queremos aqui, Sr. Presidente, que nenhuma empresa abra mão de ter o seu lucro, de ter o seu retorno, o que é um direito das empresas no sistema econômico em que vivemos.

Em 2007, porém, a nova realidade econômica do País contribuiu para que os concorrentes de então expressassem uma taxa interna de retorno menor.

Aqui, aliás, vale ressaltar um diferencial positivo da modelagem e licitação adotada na segunda fase, que também contribuiu para conferir maiores vantagens ao consumidor brasileiro: o fato de que puderam participar da concorrência empresas de fora do País, o que não ocorreu entre 1995 e 1997. Isso aumentou, e muitíssimo, a concorrência em 2007.

Mas, se todos reconhecermos o impacto da conjuntura econômica na definição das taxas de retorno, por que nas avaliações anuais dos contratos de concessão rodoviários, quando justamente são corrigidos os preços de pedágio praticados, os positivos indicadores do País não se refletem em benefício para o consumidor brasileiro? Por quê?

A cláusula que estabelece o equilíbrio econômico-financeiro em contratos de concessão de longo prazo é comum, eu diria, usual, e sempre é acionada para assegurar a manutenção dos ganhos das concessionárias, mesmo em situações de crise ou dificuldade do País. Ou seja, garante que, mesmo em condições adversas ou diante de dificuldades provocadas por questões não previstas, os contratos serão readequados para garantir o retorno do empresário – o que é justo.

Porém, não tem sido uma prática utilizar surpresas positivas, ou melhor, indicadores bons da economia brasileira para impulsionar favoravelmente o equilíbrio dos contratos como possibilidade de rearranjo em benefício do consumidor, dos cidadãos, das cidadãs, dos brasileiros e brasileiras.

Ora, se estamos diante de um momento de risco país e taxa de juros controlados, de crescimento expressivo da economia nos últimos anos, praticamente pleno emprego e, ainda, neste caso em particular, recordes sucessivos de crescimento nas vendas de automóveis, como explicar que todos esses indicadores não sejam suficientes para rever uma taxa de retorno, além da inflação, taxa essa que leva inclusive, em alguns contratos, a dobrar a taxa Selic, que hoje se situa na faixa de 12% a 13%. Os contratos de que estamos falando aqui têm taxas internas de retorno que variam de 17% a 24%, portanto, incompatíveis com o momento da economia em que vivemos hoje.

Imaginem, Sr^{as} e Srs. Senadores, o crescimento dos usuários e, portanto, clientes das rodovias mencionadas, tudo em função de melhores condições estruturais para o País.

Naturalmente que a estabilidade jurídica de um país é algo essencial e o Brasil tem demonstrado esta maturidade, comprovada, sobretudo, pelas crescentes taxas de investimento externo estrangeiro em nossa economia.

Porém, creio que, neste caso, há razões para uma discussão qualificada cujo objetivo deve ser, via de regra, beneficiar o conjunto da sociedade brasileira sem tirar o direito dos investidores.

Concluo, Sr^{as} e Srs. Senadores, esperando que possam as empresas concessionárias envolvidas responder ao prazo determinado pelos Ministros do Tribunal de Contas da União, em busca de uma solução consensual que possa envolver, positivamente, ambas as partes.

Porém, caso isso não seja possível, espero que, respeitadas suas atribuições e exigências constitucionais, o Tribunal de Contas da União possa decidir em favor do bom senso, revendo essas absurdas taxas de retorno interno e reequilibrando econômica e financeiramente os contratos dessas concessões em benefício do povo brasileiro.

Não estão em questão aqui, como eu disse no início, os contratos de concessão do Estado do Paraná, muitos deles feitos pelo governo do Estado da época, inclusive da mesma época de que tratam esses contratos. Eu vou solicitar que esses contratos também tenham, por parte do Tribunal de Contas da União, uma análise sobre o reequilíbrio econômico-financeiro.

Eu conversava, há pouco, com o Senador Acir Gurgacz sobre o preço do pedágio que nós pagamos nas estradas paranaenses. Para ir de Cascavel a Curitiba, um trecho grande do oeste à capital do Estado, nós pagamos quase que o equivalente a uma passagem aérea, a uma passagem de transporte de ônibus. Temos que rever isso.

Não queremos aqui – quero deixar muito claro – nenhum prejuízo às empresas. Não queremos que as empresas abram mão do seu retorno, do seu lucro, que tenham sua lucratividade, mas elas têm que adequar os seus contratos à realidade da economia, porque passa a ser uma cláusula leonina. E isso não é admitido no Direito brasileiro.

Concedo, com prazer, um aparte ao Senador Acir Gurgacz.

O Sr. Acir Gurgacz. (Bloco/PDT – RO) – Meus cumprimentos, Senadora Gleisi Hoffmann, pelo assunto, pelo tema que V. Ex^a traz para o debate nesta manhã. Eu entendo que o pedágio é mais um imposto que nós estamos pagando, mas também entendo também que se faz necessário e é importante um pedágio que seja de acordo com a realidade do trânsito e com a realidade da possibilidade de pagamento da população. A diferença de preço dos pedágios que foram lançados no mercado no ano passado e atrasado em relação aos pedágios lançados no mercado há dez anos é muito grande. O Estado de Rondônia tem somente uma BR, a BR 364, que tem um tráfego enorme de caminhões e automóveis. Eu entendo que, se lá fosse aplicada a mesma política de pedágio que foi colocada no Estado de São Paulo para Minas Gerais e no Paraná para Santa Catarina, o Estado ganharia, porque nós pagaríamos um pedágio pequeno, mas teríamos um retorno muito grande. Portanto, a sugestão de V. Ex^a, de que o TCU reorganize e reestude os contratos antigos, não quebrando contratos, mas readequando-os à realidade atual, é muito importante. De fato, a população brasileira precisa acompanhar o que está acontecendo com o dinheiro arrecadado nos pedágios antigos, para que o valor cobrado seja realmente adequado à realidade atual, trazendo os preços para a atualidade, para que não fiquemos engordando os cofres das empresas desnecessariamente. Nós precisamos cuidar do imposto do nosso contribuinte. Meus cumprimentos, Senadora Gleisi!

A SRA. GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Acir.

Quero reafirmar que não se trata de colocar insegurança jurídica. Nós prezamos por ela – é importante para o Brasil –, mas é preciso readequar cláusulas contratuais. Assim acontece também quando nós temos uma cláusula que prejudica o empresário. Ele

tem direito de recorrer e pedir a recomposição da sua taxa de retorno.

Nós queremos, num outro cenário da economia, que aponte para um equilíbrio, que aponte para um crescimento, que aponte para uma segurança, inclusive para o empresário, que essas taxas exorbitantes sejam revistas, até porque é um contrato de longo prazo. Nós falamos aqui de um contrato de vinte, de trinta anos. Não podemos ficar com essa projeção. E se nós fizermos essa adequação, o empresário continuará ganhando e ganhará a sociedade brasileira. E se, porventura, tivermos qualquer situação que afete economicamente os contratos, nós também podemos reavaliar e refazer o equilíbrio econômico-financeiro.

Então, deixo aqui um apelo a essas empresas, parabeno muitíssimo o Tribunal de Contas da União e quero dizer a esta Casa que apresentarei, na semana que vem, um requerimento pedindo que o Tribunal de Contas da União também possa fazer a avaliação e a análise sobre os contratos de concessionárias, os contratos de concessões praticados pelos governos do Estado, em particular, pelo Governo do Paraná, nos mesmos moldes desse, para que nós possamos fazer uma avaliação.

Com certeza, temos uma audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado sobre esse tema, que interessa a toda a população brasileira e à produção do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sra. Gleisi Hoffmann, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a palavra a V. Ex^a para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Iniciamos, neste ano, Sr. Presidente, um ciclo de debates na Comissão de Agricultura, da qual tenho o prazer de ser o Presidente, junto com o Senador Moka, Vice-Presidente. Nós administramos a Comissão de Agricultura aqui no Senado e estamos fazendo um ciclo de debates todas as sextas-feiras.

Já tivemos, como primeiro debate, a legalização fundiária brasileira. O segundo tema foi o financiamento agrícola e a dívida dos nossos agricultores. Falamos da influência do Mercosul na agricultura brasileira e o último debate foi sobre os frigoríficos, o preço da carne no mercado, o preço que os frigoríficos estão pagando ao produtor rural pela carne, sobre a política de inves-

timento feita pelo BNDES. Hoje debateremos o etanol, o preço do álcool nas bombas brasileiras.

O objetivo desse seminário é discutir a produção e o fornecimento de álcool para o mercado consumidor, o comportamento da demanda, as projeções e cenários futuros, bem como a alteração proposta na Medida Provisória nº 532, de 28 de abril de 2011.

Depois dos alimentos, é a vez do preço do álcool e da gasolina nas bombas dos postos de combustíveis pressionar a inflação e despertar a preocupação dos brasileiros. Nas últimas quatro semanas de abril, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, o litro da gasolina ficou, em média, 4,6% mais caro, embora a Petrobras tenha informado que os preços permanecem sob controle. Acontece que um quarto do litro da gasolina vendida nos postos é composto por álcool anidro, que dobrou de preço no País desde o início do ano.

Então, nós vamos debater o assunto hoje, às 14 horas, na Comissão de Agricultura. Convido a população que queira participar desse debate, pois nós estaremos, junto com os demais debatedores, recebendo as perguntas feitas pelo 0800 do Senado, por e-mail ou pelo Twitter.

Estão convidados para esse tema o Dr. Cid Jorge Caldas, Coordenador-Geral do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia, da Secretaria de Produção Agroenergia, o Dr. Pedro Luciano Penha Rocha Oliveira, Secretário Executivo do Fórum Nacional de Sucroenergéticos, representante da União dos Produtores de Bionergia, o Dr. Alísio Vaz, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes, o Dr. Ricardo de Gusmão Dornelles, Diretor do Departamento de Combustíveis Renováveis da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Combustíveis Renováveis, do Ministério de Minas e Energia, e o Dr. Manoel Polycarpo de Castro Neto, Coordenador de Atividades da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, da ANP. Todos estão confirmados.

Portanto, convido todos a participarem desse debate tão importante, hoje, às 14 horas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra, como orador inscrito, ao Senador Lindbergh Farias, do PT do Rio de Janeiro.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, subo a esta tribuna para falar hoje sobre a polêmica das medidas provisórias e sobre o nosso trabalho na Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência. Mas, antes, eu queria fazer um comentário sobre a intervenção feita, há pouco,

pela nossa grande Senadora do Paraná, do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, que falava aqui sobre a inflação.

A gente vê, hoje, que, com a inflação de abril, divulgada pelo IBGE, de 7,7%, começa a haver uma espécie de carnaval. Ou seja, o acumulado dos últimos doze meses ultrapassa o teto da meta; foi pra 6,51%. E começa um discurso de desequilíbrio inflacionário que nos preocupa.

Como bem falou a Senadora Gleisi Hoffmann, 6,51% é o acumulado nos últimos doze meses. Só que o Governo tomou várias medidas. Em dezembro, medidas macroprudenciais: aumentou o compulsório dos bancos, diminuiu os prazos de financiamento, de crédito, aumentou a taxa de juros Selic.

Com os dados que nós temos, sabemos que a inflação começa a cair com força em maio e a partir de junho vai estar entre 0,35% e 0,40%. Ou seja, as ações que o Governo tomou estão fazendo efeito e vão fazer efeito cada vez com mais força.

Eu trago dados, inclusive, aqui da *Carta Maior*, hoje. Dados da Febraban, de quarta-feira passada, que divulgou pesquisa que aponta arrefecimento do crédito como resultado da ação do Governo. Em outras palavras, caiu o número de empréstimos porque o Governo tirou dinheiro da praça. E menos crédito significa vendas menores e espaço reduzido para aumento dos preços.

No mesmo dia, a Confederação Nacional do Comércio informava que os lojistas estavam um pouco desanimados com as perspectivas de vendas, enquanto o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) dizia que o custo de vida da cidade de São Paulo subira, em abril, menos do que em março.

O mesmo Dieese tinha divulgado, um dia antes, que em abril o preço da cesta básica caíra em 14 das 17 capitais do País. Números da equipe econômica que chegaram à Presidenta já tinham mostrado que, no primeiro trimestre, o preço da cesta básica inclusive recuara.

Outros dados conhecidos nos últimos dias, que sustentam o otimismo do Governo, são a queda de um tipo de índice de inflação que o IBGE tem apenas para o empresariado. A previsão da Associação Comercial de São Paulo é de que as vendas para o Dia das Mães vão crescer um pouco menos, e há uma estimativa idêntica da associação das montadoras, Anfavea, para o comércio de carros em 2011.

Então, vejam, estamos com convicção de que as medidas tomadas pelo Governo foram acertadas e em tom certo. Alguns queriam que o Governo tivesse, em um primeiro momento, dado uma pancada na taxa

Selic, colocado a taxa Selic lá em cima. Isso significaria derrubar a economia, matar a galinha dos ovos de ouro, que é o nosso grande mercado interno; significaria mais desemprego, uma desaceleração violenta da economia. Então, penso que o Governo conseguiu ter uma política que alguns estão chamando de gradualismo, de paciência, de serenidade.

Chamo atenção para o que a Senadora Gleisi Hoffmann falou: no ano passado, a inflação, nos meses de junho, julho e agosto, foi zero. Vamos colocar a inflação entre 0,35 e 0,40, um patamar que, se olharmos para a frente, é o patamar do centro da meta de 4,5%. Só que a inflação de junho, julho e agosto do ano passado foi zero. Então, sabemos que, até o final de agosto, essa inflação pode chegar a 7%. É nesse ponto que entra a queda de braço com o mercado. Infelizmente, há um outro jogo de quem está apostando em taxas de juros mais altas e que ganha com isso.

Penso que o nosso papel aqui, como Senador, com responsabilidade por este País, é de mostrar ao povo brasileiro que as medidas do Governo estão corretas, que o Governo fez o que tinha de ser feito, sem derrubar a economia brasileira. E temos de acabar um pouco com essa histeria, a partir destes meses, olhando para frente, porque sei que o movimento de alguns tem um objetivo claro: aumentar a taxa de juros e, consequentemente, os seus rendimentos e a sua lucratividade.

Então, na próxima semana, vamos fazer algumas ações na Comissão de Assuntos Econômicos – eu conversava com a Senadora Gleisi – para trazer aqui novamente a esta Casa o Secretário-Executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, para mostrar isso. Temos de passar tranquilidade ao povo brasileiro em relação à discussão sobre a inflação. O pior já passou, e o Governo tomou as medidas que tinha de tomar.

Presidente Mozarildo, venho a esta tribuna, hoje, falar sobre medidas provisórias. Ontem, a oposição esteve na Ordem dos Advogados do Brasil, retirou-se – e é um ato legítimo da oposição – deste plenário. Parece que as medidas provisórias foram criadas agora pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff. É importante até dizer que a Presidenta Dilma apresentou apenas oito medidas provisórias, em um ritmo muito menor que o do Governo Fernando Henrique Cardoso e que o do Governo do nosso ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Agora, vamos contextualizar essa discussão das medidas provisórias aqui neste plenário. Como surgiu essa PEC do Presidente Sarney que se transformou, agora, no relatório do Senador Aécio Neves na Comissão de Constituição e Justiça? Surgiu porque o Plenário desta Casa – Senadores da base governista, principal-

mente – subiram à tribuna e disseram: não aceitamos o papel que estão querendo impor ao Senado Federal. As medidas provisórias estavam chegando aqui no último dia. O Senado, em um dia só, tinha de aprovar; se emendasse aquela medida provisória, ela perderia prazo. A Câmara está segurando excessivamente, nas suas discussões internas, a medida provisória. O prazo é de 120 dias nas duas Casas, e joga-se aqui no final.

Então, Senadores da base governista se manifestaram. Lembro-me do Senador Walter Pinheiro, lembro-me de várias questões de ordem colocadas neste plenário. E o que aconteceu a partir daí? O Presidente Sarney, refletindo o desejo de toda a Casa, apresenta uma PEC estabelecendo prazos de tramitação da medida provisória na Câmara e no Senado Federal: 55 dias na Câmara; se a Câmara não votar, a medida vem diretamente para o Senado, e temos 55 dias; depois, voltaria para os 10 dias finais na Câmara dos Deputados.

É importante dizer que essa é uma luta política de todo o Senado. Sabemos que, se aprovada a PEC do Presidente Sarney, vamos ter muitas dificuldades, porque não vai ser fácil a Câmara dos Deputados abrir mão de uma situação que é confortável para ela. Então, o movimento que estava existindo aqui, neste Senado Federal, era um movimento de fortalecimento desta Casa.

O que eu acho? Quando a PEC do Presidente Sarney chegar ao Senado Federal e o Senador Aécio Neves relatá-la, ele desconsiderará esse movimento de fortalecimento da Casa, essa tensão entre Senado e Câmara, e mudará o objeto para tensão entre oposição e governo.

Eu acho extremamente legítimas as posições defendidas pelo Senador Aécio Neves, mas utilizar-se de uma PEC do Presidente Sarney, que veio consignar o que todos os Senadores desta Casa defendiam, que era uma postura diferente do Senado Federal... Acho que, ao transformar completamente a PEC do Presidente Sarney, estamos destruindo um instrumento de unificar esta Casa, o Senado Federal, de sair do debate situação e oposição e entrar no debate do fortalecimento do Senado Federal.

O que faz o substitutivo, o relatório do Senador Aécio Neves? Ele diz que a medida provisória não terá mais efetividade imediata, não passará a ter efetividade na data da sua publicação. Ela terá que ser aprovada por uma comissão permanente e, só a partir dali, poderá ter efeitos.

Vamos falar sério, Sr. Presidente. Não há governabilidade dessa forma. O Senador José Pimentel, no seu substitutivo, inclusive cita o caso do Plano Real. No Plano Real, houve uma intervenção concreta nos

fundamentos da economia. Como apresentar o Plano Real sem que ele tenha efetividade imediata? Ao ficar para uma discussão em uma comissão permanente, perde-se aquilo que é mais forte na medida provisória. Não se governa este País também sem medidas provisórias. Nós temos que combater os excessos, fortalecer o Parlamento, mas não se governa este País...

Nós temos que reconhecer que, nesses últimos anos, em especial nos últimos 16 anos – reconheço os avanços do governo Fernando Henrique Cardoso e do governo do Presidente Lula –, a medida provisória foi um instrumento importante. Seria melhor o Senador Aécio Neves proibir o uso de medidas provisórias do que tirar sua efetividade imediata.

Estabelece também o relatório do Senador Aécio Neves a proibição de, por medidas provisórias, o governo criar cargos, ministérios, secretarias. Essa é outra medida.

Eu quero, na CCJ, na próxima semana, olhar para o Senador Aécio Neves e dizer: “Senador Aécio Neves, se V. Ex^a virar Presidente da República um dia e quiser montar o seu governo na sua cara, no seu formato, se for por projeto de lei, o senhor só vai conseguir montar esse seu governo depois de 8 meses de assumir a Presidência da República”.

Em Minas Gerais não acontece isso, porque em Minas Gerais é permitido fazer essa criação de cargos por decreto, que a lei delegada dá, e eu não acho errado. Então, querer que o Governo Federal consiga criar suas estruturas por meio de projetos de lei... A gente sabe que os projetos de lei na Câmara e no Senado tramitam de forma muito lenta, infelizmente.

Então, qual é o apelo? Eu estou subindo a esta tribuna para quê? Eu acho que nós não podemos perder a chance de unificar uma posição aqui entre todos os Senadores, Senadores da oposição e Senadores da situação. Qual é o meu apelo? É que a gente tome como base o projeto do Presidente Sarney e avance, coloque outros temas. Nós estamos abertos a discutir sugestões com a oposição. O que a gente não pode é matar esse processo que está surgindo aqui nesta Casa, que é de fortalecimento deste Parlamento. Eu sou Senador da base governista com muito orgulho, sou Senador do Partido dos Trabalhadores, mas quero um Senado forte. Não vou aceitar de forma nenhuma ficar votando medidas provisórias no último dia aqui, neste plenário, sem debate, sem discussões! Ninguém concorda com o que houve na última medida provisória, uma medida provisória “frankenstein” que coloca oito temas completamente diferentes!

Então, vamos sentar todos os Senadores na próxima reunião da CCJ, nas articulações a partir de hoje, e propor um projeto que seja o projeto do Sena-

do Federal, que saia do simplismo situação-oposição, que fale no fortalecimento desse Senado, porque eu tenho uma convicção: aprovar alguma coisa pela Câmara dos Deputados vai ser muito difícil. E nós, Senadores dessa base governista, estamos dispostos a forçar o Governo a entrar na negociação, para sentar Câmara e Senado para a conclusão de uma proposta bem mais objetiva.

Nós temos – e esse é o sentimento da base do Governo – temos força para dizer ao Governo: se não houver mudanças nesse rito que existe hoje, nós não vamos mais votar medidas provisórias. Nós queremos sim forçar o Governo a fazer a Câmara sentar com este Senado Federal.

Então o que eu quero dizer é o sentimento que não é só meu, pelo que eu converso com os meus pares dos diversos partidos desta base de Governo: nós queremos mudanças substantivas nessa medida provisória.

A oposição está com a bola. Ela tem que decidir se quer apenas demarcar campo ou se ela quer de fato costurar uma proposta de consenso que unifique todo o Senado Federal. Eu, como Senador que faço parte da Comissão de Constituição e Justiça, quero me colocar à disposição da oposição nesse sentido. Se existir, a partir do projeto do Senador Sarney um sentimento de construção de um projeto que traga unidade a esta Casa, nós queremos trilhar esse caminho.

Sr. Presidente, eu queria, para encerrar, falar de um trabalho que tenho feito aqui nesta Casa e que tem me dado muita satisfação. É um debate que infelizmente não tem muito espaço nos órgãos de comunicação, mas que fala diretamente a muita gente.

Aqui nós estamos sempre participando dos debates sobre os rumos da política econômica, sobre os desafios deste País, mas confesso a V. Ex^a que algo que fala muito ao meu coração é o que nós temos feito na Subcomissão da Pessoa com Deficiência.

Eu queria falar isso. Você sabe, Presidente Mozarildo, que em todo o mundo as estatísticas falam que existem 10% de pessoas com deficiência na sua população. Aqui no Brasil, o último IBGE fala em 14%, fala em 24 milhões de pessoas com deficiência. Eu, sinceramente, acho que esses critérios são muito amplos porque nesses critérios aqui estão incluídas pessoas com deficiência visual leve. Acho que a gente tem que descartar isso, a gente tem de focar de fato nas pessoas com deficiência.

V. Ex^a fez um discurso aqui, ainda agora, sobre o Dia das Mães. O que tenho conhecido de mães e de pais batalhadores, apaixonados pelos seus filhos, que fazem verdadeiros sacrifícios para levar o seu filho a uma fisioterapia, a uma fonoaudiologia, para tratar da

sua criança, do seu jovem, do seu adulto com deficiência! São heróis.

Tivemos eventos muito bonitos nesta Casa, tivemos audiência pública sobre o Dia Mundial de Consciência do Autismo. E que guerreiros, que guerreiras nós conhecemos! Tem sido muito gratificante participar desses debates aqui nesta Casa.

E nós, nesse trabalho da Subcomissão Permanente da Pessoa com Deficiência escolhemos uma outra linha. Nós, no Senado, temos uma discussão sempre, que é para legislar, apresentar leis que resolvam os problemas.

Pois bem, Senador Mozarildo. Nós, da Subcomissão, dissemos o seguinte: aqui o centro não é a apresentação de leis. Nós estamos transformando aquela Subcomissão num lugar onde se encontram soluções, numa câmara de conciliação, num lugar onde chamamos as entidades, o Governo, os ministérios para discutir e tentar resolver os problemas. Tanta coisa dá para ser feita, tanta coisa razoavelmente simples de resolver!

Nós começamos os debates sobre inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e aposentadoria. E vários outros temas nós vamos abordar: saúde, educação, acessibilidade, mas estamos querendo, primeiro, concentrar nesse. Só depois de avançar, de resolver alguns problemas, vamos entrar em outros pontos.

Primeiro aspecto a ressaltar, Senador Mozarildo: é importante dizer que, no Brasil, hoje estamos com menos de 7% de desemprego. É quase pleno emprego. Mas devo dizer que, no fim da fila, estão as pessoas com deficiência. Temos uma grande informalização do mercado de trabalho, mas também devo dizer que os últimos da fila são as pessoas com deficiência. Só para o senhor ter a dimensão dos números, nós temos 42 milhões de pessoas com carteira assinada no Brasil. Segundo a Rais – Relação Anual de Informações Sociais, instrumento de coleta do Ministério do Trabalho, só 289 mil são trabalhadores com deficiência no mercado de trabalho formal, ou seja, menos de 1% dos empregos formais são ocupados por pessoa com deficiência. Volto a dizer os números do censo. Podem estar exagerados os 14%, mas a média internacional é de 10% de pessoas com deficiência.

Aí, nós vemos: temos uma lei de cotas que dispõe que empresas com mais de cem funcionários têm que ter de 2% a 5% de trabalhadores que sejam pessoas com deficiências. Vê-se que a lei de cotas ainda é muito pouco aplicada, mas existem diferenças. Nas empresas grandes, acima de cem funcionários, a proporção aumenta: 1,4% de pessoas com deficiência empregadas.

Em pequenas empresas, que não têm lei de cotas, cai para 0,34. Na Administração Pública, cai para 0,30.

Nós fizemos primeiro o debate da inclusão no mercado de trabalho e observamos vários aspectos da discussão. Os empresários, as confederações reclamam da falta de capacitação profissional. Esse é um fato.

Mas a gente observa, pelos dados do Ministério do Trabalho, que há muitas empresas que não contratam porque têm que fazer uma adaptação, porque é necessário contratar, e não contratam ainda. E o que a gente observa pelos dados do Ministério do Trabalho: a fiscalização tem um papel central.

A partir da fiscalização, muitas empresas que não contratavam passaram a contratar. Daí, dois desdobramentos na linha de resolver problemas. Fizemos uma reunião no Ministério Público do Trabalho, com a Dr^a Vilma e a Dr^a Maria Aparecida Gurgel, e o Ministério Público do Trabalho vai realizar audiências públicas nos Estados para discutir medidas mais efetivas no fortalecimento da fiscalização.

Por um lado, esse é o caminho. Por outro lado, em relação à formação profissional. Estive, nesta semana, com a Ministra Maria do Rosário. Fui ao Ministério da Educação conversar com o Secretário de Educação Profissionalizante, que é a secretaria que está cuidando das escolas técnicas, do Pronatec e da formação profissional.

E, a partir dali, foi montado no Ministério da Educação um grupo de trabalho e nós, na próxima semana, vamos ter outra reunião para discutir, dentro do Pronatec, o que fazer, uma quantidade de vagas específicas, uma política de estímulos à formação profissional da pessoa com deficiência.

Então, vejam, ampliar as vagas para formação profissional dessas pessoas com deficiência é fundamental. Eu acho que vamos conseguir. Estou muito confiante de que no Pronatec vamos ter um ponto que é a inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência.

Senadora Vanessa.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)

– Eu gostaria de fazer um aparte a V. Ex^a e agradeço desde já.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ)

– Claro.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)

– Primeiro, cumprimentá-lo não só pelo pronunciamento, mas pela preocupação que V. Ex^a traz à Casa. V. Ex^a sugeriu, o que foi acatado prontamente não só pelos líderes, mas pelo Presidente da Casa, Senador José Sarney, e a comissão está funcionando. Uma comissão especial que trata das pessoas portadoras de deficiência. Essa não é uma preocupação comum dos

parlamentares, porque não atinge, talvez, a maioria da população, mas é uma preocupação que tem que fazer parte da pauta, e a gente fica feliz. Eu fico muito entusiasmada de ver um jovem Senador, ex-Prefeito de uma cidade importante, do Rio de Janeiro, trazer para o Senado Federal essa preocupação, imbuído da vontade, do desejo de fazer com que essas pessoas se insiram plenamente na sociedade, no mercado de trabalho, na formação, que tenham possibilidade de livre acesso aos lugares, à mobilidade urbana. Quando se fala em mobilidade urbana, pouco se pensa nas pessoas portadoras de deficiência. E V. Exª fez um pronunciamento. Nós estamos tratando da mobilidade urbana na Copa. Na mobilidade urbana, tem que estar incluído o acesso aos deficientes. Então, quero cumprimentá-lo, Senador Lindbergh, pelo entusiasmo com que V. Exª traz este assunto.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Tenho certeza absoluta de que os deficientes do Brasil inteiro... Olha, a Câmara avançou. Nós temos, na Câmara dos Deputados, quatro ou cinco deficientes que se elegeram...

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Tem três Deputados cadeirantes lá, agora.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Cadeirantes!

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Rosinha da Adefal, Deputado Walter Tostes, Deputada Mara Grabilli. Há vários outros lutadores na Casa: Deputado Eduardo Barbosa; agora, o Deputado Romário, que está à frente de uma luta muito bacana.

A Srª Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Exatamente. Por conta da filha, que tem síndrome de Down. Enfim, é fundamental isso. E foram eleitos, esses Deputados, com a bandeira da inclusão social. Isso é importante. E não é deles. Nós não temos que deixar essa luta para os deficientes. V. Exª dá o exemplo, um belo exemplo ao Brasil. Parabéns, Senador Lindbergh.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Senadora, agradeço-lhe muito pelo carinho, pela fala.

Passo a palavra para outra Senadora, lutadora como a Senadora Vanessa Grazziotin, que é a Senadora Gleisi Hoffmann.

Senadora Gleisi, no começo do meu discurso, fiz considerações sobre o seu pronunciamento acerca da inflação, sobre a posição que V. Exª tem tido aqui. Então, fiz questão de reafirmar, no momento em que a gente tem que combater uma histeria feita por alguns que têm objetivos claros, que temos muita certeza de que o Governo Federal está no caminho certo, que está atuando. E que os dois compromissos da Presidenta

Dilma, de combater a inflação e sustentar o desenvolvimento, vamos conseguir trilhar por esse caminho.

Concedo o aparte à Senadora Gleisi Hoffmann.

A Srª Gleisi Hoffmann (Bloco/PT – PR) – Obrigada, Senador Lindbergh. Agradeço pela referência. V. Exª também sido muito guerreiro na questão da economia, mostrando o acerto das medidas e tem participado ativamente desse debate. Mas eu também queria, como a Senadora Vanessa, parabenizá-lo pelo pronunciamento e pela iniciativa junto ao Pronatec, para termos enfim um programa, uma ação especial às pessoas com deficiência. É verdade, hoje nós temos vagas, temos a lei que determina a entrada no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, mas, se não preparamos essas pessoas e também se não preparamos o ambiente em que elas vão ser acolhidas, vamos ter muita dificuldade em fazer a inclusão. Então, quero parabenizar V. Exª. Lá, no Estado do Paraná, temos várias entidades que têm discutido essa questão, e algumas têm feito também a capacitação e a mediação entre empresas. E a gente acompanha esse trabalho. Quero saudá-lo e colocar-me à disposição. Eu gostaria muito de participar desse processo para ajudá-lo, ajudar o Governo e ajudar as nossas entidades para que possamos avançar em políticas públicas para as pessoas com deficiência.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Eu queria, a propósito, repetir o que havia falado um pouco antes: o que queremos fazer nessa subcomissão é resolver problemas. Há muitas coisas que estão ali perto, mas nós não conseguimos fazê-las funcionar. Chega a ser uma contradição: nós não estamos preocupados em apresentar leis – a nossa legislação sobre o tema é bastante rica –, o que queremos é fazer as coisas andarem, fazer com que sejam cumpridas as leis, resolver problemas, chamar as partes.

Vou dar um exemplo. Temos 1,819 milhão de pessoas com deficiência que recebem o BPC, Benefício de Prestação Continuada. Temos no mercado de trabalho formal, segundo os dados da Rais, 289 mil. Sabem o que está acontecendo? As pessoas temem perder o BPC. Nós vimos que a formalização do mercado de trabalho no governo Lula foi impressionante. Eu falava que, no final da fila, está a pessoa com deficiência. Caminhamos pelas ruas do Rio e vemos muitos cadeirantes no mercado informal, como ambulantes, e conversamos com vários. O diagnóstico é um só: a pessoa tem medo de ir para o mercado de trabalho, mesmo que seja um emprego de seis meses, e nunca mais ter o BPC.

Ontem fizemos uma audiência pública da qual participaram o Ministério da Previdência, o Ministério

do Trabalho e o Ministério do Desenvolvimento Social. Foi interessante perceber que o Ministério do Desenvolvimento Social já tem esse diagnóstico e tem pronta a minuta de um projeto que autoriza as pessoas que recebem o BPC a entrarem no mercado de trabalho sem perder o benefício. Com isso, a pessoa é estimulada a entrar no mercado de trabalho, o que melhora a arrecadação da Previdência.

Montamos um grupo de trabalho com os Senadores e o Ministério Público do Trabalho, vamos ter uma reunião no Ministério do Desenvolvimento Social. Se conseguirmos fazer isso andar, vamos melhorar a vida de muita gente.

Senadora Gleisi, ouço V. Ex^a.

A Sr^a Gleisi Hoffmann, (Bloco/PT – PR) – Isso, com uma ação de mediação, não é Senador? Às vezes não é preciso apresentar projeto de lei, fazer grandes ações legislativas, mas mediar as relações que existem na sociedade. Muitas vezes se tem, na sociedade civil organizada, uma solução que não está compatibilizada com uma política pública. Nós podemos fazer essa ligação. Então, quero parabenizar V. Ex^a, porque é disso que precisamos: mais do que elaborar grandes projetos, é preciso fazer a mediação dessas propostas e dessas ações. Dia 6 de junho, por exemplo, é o Dia Nacional do Teste do Pezinho. Estou solicitando, e gostaria que V. Ex^a também estivesse comigo, uma ação no Ministério da Saúde. Queremos fazer um evento lá – não vai dar tempo de realizar uma sessão aqui – para sensibilizar o Ministério da Saúde a colocar mais alguns exames no teste do pezinho, que vão evitar doenças posteriores nas nossas crianças, sejam doenças relacionadas à deficiência ou à insuficiência. O teste do pezinho foi um grande ganho. Às vezes, para fazer um exame daquele gasta-se R\$1,00 ou R\$1,50 por criança e evita problemas futuros. Então, isso também é importante. Já tivemos uma audiência com o Ministério da Saúde, e o Ministério da Saúde está propenso, no dia 6 de junho, a lançar mais duas ou três avaliações de doenças para colocar no teste do pezinho e evitar, com isso, doenças depois nas nossas crianças. Então, nessas questões de mediação coloque-me, porque quero colaborar muito com V. Ex^a.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Além do BPC, existe um outro ponto que toca muito as pessoas com deficiência intelectual: pensão por morte dos pais. Em especial, a Federação de Síndrome de Down tem sempre uma luta, porque o que acontece?

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – Para concluir, Sr. Presidente.

Muitos jovens, muitas pessoas com síndrome de Down, às vezes, conseguem empregos por seis meses ou por um ano. São empregos transitórios, mas tem um efeito na vida da pessoa fantástico de integração. O que acontece? O medo de perder a pensão por morte dos pais. Quando a pessoa tem um filho com deficiência, não tem nada com que a pessoa se preocupe mais, principalmente na área da deficiência intelectual, do que o que vai acontecer quando eu, pai, eu, mãe, morrer? E os pais, com razão, têm muito medo. Aquela pensão é fundamental!

Também montamos um grupo de trabalho com o Ministério da Previdência. Estou muito confiante. Decidimos que não vamos entrar em outro ponto sem que consigamos ter respostas concretas. Espero que a gente consiga avançar em tudo isso para, depois, conversar com a nossa Presidenta Dilma para fazer o anúncio dessas políticas que impactam a vida de muita gente.

Só para concluir, Sr. Presidente, Senadora Gleisi, aqui, tenho uma preocupação na minha atuação no Senado – vim da Prefeitura de Nova Iguaçu, estava no meio do povo discutindo problemas reais, do dia a dia –, de a gente entrar aqui em um debate distante da vida das pessoas – distante da vida das pessoas. O desafio maior deste Senado é entrar na pauta do povo. Essa é uma pauta do povo.

Até nos debates econômicos, Senadora Gleisi. Às vezes as pessoas falam em números como se do outro lado não existissem pessoas, consequências. A tal da derrubada da economia que alguns queriam... Parece que agora nas estatísticas a gente fica torcendo por números; aumentar a taxa de desemprego... É claro que as medidas duras têm que ser tomadas. Não tenho dúvida em dizer isso, mas a gente tem que olhar esse debate da economia também. Impressiona-me a frieza do debate econômico de números como se, do outro lado, não existisse esse povo brasileiro.

Quando eu parabenizo a Presidente Dilma, a condução da política econômica é isto. Nós não podemos perder isto que foi a grande conquista do governo do Presidente Lula, esta grande democracia popular que nós estamos criando, este Brasil que cresce com inclusão social, os jovens entrando nas universidades. Disso nós não abrimos mão. Nós temos até que segurar a economia, mas dessa estratégia que nos aproxima deste povo nós não podemos abrir mão. Agora, o Senado tem que estar mais perto dessa pauta.

Concluo de verdade, Sr. Presidente. Devo dizer que propus à CCJ uma alteração no Regimento desta Casa: que, em audiências públicas, possamos fazer

uma espécie de termos de ajustes. O Poder Executivo faz conciliação...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – O Ministério Público tem seu termo de ajuste e conduta, que é aí um termo diferente, porque é uma imposição para não apresentar denúncia, mas todos os órgãos... O Executivo tem seus órgãos de conciliação. Às vezes, eu sinto um vazio em audiências públicas. Nós debatemos os temas, e aquilo passa. Termo de ajuste tem que ser construído se existir consenso.

Eu vou dar um exemplo: estou querendo construir um termo de ajuste na discussão das usinas Angra 1 e Angra 2. Nós fomos lá ver os problemas de Angra 1 e de Angra 2 e há alguns pontos que a Eletronuclear concorda que são pontos que ela tem que fazer. Qual o problema de esta Casa fazer um termo de ajuste, se as partes quiserem, para tornar as coisas mais objetivas? São metas pactuadas, acordo pactuado com a sociedade. Eu acho que pode dar esta posição às nossas Comissões de entrar mais no debate, porque o querem as pessoas também...

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco/PT – RJ) – ... é a solução de problemas concretos.

Sr. Presidente, muito obrigado pela tolerância de V. Ex^a, que fez um belíssimo discurso sobre o Dia das Mães. Eu quero parabenizar V. Ex^a e, novamente, terminar este discurso fazendo uma homenagem especial a essas mães guerreiras, lutadoras, a essas mães de pessoas com deficiência. Há tanta história bonita neste País para ser contada...

Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann. Muito obrigado, Presidente, Senador Mozarildo.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Senador Lindbergh, quero cumprimentá-lo e solicitar a compreensão de V. Ex^a para presidir um pouco a sessão.

Gostaria de convidar o Senador Lindbergh a presidir a sessão para ouvir a Senadora Vanessa, porque já tenho um compromisso vencido e, lamentavelmente, não posso ter o prazer de presidi-la durante a fala da Senadora Vanessa.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Lindbergh Farias.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – É uma honra, Senadora Vanessa Grazziotin, presidir esta sessão enquanto V. Ex^a vai usar a tribuna desta Casa.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Senador Lindbergh. Eu não poderia, Sr. Presidente, no dia de hoje, vindo à tribuna, deixar de comentar uma importante decisão tomada, por unanimidade, no dia de ontem, no Supremo Tribunal Federal – STF. A decisão partiu de duas ações: uma movida pelo Ministério Público, em 2009; a outra, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, em 2008.

A partir da decisão tomada unanimemente, no dia de ontem, passa a prevalecer o fato de que, a partir de agora, as pessoas que têm união homossexual passam a ter os mesmos direitos daqueles que oficializam uma união heterossexual. Ou seja, Sr. Presidente, a luta de anos e anos de pessoas do mesmo sexo que, por uma opção pessoal e individual, todos temos de respeitar e aceitar, a luta de anos e anos e anos para que pudesse isso ser reconhecido pela sociedade e que pudessem elas também ter os seus direitos garantidos e assegurados, no dia de ontem, foi aprovada – repito –, unanimemente, pelo Supremo Tribunal Federal.

A partir de agora, portanto, há o direito à pensão, que era uma incógnita. Processos e processos tramitam no Brasil inteiro, cujas decisões têm sido contraditórias. Dependendo do juiz, do magistrado, a decisão ou é positiva, ou é negativa. A partir de agora, não. Com a votação no Supremo, passa a ter uma única opinião o Poder Judiciário. Então, não poderá haver divergências de julgamentos, em primeira e em segunda instâncias, diferentes daquela opinião formalizada, no dia de ontem, pelo Supremo.

As pessoas homossexuais que vivem juntas, a partir de agora, podem ter mais facilidades, por exemplo, para incluir o companheiro como dependente no plano de saúde; incluir o companheiro como dependente perante a Previdência pública brasileira, o INSS.

Em caso de morte, o companheiro ou a companheira passaria a ter direito à pensão. Teria também direito à declaração conjunta, por exemplo, no Imposto de Renda, direito à herança, enfim, direitos já garantidos pelo Código Civil à união estável de heterossexuais. Então, esses direitos garantidos pelo Código Civil à união heterossexual agora passam a existir também para a união estável homossexual.

Eu vejo isso, Sr. Presidente, como um avanço. E quero aqui destacar o fato de o Supremo ter grande parte dos seus Ministros, das suas Ministras, deixado muito claro que essa é uma brecha deixada pelo Poder Legislativo brasileiro, deixada por nós, os Parlamen-

tares brasileiros, Senadoras e Senadores, Deputados e Deputadas, que estivemos inúmeras vezes à frente desses projetos, mas nunca conseguimos votá-los.

Óbvio, a diferença do Parlamento para o Poder Judiciário é a de que nós somos eleitos com o voto popular, com o voto do povo. E, infelizmente, essa questão tem sido tratada do ponto de vista da religiosidade e tem sido utilizada de forma desonesta, de forma desleal, nos processos de campanha eleitoral.

A Presidenta da República foi vítima disso, de questões relativas a foro individual de pessoas que jamais poderiam compor e fazer parte do debate político, porque a opção, a orientação sexual é um direito individual inalienável, como diz a Constituição.

Faço questão de ler alguns dos comentários de algumas Ministras, de alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal.

O que disse a Ministra Carmem Lúcia em determinado momento? “A liberdade perpassa a vida de uma pessoa em todos os seus aspectos, aí incluída a liberdade de escolha sexual, sentimental e de convivência com outrem”.

Ou seja, é o direito à liberdade, à livre opção. São os princípios constitucionais que foram garantidos no julgamento do dia de ontem.

O que disse o Ministro Joaquim Barbosa?

“A Constituição Federal prima pela proteção dos direitos fundamentais e deu acolhida generosa ao princípio da vedação de todo tipo de discriminação”.

Diz o Ministro Marco Aurélio de Mello: “O Brasil está vencendo a guerra desumana contra o preconceito em relação a orientação sexual, o que significa fortalecer o Estado democrático de direito”.

A Ministra Helen Gracie disse o seguinte: “O reconhecimento pelo STF desses direitos responde a pessoas que durante longo tempo foram humilhadas, cuja dignidade foi ofendida, cuja identidade foi renegada e cuja liberdade foi oprimida”.

Da mesma forma e na mesma linha seguiram os Ministros Luiz Fux, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Celso de Mello, Gilmar Mendes, Cezar Peluso. Todos na mesma linha, porque entendem que defender o direito da união estável homossexual é defender a Constituição brasileira, o direito de livre opção, o direito de liberdade, de respeito às pessoas e de respeito aos humanos.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que precisamos acolher com muita, mas com muita humildade as observações feitas pelos Ministros do Supremo no dia de ontem.

Nós precisamos, o Parlamento precisa enfrentar esse problema. Precisa enfrentar. Agora, precisamos porque é uma forma de educar a sociedade.

Não podemos ficar reféns: “Não vamos tratar problemas polêmicos porque depois a gente sofre durante as campanhas eleitorais”. Vamos tratar os problemas polêmicos, porque assim vamos educar a sociedade, assim iremos ajudar a formar uma consciência correta no seio da sociedade brasileira.

Então, Sr. Presidente, penso que ontem foi um dia histórico não para os homossexuais. Não! Foi um dia histórico em defesa da liberdade e dos direitos da pessoa humana. A partir de agora, precisamos dar novos passos. E creio que é um passo importante, muito importante, urgente.

Eu vou requerer. Estou entrando com um requerimento, no dia de hoje, solicitando urgência para o Projeto de Lei nº 122, de 2006, projeto que criminaliza a prática da homofobia. Nós temos a Lei Maria da Penha, que defende as mulheres. Nós precisamos ter, urgentemente, uma lei que tipifique, de forma clara, claríssima, o crime da homofobia.

Um dia desses, em São Paulo, na Avenida Paulista, que representa a casa do capital financeiro brasileiro, jovens homossexuais sofreram gratuitamente agressões de outros jovens, numa manifestação de violência descabida e inaceitável. As brechas que a legislação brasileira deixa a essas pessoas são tantas que dificilmente eles cumprirão qualquer tipo de penalidade.

Então, assim como a Lei Maria da Penha tipificou o que vem a ser discriminação, violência doméstica contra a mulher, nós precisamos de uma lei que também sistematize o que é discriminação e o que é prática de homofobia.

O Projeto de Lei nº 122, de 2006, tipifica isso. Qualquer discriminação, seja quando da admissão no trabalho, na rua, no processo educacional sofrerá prisão de um a cinco anos, para evitar que pessoas continuem propagando a prática da violência e da discriminação. Nós precisamos de uma sociedade mais tolerante, mais solidária. E a sociedade será mais tolerante e solidária se trabalhar com as diferenças.

V. Ex^a acabou de fazer um belo discurso tratando das pessoas portadoras de deficiência, que também são discriminadas. Essa discriminação não aparece, ninguém reconhece ou admite. Mas a partir do momento em há espaços públicos que impedem o acesso dessas pessoas, isso é uma forma de discriminação. É uma discriminação porque não permite que os deficientes, as pessoas portadoras de deficiência se integrem à sociedade.

Os homossexuais sofrem um tipo parecido, só que mais violento e direto: a agressão. São agredidas como se tivessem um desvio. Desvio de quê? Desvio de quê? Desvio de quê?

Precisamos debater sem qualquer tipo de preconceito. A orientação sexual não diz respeito à religiosidade. Aliás, muitas dessas pessoas gostariam profundamente de frequentar cultos evangélicos, de frequentar esses lugares, mas não podem, porque são discriminadas, porque não permitem o seu ingresso.

Então, quero aqui cumprimentar os Ministros do STF, do Supremo Tribunal Federal, e dizer que, de minha parte, recebi com muita tranquilidade uma a uma, mesmo porque não foram críticas, mas apenas foram explicitadas questões que representam a realidade da falta de disposição do Parlamento brasileiro para enfrentar esses problemas.

Nem tudo aqui tem que ser aprovado por unanimidade. Nem tudo aqui tem que ser aprovado por uma maioria larga de votos. Não! No que não há consenso, vamos a voto. Para isso existe o Parlamento.

E o Parlamento não existe para enfrentar problemas tranquilos, mas para enfrentar questões delicadas como essa que o Supremo enfrentou com muita justeza. Tanto que foi unânime, não houve um voto dissonante. Unanimidade. Porque eles não agem com os olhos da religiosidade, os olhos da ideologia. Nós também temos que agir com os olhos e com o sentimento da igualdade de punir qualquer tipo de ação que impeça a igualdade, ou seja, qualquer ação discriminatória.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias.Bloco/PT – RJ) – Parabéns, Senadora Vanessa Grazziotin.

Este Presidente chama a Senadora Vanessa Grazziotin para assumir o comando. É o preço a pagar. Não aceitou.

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu vou viajar

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias.Bloco/PT – RJ) – Está bom, Senadora.

Passo a palavra ao Senador Wilson Santiago.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, profissionais da imprensa e público presente, venho a esta tribuna para falar sobre um assunto que reputo dos mais sérios entre os que se relacionam com a educação em nosso País. Falo do analfabetismo, que V. Ex^a, Senador Lindbergh, conhece de perto, já que tem uma origem humilde lá da nossa capital João Pessoa, do nosso Estado da Paraíba, e, mais do que ninguém, sabe que as condições da população daquela região do semi-árido brasileiro, do Nordeste, é extremamente difícil.

Temos, na Paraíba e no semi-árido, os maiores índices de analfabetismo existentes no Brasil, por vá-

rias razões. A primeira delas e que todos nós identificamos são as péssimas ou as mínimas condições de sobrevivência da própria população, e, também, falta de emprego, dificuldade para o trabalho, falta de renda, dificuldade para ter renda e, além de tudo, falta de oportunidade de vida.

Infelizmente, nós temos enfrentado isso ao longo do tempo. Ainda como Deputado Federal, por algumas vezes, apresentei vários projetos nesse sentido exatamente preocupado com o analfabetismo, que é difícil de diminuir no Nordeste em relação aos índices nacionais e aos mundiais. Além disso, ainda encontramos outras condições que também nos atrapalham e nos prejudicam: as más gestões públicas e algumas decisões administrativas que, na maioria das vezes, dificultam ainda mais e aterrorizam, na verdade, as condições de acabar com tudo isso.

V. Ex^a sabe que a Paraíba, durante muitos anos, até o ano de 2002, era a quarta economia do Nordeste, era o quarto PIB do Nordeste. Hoje, infelizmente, a Paraíba é o segundo Estado mais pobre da Federação. Então, o nosso Estado empobreceu no período de 2002 a 2008. A Paraíba baixou da quarta economia do Nordeste brasileiro para a segunda pior economia do Nordeste brasileiro.

Índice desse porte ou queda econômica da condição de vida do Estado e de sua própria população contribuem muito para que o analfabetismo continue campeando não só lá, como também em outros Estados e no semiárido, especificamente.

Por isso, Sr. Presidente, é que temos, no dia de hoje, como já fiz em outras oportunidades, de trazer esse assunto ao conhecimento desta Casa e até divulgá-lo mais vezes, para que, de fato, nós tenhamos condições de encontrar as soluções, que todos nós já sabemos quais são, a fim de melhorar essa situação da população paraibana e brasileira, especificamente do semiárido, no que se refere à diminuição do analfabetismo.

O Governo Federal está lançando o Programa de Erradicação da Pobreza Extrema – todos nós temos conhecimento disso –, que tem como objetivo promover a autonomia das famílias que foram retiradas da miséria pelo Bolsa Família. Nesse programa do Governo, um dos pontos primordiais será o combate ao analfabetismo.

Por isso, se faz necessário Senador Lindbergh Farias, registrarmos isso. Até elogiarmos a posição, a decisão da Presidenta Dilma de se preocupar com um ponto que é essencial não só à melhor qualificação das pessoas como também à melhor situação econômica dessas pessoas. Isso só se faz contribuindo, realizando e concretizando programas que atendam

diretamente às necessidades da população, especificamente da mais carente, que é, por exemplo, o combate ao analfabetismo.

O novo programa de combate ao analfabetismo entre adultos deverá ter um enfoque mais amplo que as demais ações já desenvolvidas com o mesmo objetivo. A ideia é fazer com que a pessoa possa avançar mais. Tudo isso é o objetivo principal do programa.

No Brasil, temos os absolutamente analfabetos e os analfabetos funcionais, e todos nós sabemos por quê. Os primeiros são aqueles que não conseguem decodificar as letras, enquanto os outros são os que, embora distingam as letras, não conseguem compreender textos curtos ou localizar informações mesmo as que se encontram explícitas. Ultimamente, muito se tem falado sobre a educação em nosso País e a necessidade de aprimorar os conhecimentos de nossos jovens especificamente, que são, na verdade, o futuro deste País.

Eu mesmo, como testemunham V. Ex^a e também esta Casa, apresentei projeto de lei que prevê o fortalecimento da educação profissionalizante articulada ao ensino médio, pois é aí que está a deficiência maior do emprego neste País, como já registramos aqui outras oportunidades. Não se pode admitir que um País como o nosso, em ascensão economicamente, prontamente preparado para receber os investimentos necessários – e, de fato, tem recebido –, tanto internamente como externamente, permaneça com de três milhões e meio de jovens de 18 a 24 desempregados, desqualificados, sem oportunidade de vida, sem trabalho e sem estudo.

Por isso é que temos que bater nesta tecla, temos de não só conscientizar as autoridades maiores do País, como também fazer com que o Poder Público, a iniciativa privada e, além de tudo, a população mais informada e consciente das necessidades cheguem a esse objetivo principal, que é exatamente: qualificar esse povo, diminuindo o analfabetismo e, além de tudo, gerando oportunidades e fazendo com que esses índices, que vêm se repetindo desde 2001 – 3,5 milhões –, de fato sejam reduzidos. Com isso, o povo brasileiro, os jovens especificamente, vão ter mais oportunidade de vida e oportunidade de trabalho num futuro bem próximo.

Saliento, Sr. Presidente – e é bom repetir e registrar – que o programa que a Presidenta Dilma encaminhou aqui de qualificação profissional, o Pronatec, foi um grande passo que o Governo deu para, de fato, contribuímos com a qualificação profissional. Com isso, vamos atender a esses 3,5 milhões de jovens de 18 a 24 anos que estão sem oportunidade nenhuma – nem de estudo nem de trabalho –, para que possam entrar no mercado de trabalho, que, de fato, está globalizado.

Esses jovens precisam, sim, de se qualificar à altura das necessidades do mercado.

Parabéns, repito, à Presidenta Dilma pela iniciativa. Tenho certeza de que esse preparo, essa estrutura, essa fundamentação inicial foi começada no governo anterior, do Presidente Lula, quando dobrou o número de escolas técnicas, quando dobrou os programas de combate ao analfabetismo, quando procurou, sim, não só estabilizar a economia como também dar um passo adiante no que se refere à melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro.

É importante o fortalecimento da educação profissionalizante, articulada, repito, ao ensino médio bem, como discurssei, parabenizando e clamando por mais incentivos ao Programa Universidade para Todos, o ProUni. E o ProUni é do conhecimento de V. Ex^a, Senador Lindbergh Farias, que foi presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE e comandou os carapintadas não só em relação a outros assuntos como também em relação às Diretas Já, em relação a tantas outras necessidades que a juventude, que o povo brasileiro tem, sim, de fazer com que o Brasil seja de fato um Brasil de todos.

E para alegria minha, quando V. Ex^a comandava esse movimentos, lá na UNE, no Rio de Janeiro, e também em outros recantos nacionais, lá no interior da Paraíba, digo até lá no meu Estado da Paraíba, nós estávamos defendendo a mobilização dos estudantes, procurando fazer com que o País não só fosse um País democrático para todos como também desse oportunidade especificamente aos jovens de protestar, de reconhecer seus direitos, de lutar por benefícios em favor de si próprios, mas também em favor do futuro, já que o futuro pertence a todos nós.

Esses direcionamentos, esses posicionamentos de fato fizeram com que cada vez mais se tivesse estabilidade democrática neste País e, com isso, os Governos comessem a visualizar e direcionar ações em benefício do atendimento a essas prioridades da população brasileira. Por isso o Prouni, que V. Ex^a tanto defende, como eu também defendo, não só precisa ser continuado como precisa ser ampliado e até aperfeiçoado, para que sejam ampliadas as oportunidades da população. É assim que se combate o analfabetismo: através dos incentivos. O jovem do interior deste País que não tem oportunidade alguma, de fato, sabe, tem plena convicção de que, se vencer a primeira fase, terá o Prouni para dar continuidade à educação. São programas assim que nós precisamos parabenizar.

Repito que, quando Deputado Federal, como V. Ex^a sabe, coordenei o projeto de lei do próprio Governo, a proposta apresentada pela Câmara dos Deputados e que o Presidente Lula encaminhou à Câmara, por

meio da qual aprovamos R\$31 milhões para recuperar, reconstruir a sede da UNE do Rio de Janeiro, dando exemplo de que aquele fato brutal praticado no período ditatorial contra os estudantes do Brasil, através da sua sede maior, da sua representação maior, precisava ser reconhecido. Era preciso, sim, de fato, atender os seus pleitos e, com a indenização do Governo, reconstruir e dar liberdade a todos como incentivo para que continuem lutando por seus direitos em todo o território nacional.

O Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais – Reuni todos nós sabemos que é grandioso e possibilita a ampliação da universidade pública para que o pobre tenha acesso ao ensino público, já que é obrigação do Governo dar acesso ao ensino, garantir a educação à população jovem especificamente. Então, por meio desses programas, é possível fazer uma ampliação das universidades públicas, interiorizando as universidades públicas, interiorizando as escolas agrotécnicas, abrindo mais cursos e, além de tudo, dando oportunidade para que, de fato, se amenize, enfim, o analfabetismo e também se assegure e garanta a esse povo o estímulo para conseguir um curso superior e, portanto, mais facilidade de acesso ao mercado de trabalho.

O Plano Nacional de Assistência ao Estudante, o Pnaes, é um grandioso programa também, que beneficia os estudantes, especificamente os mais carentes, que é o seu objetivo.

Temos sim que parabenizar o governo anterior do Presidente Lula e também o atual da Presidenta Dilma, que não só se comprometeu como também está comprovando e encaminhando ações que atendem diretamente a essas finalidades, fazendo uma programação para os futuros quatro anos. Teremos condições de chegar a 2014 pelo menos com a diminuição dos sem oportunidades de vida, que são os 3,5 milhões e meio de jovens, com esses programas, com essas ações e com esses benefícios que atendem de, forma geral, a grande parte, a quase totalidade da população brasileira,

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, sempre virei a esta tribuna destacar a importância do conhecimento, a importância da educação.

O Indicador do Analfabetismo Funcional – Inaf concluiu que somente 33% da população brasileira – pasme, Senador Lindbergh Farias! –, de 15 a 24 anos, consegue ler plenamente, ou seja, consegue ler e interpretar textos longos e resolver cálculos com maior quantidade de elementos e etapas.

No nosso Brasil, apesar desses incentivos, desses meios encontrados e que se impõem aos meios orientadores educacionais para que se encontre o

caminho de amenizar todos esses péssimos índices, apenas 33% da população sabe identificar, classificar ou esclarecer conscientemente o que se relaciona ao texto, ao que está sendo lido.

Infelizmente, é no Nordeste que encontramos a maioria dos analfabetos. Índices fornecidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, de que V. Ex^a também tem conhecimento, informam que 40,1% da população com 50 ou mais anos é analfabeta.

Veja, Sr. Presidente, nos índices do Nordeste, que em torno de 40% da população mais velha, com mais de 50 anos, é analfabeta ou semianalfabeta, como citei anteriormente.

A taxa de analfabetismo funcional na região nordestina, no geral, é de algo em torno de 30%. São dados da pesquisa que citei anteriormente. Mesmo ressaltando os esforços dos últimos governos especificamente – esses índices ainda eram piores –, nós ainda estamos nessas condições, com esses índices, precisando ainda mais de recursos, de incentivos e, além de tudo, de perspectiva de melhores dias futuros para que a população, de fato, tenha interesse em frequentar a sala de aula, para aprender a ler e a escrever, a identificar textos, como citei anteriormente, e aquilo que lhe interessa, até os próprios direitos, os direitos fundamentais, enfim, todos os direitos que são assegurados aos cidadãos constitucionalmente.

Devemos lembrar que o Bolsa Família, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, retirou muitos brasileiros da miséria – nós reconhecemos e parabenizamos esse grandioso programa, ampliado, sim, e aperfeiçoado pelo Presidente Lula –, e que este programa foi considerado um marco, tanto que se tornou referência para o Banco Mundial (Bird).

Agora, sim, Sr. Presidente, depois dessas referências, necessitamos avançar, pois, como diz o dito popular, não basta dar o peixe, temos que ensinar a pescar. E para se ensinar a pescar, é preciso, sim, colocar em prática esses programas e incentivar a juventude deste País a, de fato, se qualificar para enfrentar a realidade dos últimos tempos, que é o mercado de trabalho exigindo aperfeiçoamento profissional, a qualificação profissional, o exercício e até a prática para exercer qualquer profissão que o mercado de trabalho colocar à disposição da juventude e até do trabalhador brasileiro.

O combate ao analfabetismo é o início de todos os ensinamentos de que todos temos conhecimento.

Observamos que, nos municípios que têm maior índice de analfabetismo, o desenvolvimento demora a chegar e os índices de desenvolvimento humano são menores. Onde há mais analfabetos, comprovadamente, os índices de desenvolvimento humano são

menores. Por isso, Sr. Presidente, ratifico: não teremos condições de avançar numa velocidade mais elástica se não enfrentarmos o analfabetismo e, com isso, dermos condições para que, cada vez mais, a educação neste País melhore. Esse é o foco essencial do desenvolvimento de um país que se prepara para um futuro melhor.

Soluções para o melhoramento dos resultados relacionados a esse assunto dependem de muitas mudanças, mas temos que destacar a importância do professor, sem o qual não teremos condições de incentivar o aluno a estar presente permanentemente em sala de aula. Temos de apoiar o professor para que ele possa fazer aquilo que gosta de fazer, que é ensinar os seus irmãos a ler, ensiná-los a caminhar firmemente ao encontro de seu futuro, de seu destino.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB)

– Senador Lindbergh Farias, peço a tolerância de V. Ex^a por mais alguns poucos minutos para concluirmos o nosso posicionamento, o nosso registro nesta Casa no que se refere à necessidade de melhoria do salário do professor brasileiro.

Criamos, no governo passado, um programa de melhoria salarial que fez com que o salário do professor chegasse, nos Municípios, a algo em torno de R\$900,00 e, nos Estados, a algo em torno de R\$ 1.000,00. Mas esse valor ainda é muito pequeno, Senador Lindbergh. Nós não podemos concordar que o responsável pela nossa educação, pela educação de nossos filhos, pela educação dos filhos de quase duzentos milhões de brasileiros, população que temos em nosso Brasil, receba salário insignificante e, assim, fique desestimulado, sem condições até de locomoção para comparecer a uma sala de aula e lá exercitar a sua vontade de ser professor e de contribuir para o futuro de todos nós. e de contribuir com o futuro de todos nós.

Precisamos valorizar o professor, apresentando projetos, defendendo incentivos para que recursos destinados a outros setores sejam também destinados à valorização do professor brasileiro. Tenho certeza de que todos somos conscientes de que o professor, especificamente o do ensino fundamental, que é o orientador originário, digo até inicial, de uma criança, de um adolescente, ganhar um salário de R\$1.000,00 por mês... Precisamos valorizar isso e fazer com que isso de fato chegue aos ouvidos e, além de tudo, ao conhecimento de todos abraçando esta causa, que é nobre, é importante, das mais elogiadas e, digo até, das mais justas que se fazem a determinada parte da população brasileira, que é o professor, aquele que

nos ensina os primeiros passos, a aprender a ler e a escrever.

A importância da leitura diária, visto que sem ela nenhuma disciplina será apreendida.

Muito temos a fazer, Sr. Presidente. Precisamos, sim, deixar de falar e realmente arregaçar os braços fortalecendo a luta contra o analfabetismo, que se dá, sim, com o incentivo ao professor, com o incentivo à educação, com o incentivo à profissionalização, com o incentivo, sim, a você buscar melhores dias para o seu próprio futuro, especificamente para os jovens e os analfabetos deste País.

Precisamos de soluções urgentes e impactantes para mudar esta situação, para que o cidadão possa viver dignamente, para que possa exercer plenamente sua cidadania.

Tenho certeza, Sr. Presidente, Senador Lindbergh Farias, que V. Ex^a, como jovem, como Parlamentar e como conhecedor da realidade não só do Rio de Janeiro, mas do Brasil inteiro, será um parceiro nesta luta em favor do combate ao analfabetismo, em favor da melhoria da educação neste País, em favor da qualificação profissional neste País.

Tenho certeza de que toda esta argumentação será mais do que suficiente, como já o foi para a Presidente Dilma, que, de fato, tem esses objetivos. Nós juntos, se Deus quiser, faremos de tudo para concretizar esses objetivos, para concretizar esses sonhos, que não são só meus, mas são também de V. Ex^a e de cada cidadão brasileiro.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância. Tenho certeza de que juntos faremos aquilo que espera toda a população não só do nosso Estado, a Paraíba, como também de todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Parabéns, Senador Wilson Santiago, último orador inscrito. Faço questão de cumprimentar V. Ex^a, Senador Wilson Santiago, porque tenho muita honra de ser Senador pelo Estado do Rio de Janeiro, por aquele povo, aquele Estado fantástico, mas sempre disse, no Rio de Janeiro, com toda a minha trajetória como Deputado, como Prefeito de Nova Iguaçu e, agora, como Senador, que eu era paraibano e tinha muito orgulho de ser paraibano. Devo dizer a V. Ex^a que, independente de para onde o destino e a história levarem-no, o senhor mostra, neste Senado, o seu compromisso com o País e com a Paraíba.

V. Ex^a – falo aqui com toda a sinceridade possível – é daqueles Senadores que andam pelo Estado, conhecem cada Município. Eu sei porque sou paraibano. Minha mãe mora na Paraíba. Meus irmãos moram na Paraíba. Então, primeiro, quero dizer isso. V. Ex^a es-

pera definições pouco jurídicas sobre o seu caminho político, mas quero dizer que V. Ex^a já colocou o seu nome na história deste Senado pela sua atuação, de segunda a sexta-feira, pela presença no Estado. Quero parabenizá-lo de coração e agradecer pelo tema que V. Ex^a traz à Casa, em especial neste novo momento.

Fui Presidente da União Nacional dos Estudantes e viajávamos pelas universidades do Brasil. A nossa luta era pela democratização do acesso. Víamos poucos negros, poucos filhos de trabalhadores nas universidades. Hoje, graças ao trabalho e à sensibilidade de um Presidente da República que era operário, que não cursou a universidade, mas teve uma obsessão de abrir o caminho para os filhos de trabalhadores entrarem na universidade, temos projetos como o Reuni e o ProUni. Hoje nós visitamos as universidades e sabemos que ainda falta muito, mas vemos uma situação diferente: há presença de negros, de filhos de trabalhadores. No meu Município de Nova Iguaçu, o sonho do pai trabalhador, que sai cedo de casa, é o filho entrar na universidade. Não há nada que anime mais um pai e uma mãe do que essa perspectiva.

E V. Ex^a falou sobre os professores. O Governo Federal teve uma grande vitória no Supremo Tribunal Federal. Alguns governadores, alguns Estados haviam

entrado contra a constituição de um piso nacional, e o STF deu ganho de causa ao Governo Federal. Foi uma vitória dos professores. Tenho muito orgulho disso. Por isso, aproveito para dizer: quando fui Prefeito de Nova Iguaçu, os professores de Nova Iguaçu receberam o melhor salário do Estado. Mas não era só o melhor salário; foi o melhor plano de cargos e salários, porque estimulamos o professor a estar em processo contínuo de formação. Se o professor tinha um mestrado, aumentava muito o valor. Até o professor com doutorado, vinte horas, receberia perto de R\$4 mil, por vinte horas. O que fizemos? Colocamos os professores da rede em processo de formação constante.

Desculpe-me. Não estou querendo fazer um outro pronunciamento, só que V. Ex^a me provocou, falou em educação, em temas que são tão caros.

Encerro esta sessão, homenageando o seu discurso e a sua atuação no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Lindbergh Farias. Bloco/PT – RJ) – Está encerrada a 66ª Sessão do Senado Federal.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 30 minutos.

ATA DA 47ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA , EM 12 DE ABRIL DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 54**, de 13 de abril de 2011)

RETIFICAÇÕES

À página nº 11020, na Ata da Sessão, no final do Projeto de Lei nº 157, de 2011:

ONDE SE LÊ: Senadora Eunício Oliveira

LEIA-SE : Senador Eunício Oliveira

À página nº 11067, na Ata da Sessão,

ONDE SE LÊ:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 7:**

REQUERIMENTO Nº 271, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 271, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007), além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sobre o item 7, da pauta, há um requerimento de retirada assinado pelo Senador Acir Gurgacz, pedindo a retirada do **Requerimento nº 271, de 2011**, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Sem nenhuma manifestação contrária, dou o requerimento por aprovado.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 402, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 256,II, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 271, de 2011, que solicita a oitiva desta Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Sala das Comissões – Senador **Acir Gurgacz**

LEIA-SE:

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 7:**

REQUERIMENTO Nº 271, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 271, de 2011, de autoria do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007 (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2007), além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Sobre o item 7, da pauta, há um requerimento de retirada assinado pelo Senador Acir Gurgacz, pedindo a retirada do **Requerimento nº 271, de 2011**, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que dispõe sobre as sociedades cooperativas.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO Nº 402, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 256,II, do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada do Requerimento nº 271, de 2011, que solicita a oitiva desta Comissão sobre o Projeto de Lei do Senado nº 3, de 2007, que dispõe sobre as sociedades cooperativas.

Sala das Comissões – Senador **Acir Gurgacz**

Sem nenhuma manifestação contrária, dou o requerimento por aprovado.

Uma vez que já se encontram instruídos pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, os Projetos de Lei do Senado nºs 3 e 153, de 2007, que tramitam em conjunto, retornam à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

ATA DA 48ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE ABRIL DE 2011

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 55**, de 14 de abril de 2011)

RETIFICAÇÕES

À página 11271, 2ª coluna, onde se lê:

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 2, de 2011**, da Liderança do PSB, o Senador Rodrigo Rollemberg para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Leia-se:

O SR. PRESIDENTE (Inácio Arruda. Bloco/PCdoB – CE) – A Presidência designa, nos termos do **Ofício nº 3, de 2011**, da Liderança do PSB, o Senador Rodrigo Rollemberg para integrar o Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes.

Às páginas 11273 e 11274, onde se lê:

OF. 53/2011/CAE

Brasília, 22 de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 22 de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 11 de 2011 (nº 26/MF), de 24 de janeiro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de outubro a 31 de dezembro de 2010. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE nº 04/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Dalcídio do Amaral**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

Lcia-sc:

OF. 54/2011/CAE

Brasília, 22 de março de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 6ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 22 de março, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 11 de 2011 (nº 26/MF), de 24 de janeiro de 2011, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 20/04, relatório sobre as emissões de títulos da República no período de 1º de outubro a 31 e dezembro de 2010. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do OF. CAE nº 04/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.
Respeitosamente, – Senador **Dalcídio do Amaral**,
Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

À página nº 11334, republica-se, por omissão gráfica, o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2011, para fazer constar o despacho apostado à matéria.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 164, DE 2011

Altera as Leis nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências, e nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para instituir contrapartidas para a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados na aquisição de táxis e determinar sua padronização visual.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passa a vigorar com a inclusão do seguinte § 7º:

“Art. 1º”

.....
§ 7º Para fruir da isenção de que trata este artigo, os automóveis adquiridos na forma dos incisos I, II e III devem ainda contar com quatro portas, capacidade mínima do porta-malas de 450 litros, freios com dispositivo antitravamento (ABS), equipamento suplementar de retenção (airbags) frontal para o condutor e o passageiro do banco dianteiro, sistema de navegação (GPS), ar-condicionado e alças de apoio para todos os passageiros.” (NR)

Art. 2º O art. 107 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 107. Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros, deverão satisfazer, além das exigências previstas neste Código, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene, conforto e padronização visual estabelecidos pelo poder competente para autorizar, permitir ou conceder a exploração dessa atividade.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor cento e oitenta dias a contar da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os táxis são isentos do pagamento de diversos impostos, como o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e, em diversos estados e municípios, o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor) e o ISS (Imposto sobre Serviços). O objetivo dessas isenções é o de favorecer o acesso da população a esse serviço por meio da desoneração fiscal da atividade.

Acreditamos, contudo, que tais isenções deveriam também propiciar serviços melhores e mais seguros para a população.

Nesse sentido, propomos que os veículos adquiridos com isenção do IPI sejam obrigatoriamente dotados de quatro portas, freios ABS, *airbags* para os passageiros dos bancos dianteiros, ar- condicionado e alças de apoio para todos os passageiros.

Longe de caracterizarem itens de luxo ou supérfluos, o que estamos aqui propondo garantirá aos passageiros mais segurança (freios ABS e *airbags*), conforto (quatro portas, ar-condicionado e alças de apoio), permitirá rapidez, agilidade e total transparência relacionada ao destino a ser percorrido (sistema de navegação), além de facilitar o acesso a pessoas com deficiência (alças de apoio e porta-malas ampliado para acomodar as cadeiras de rodas).

Além disso, mediante previsão em dispositivo do Código de Trânsito referente aos veículos utilizados na prestação de serviços de transporte público de passageiros, propomos que todos os táxis tenham uma padronização visual, o que acreditamos ser de extrema relevância ante o importante influxo de turistas esperado no País a partir dos grandes eventos esportivos previstos para os próximos anos – a Copa do Mundo de futebol, em 2014, e as Olimpíadas do Rio de Janeiro, em 2016.

Esperamos contar com a aprovação dos nobres colegas de Parlamento para essa medida que terá impacto bastante positivo em nosso turismo receptivo e nos serviços de táxi em geral.

Sala das Sessões,

Senador ACIR GURGACZ

LEGISLAÇÃO CITADA**LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE****1995.**

Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 10.754, de 31.10.2003)

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 856, de 1995, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, JOSÉ SARNEY, Presidente do Senado Federal, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Ficam isentos do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI os automóveis de passageiros de fabricação nacional, equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão, quando adquiridos por: (Redação dada pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)
(Vide art 5º da Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

I - motoristas profissionais que exerçam, comprovadamente, em veículo de sua propriedade atividade de condutor autônomo de passageiros, na condição de titular de autorização, permissão ou concessão do Poder Público e que destinam o automóvel à utilização na categoria de aluguel (táxi); (Redação dada pela Lei nº 9.317, de 5.12.1996)

II - motoristas profissionais autônomos titulares de autorização, permissão ou concessão para exploração do serviço de transporte individual de passageiros (táxi), impedidos de continuar exercendo essa atividade em virtude de destruição completa, furto ou roubo do veículo, desde que destinem o veículo adquirido à utilização na categoria de aluguel (táxi);

III - cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel (táxi), desde que tais veículos se destinem à utilização nessa atividade;

IV – pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal; (Redação dada pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003 e vetado)

§ 1º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada também pessoa portadora de deficiência física aquela que apresenta alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 2º Para a concessão do benefício previsto no art. 1º é considerada pessoa portadora de deficiência visual aquela que apresenta acuidade visual igual ou menor que 20/200 (tabela de Snellen) no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 3º Na hipótese do inciso IV, os automóveis de passageiros a que se refere o **caput** serão adquiridos diretamente pelas pessoas que tenham plena capacidade jurídica e, no caso dos interditos, pelos curadores. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 4º A Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, nos termos da legislação em vigor e o Ministério da Saúde definirão em ato conjunto os conceitos de pessoas portadoras de deficiência mental severa ou profunda, ou autistas, e estabelecerão as normas e requisitos para emissão dos laudos de avaliação delas. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 5º Os curadores respondem solidariamente quanto ao imposto que deixar de ser pago, em razão da isenção de que trata este artigo. (Incluído pela Lei nº 10.690, de 16.6.2003)

§ 6º A exigência para aquisição de automóveis equipados com motor de cilindrada não superior a dois mil centímetros cúbicos, de no mínimo quatro portas, inclusive a de acesso ao bagageiro, movidos a combustíveis de origem renovável ou sistema reversível de combustão não se aplica aos portadores de deficiência de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 10.754, de 31.10.2003)

Art. 2º A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI de que trata o art. 1º desta Lei somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de 2 (dois) anos. (Redação dada pela Lei nº 11.196, de 2005)

.....
.....

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997.

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

.....

.....

.....

Art. 107. Os veículos de aluguel, destinados ao transporte individual ou coletivo de passageiros, deverão satisfazer, além das exigências previstas neste Código, às condições técnicas e aos requisitos de segurança, higiene e conforto estabelecidos pelo poder competente para autorizar, permitir ou conceder a exploração dessa atividade.

Art. 108. Onde não houver linha regular de ônibus, a autoridade com circunscrição sobre a via poderá autorizar, a título precário, o transporte de passageiros em veículo de carga ou misto, desde que obedecidas as condições de segurança estabelecidas neste Código e pelo CONTRAN.

Parágrafo único. A autorização citada no caput não poderá exceder a doze meses, prazo a partir do qual a autoridade pública responsável deverá implantar o serviço regular de transporte coletivo de passageiros, em conformidade com a legislação pertinente e com os dispositivos deste Código. (Incluído pela Lei nº 9.602, de 1998)

.....

.....

*(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa
e de Assuntos Econômicos, cabendo a última a decisão terminativa)*

À página nº 11337, republica-se, por omissão gráfica, o Projeto de Lei do Senado nº 165, de 2011, para fazer constar o despacho apostado à matéria.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 165, DE 2011

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para dispor sobre o credenciamento de prestador ou de profissional de saúde.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 17.** A inclusão como contratado, referenciado ou credenciado, por operadoras dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, de qualquer prestador de serviço ou profissional de saúde, implica compromisso para com os consumidores quanto à sua manutenção como tal ao longo da vigência dos contratos.

§ 1º É facultada a substituição de prestador de serviço de saúde, desde que por outro equivalente e mediante comunicação aos titulares dos planos afetados pela substituição e à ANS com cento e oitenta dias de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude, infração das normas sanitárias e fiscais em vigor, e casos excepcionais, mediante autorização da ANS.

§ 2º Na hipótese da substituição de estabelecimento hospitalar por vontade da operadora durante o período de internação de beneficiário, o estabelecimento obriga-se a manter a internação e a operadora a pagar as despesas até a alta hospitalar a critério médico, na forma do contrato.

.....

§ 4º Em caso de redimensionamento da rede de serviços de saúde por redução, as empresas deverão solicitar à ANS autorização expressa para tanto, informando:

.....
III – impacto sobre a massa assistida, a partir de parâmetros definidos pela ANS, inclusive correlacionando a necessidade de leitos hospitalares e a capacidade operacional remanescente;

.....” (NR)

Art. 2º O art. 18 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 18.** A aceitação, por parte de qualquer prestador de serviço ou profissional de saúde, da condição de contratado, credenciado, referenciado ou cooperado de uma operadora de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, implicará as seguintes obrigações e direitos:

.....
IV – a vedação ao desligamento de profissional de saúde, feito pela operadora, exceto por decisão motivada e justa, garantindo-se o direito de ampla defesa e do contraditório no processo administrativo de desligamento;

V – a comunicação, com antecedência mínima de cento e oitenta dias, da decisão de desligamento voluntário do profissional de saúde à operadora a qual está vinculado; e a disponibilização dos dados clínicos em seu poder aos seus pacientes, a qualquer tempo, a fim de garantir-lhes a continuidade do tratamento;

VI – a informação aos titulares, por parte da operadora, dos desligamentos de prestadores de serviço ou de profissionais de saúde, atendendo-se aos prazos previstos nesta Lei, respeitando-se, em qualquer caso, o prazo mínimo de cento e oitenta dias.

§ 1º Os prestadores de serviço ou profissionais de saúde não poderão manter contrato, credenciamento ou referenciamento com operadoras que não tiverem registros para funcionamento e comercialização conforme previsto nesta Lei, sob pena de responsabilidade por atividade irregular.

§ 2º A vedação de que trata o inciso IV aplica-se também às pessoas jurídicas compostas por no máximo dois sócios, sendo um deles obrigatoriamente profissional de saúde, constituídas com o objetivo de prestação de serviços de assistência à saúde, desde que estes não sejam executados por terceiros.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias a contar da data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O descredenciamento de prestadores de serviços e de profissionais de saúde é, reiteradamente, uma das principais reclamações dos cerca de 45 milhões de brasileiros que são beneficiários de planos privados de saúde.

De acordo com o Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), no documento intitulado *Planos de Saúde: nove anos após a Lei 9.656/98*, publicado em junho de 2007, em regra o descredenciamento ocorre após os planos verificarem que determinado profissional está prescrevendo mais procedimentos do que a operadora considera adequado. A justificativa oficial para o descredenciamento é, contudo, sempre de cunho administrativo.

Assim, desde a criação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), em 2000, o Cremesp e o Conselho Federal de Medicina (CFM) têm chamado a atenção sobre a necessidade de o órgão regulador tratar das relações entre os planos de saúde e seus prestadores de serviço, em especial os médicos.

Nesse sentido, uma deliberação do CFM – a Resolução nº 1.616, publicada em 10 de abril de 2001, alterada pela Resolução nº 1.852, de 15 de setembro de 2008 – proibiu o descredenciamento de médicos pelas operadoras, quando feito unilateralmente e sem justa causa. No entanto, os Conselhos de Medicina têm atuação limitada na solução desse tipo de problema, que constitui atribuição da ANS, por força do art. 4º, IV, da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000.

De fato, somente quatro anos depois de sua criação é que a ANS criou um mecanismo para regulamentar a relação entre operadoras e prestadores de serviços – a chamada “contratualização” – definida na Resolução Normativa (RN) nº 71, de 17 de março de 2004. Porém, a medida não teve o impacto esperado no sentido de minimizar os problemas, permanecendo conflituosa a relação entre profissionais e operadoras de planos privados de saúde.

Ressalte-se, contudo, que o maior prejudicado nesse embate é o paciente-beneficiário, que pode ter o seu tratamento de saúde interrompido ou perder o acesso a um profissional ou serviço de sua confiança.

Por essas razões, apresentamos o presente projeto de lei, que objetiva dar maior estabilidade às redes de prestadores de serviços das operadoras de planos privados de assistência à saúde, incluindo serviços e profissionais de saúde – não apenas médicos –, por intermédio das seguintes medidas:

- reforçar o compromisso existente entre prestadores de serviço, profissionais, operadoras de planos de saúde e os consumidores;
- reduzir as possibilidades de descredenciamento de prestadores de serviço e de profissionais de saúde;
- aumentar o prazo necessário para a comunicação ao titular do plano de saúde afetado por alterações, sejam elas de prestadores de serviços ou de profissionais de saúde;
- obrigar que quaisquer alterações na rede de prestadores de serviços ou de profissionais de saúde, tais como clínicas, laboratórios, ambulatórios e médicos, entre outros – e não somente hospitais, como contempla a lei em vigor –, sejam devidamente comunicadas aos titulares dos planos afetados, e substituídos por outros serviços equivalentes;
- vincular qualquer redução da rede de serviços de saúde – e não apenas da rede hospitalar – à autorização expressa da ANS, mediante parâmetros definidos;
- estabelecer que o desligamento do profissional de saúde, pela operadora, seja obrigatoriamente motivado, justo e executado mediante processo administrativo, com observância plena dos direitos à ampla defesa e ao contraditório, no intuito de evitar abusos prejudiciais ao profissional e aos beneficiários;
- instituir prazo para que o profissional de saúde que praticar desligamento voluntário comunique à operadora a sua intenção, e esta aos titulares de planos afetados pela mudança, com a finalidade de garantir a continuidade do tratamento.

Estamos convencidos da efetividade dessas medidas, há muito requeridas por associações de proteção ao consumidor e pelas organizações representativas dos profissionais de saúde, que seguramente beneficiarão milhões de consumidores de planos privados de assistência à saúde.

Sala das Sessões,

Senador LOBÃO FILHO

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.656, DE 3 DE JUNHO DE 1998.

Texto compilado

Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 17. A inclusão como contratados, referenciados ou credenciados dos produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, de qualquer entidade hospitalar, implica compromisso para com os consumidores quanto à sua manutenção ao longo da vigência dos contratos. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 1º É facultada a substituição de entidade hospitalar, a que se refere o caput deste artigo, desde que por outro equivalente e mediante comunicação aos consumidores e à ANS com trinta dias de antecedência, ressalvados desse prazo mínimo os casos decorrentes de rescisão por fraude ou infração das normas sanitárias e fiscais em vigor. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 2º Na hipótese de a substituição do estabelecimento hospitalar a que se refere o § 1º ocorrer por vontade da operadora durante período de internação do consumidor, o estabelecimento obriga-se a manter a internação e a operadora, a pagar as despesas até a alta hospitalar, a critério médico, na forma do contrato. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 3º Excetuam-se do previsto no § 2º os casos de substituição do estabelecimento hospitalar por infração às normas sanitárias em vigor, durante período de internação, quando a operadora arcará com a responsabilidade pela transferência imediata para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuação da assistência, sem ônus adicional para o consumidor. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

§ 4º Em caso de redimensionamento da rede hospitalar por redução, as empresas deverão solicitar à ANS autorização expressa para tanto, informando: (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

I - nome da entidade a ser excluída; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

II - capacidade operacional a ser reduzida com a exclusão; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

III - impacto sobre a massa assistida, a partir de parâmetros definidos pela ANS, correlacionando a necessidade de leitos e a capacidade operacional restante; e (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

IV - justificativa para a decisão, observando a obrigatoriedade de manter cobertura com padrões de qualidade equivalente e sem ônus adicional para o consumidor. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

~~Art. 18. A aceitação, por parte de qualquer prestador de serviço ou profissional de saúde, da condição de contratado ou credenciado de uma operadora de planos ou seguros privados de assistência à saúde, impõe-lhe as seguintes obrigações e direitos:~~

Art. 18. A aceitação, por parte de qualquer prestador de serviço ou profissional de saúde, da condição de contratado, credenciado ou cooperado de uma operadora de produtos de que tratam o inciso I e o § 1º do art. 1º desta Lei, implicará as seguintes obrigações e direitos: (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

I - o consumidor de determinada operadora, em nenhuma hipótese e sob nenhum pretexto ou alegação, pode ser discriminado ou atendido de forma distinta daquela dispensada aos clientes vinculados a outra operadora ou plano;

II - a marcação de consultas, exames e quaisquer outros procedimentos deve ser feita de forma a atender às necessidades dos consumidores, privilegiando os casos de emergência ou urgência, assim como as pessoas com mais de sessenta e cinco anos de idade, as gestantes, lactantes, lactentes e crianças até cinco anos;

~~III - a manutenção de relacionamento de contratação ou credenciamento com quantas operadoras de planos ou seguros privados de assistência à saúde desejar, sendo expressamente vedado impor contratos de exclusividade ou de restrição à atividade profissional.~~

III - a manutenção de relacionamento de contratação, credenciamento ou referenciamento com número ilimitado de operadoras, sendo expressamente vedado às operadoras, independente de sua natureza jurídica constitutiva, impor contratos de exclusividade ou de restrição à atividade profissional. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

Parágrafo único. A partir de 3 de dezembro de 1999, os prestadores de serviço ou profissionais de saúde não poderão manter contrato, credenciamento ou referenciamento com operadoras que não tiverem registros para funcionamento e comercialização conforme previsto nesta Lei, sob pena de responsabilidade por atividade irregular. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 2001)

*(À Comissão de Assuntos Sociais,
em decisão terminativa.)*

À página nº 11364, republica-se, por omissão gráfica, o Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2011, para fazer constar o despacho apostado à matéria.

É o seguinte o projeto:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 114, DE 2011
(nº 2.908/2010, na Câmara dos Deputados)

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FUNDAÇÃO L'HERMITAGE para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 98 de 11 de março de 2010, que renova por 10 (dez) anos, a partir de 25 de janeiro de 2008, a permissão outorgada à Fundação L'Hermitage para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

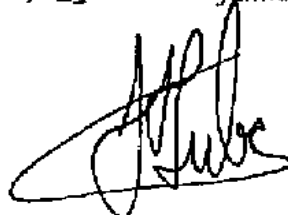
Mensagem nº 362, de 2010.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, renovações, por dez anos, das permissões outorgadas às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 480, de 12 de setembro de 2006 – Rádio Imprensa S/A, no município de São Paulo - SP;
- 2 - Portaria nº 652, de 31 de agosto de 2009 – Guararapes Metropolitana FM Ltda., no município de Jaboatão dos Guararapes - PE;
- 3 - Portaria nº 655, de 31 de agosto de 2009 – Rádio e Televisão Campina Grande Ltda., no município de Campina Grande - PB;
- 4 - Portaria nº 759, de 18 de setembro de 2009 – Rádio 96 FM Ltda., originariamente Rádio Caiapó Ltda., no município de Rio Verde - GO;
- 5 - Portaria nº 916, de 18 de novembro de 2009 – Sociedade Rádio Clube de Osvaldo Cruz Ltda., no município de Osvaldo Cruz - SP;
- 6 - Portaria nº 935, de 19 de novembro de 2009 – Rede Valeparaibana de Radiodifusão Ltda., no município de Taubaté - SP;
- 7 - Portaria nº 943, de 19 de novembro de 2009 – Rádio Itaperma FM de São Paulo Ltda., originariamente Rádio Manchete Ltda., no município de São Paulo - SP;
- 8 - Portaria nº 959, de 20 de novembro de 2009 – Rádio Andaiá Ltda., no município de Santo Antônio de Jesus - BA;
- 9 - Portaria nº 1.038, de 28 de dezembro de 2009 – Rádio Imperial FM de Pedro II Ltda., no município de Pedro II - PI;
- 10 - Portaria nº 1.041, de 18 de dezembro de 2009 – Rede MS Integração Rádio e Televisão Ltda., no município de Campo Grande - MS;
- 11 - Portaria nº 45, de 5 de fevereiro de 2010 – Norte Sul Radiodifusão Ltda., originariamente Rádio Universal Ltda., no município de Porto Alegre - RS. e
- 12 - Portaria nº 98, de 11 de março de 2010 – Fundação L'Hermitage, originariamente Rádio Del Rey Ltda., no município de Belo Horizonte - MG.

Brasília, 29 de junho de 2010.



EM nº. 129/2010-MC

Brasília, 26 de março de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho para conhecimento de Vossa Excelência portaria, pela qual foi renovada permissão outorgada a FUNDAÇÃO L'HERMITAGE para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, por dez anos, a partir de 25 de janeiro de 2008.
2. A outorga foi conferida, originariamente, à Rádio Del Rey Ltda, pela Portaria nº 15, de 10 de janeiro de 1968, publicada no Diário Oficial da União no dia 25 subsequente, renovada pela Portaria nº 506 de 3 de outubro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 4 de outubro de 1988 e, posteriormente, transferida à Requerente, pela Portaria nº 149, de 9 de setembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União do dia 20 de setembro de 1999.
3. Observo que a renovação da permissão outorgada para exploração dos serviços de radiodifusão é regida pelas disposições contidas na Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, que a regulamenta.
4. Os órgãos técnicos e a Consultoria Jurídica deste Ministério manifestaram-se favoravelmente ao pedido, uma vez que foram atendidas todas as disposições normativas regentes.
5. Acompanham o ato os Processos nº 53710.001377/1997 e nº 53000.054522/2007, que constituem pedidos distintos de renovação. O primeiro referente ao período de 1998/2008, deferido de acordo com o artigo 9º do Decreto nº 88.066/93, e o segundo que trata do período de 2008/2018.
6. Diante do exposto, e em observância ao que dispõe a Lei nº 5.785, de 1972, e seu regulamento, Decreto nº 88.066/83, encaminho o ato, acompanhado dos respectivos processos, a Vossa Excelência para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional, em cumprimento ao art. 223, §3º, da Constituição da República.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Helio Calixto da Costa

PORTARIA Nº 98 ,DE 11 DE MARÇO DE 2010.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 5º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º, inciso II, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta dos Processos nº 53710.001377/1997 e nº 53000.054522/2008, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, §3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 25 de janeiro de 2008, a permissão outorgada, originariamente à Rádio Del Rey Ltda., pela Portaria nº 15, de 10 de janeiro de 1968, publicada no Diário Oficial da União do dia 25 subsequente, renovada pela Portaria nº 506 de 3 de outubro de 1988, publicada no Diário Oficial da União do dia 4 de outubro de 1988 e, posteriormente, transferida à FUNDAÇÃO L'HERMITAGE, pela Portaria nº 149, de 9 de setembro de 1999, publicada no Diário Oficial da União no dia 20 subsequente, para explorar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em frequência modulada, no município de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º A exploração do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



HÉLIO COSTA

Ministro de Estado das Comunicações

*(À Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática em decisão terminativa.)*

ATA DA 50ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 15 DE ABRIL DE 2011

(Publicada no Diário do Senado Federal nº 57, de 16 de abril de 2011)

RETIFICAÇÃO

À página nº 11673, republique-se por erro gráfico, a Emenda nº 2, apresentada à Medida Provisória nº 529, de 2011, na íntegra:

EMENDA Nº **MPV - 529**
00002

(à Medida Provisória nº 529, de 7 de abril de 2011)

Dê-se a seguinte redação aos incisos I e II do §2º do art. 21 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, na forma do art. 1º da Medida Provisória nº 529, de 7 de abril de 2011:

“Art. 1º
“Art. 21
.....
§2º
I – onze por cento, no caso do segurado contribuinte individual, ressalvado o disposto no inciso II, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado; e
II – cinco por cento, no caso do microempreendedor individual, de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e do segurado facultativo.
.....” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

Em boa hora o Poder Executivo apresentou a MP nº 529/2011, com o objetivo fundamental de buscar o aumento do número de empreendedores individuais na economia formal, significando esse avanço, principalmente, a ampliação da proteção previdenciária aos microempreendedores.

Cumpre, entretanto, ao Congresso Nacional, ao apreciar as medidas provisórias encaminhadas pelo Poder Executivo, oferecer sugestões de aprimoramento com vistas a aperfeiçoar a norma a ser convertida em lei.

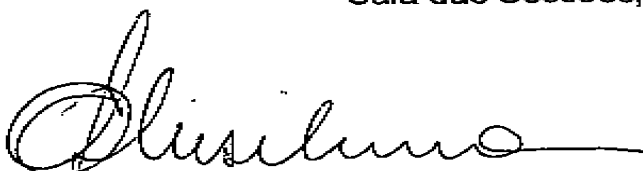
Com esse objetivo apresentamos a presente emenda à MP 529/2011, pois entendemos como oportuno o enquadramento do segurado facultativo na mesma alíquota que está sendo proposta para o microempreendedor individual, ou seja, alíquota de cinco por cento. Com esta alteração estaremos beneficiando especialmente as donas de casa do Brasil.

Trata-se de medida de grande alcance social e de relevância inequívoca, uma vez que, com o mesmo objetivo da MP original, proporcionará incentivo à ampliação da formalização e da proteção previdenciária aos segurados facultativos, tais sejam: os que não exercem atividade de vinculação obrigatória a regime previdenciário e que sejam maiores de dezesseis anos de idade.

Além disso, trata-se também de homenagear o trabalho realizado ao longo de vidas, que até muito pouco tempo não gozava de qualquer reconhecimento formal da sociedade, através da inserção previdenciária de inúmeras mulheres, donas de casa, espalhadas por todas as regiões do país.

Cotando com a sensibilidade dos nobres congressistas, solicitamos o apoio para a aprovação da presente emenda à MP nº 529/2011.

Sala das Sessões,



Senadora GLEISI HOFFMANN - PT



Senadora ANGELA PORTELA

Senadora ANA RITA



Deputada LUCI CHOINACKI



Deputada BENEDITA DA SILVA

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA**ATA DA 5ª REUNIÃO DE 2010**

Ata Circunstanciada da 5ª Reunião de 2010, realizada em 03 de agosto de 2010, terça-feira, às 14 horas, no Plenário 07 da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II do Senado Federal, destinada à oitiva dos Ministros Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, General Jorge Armando Félix; das Relações Exteriores, Celso Luiz Nunes Amorim; e da Justiça, Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto, para prestarem esclarecimentos sobre informações fornecidas à SISBIN a respeito da entrada de Esmail Ghaani no País, quando da visita do Presidente Ahmadinejad ao Brasil e para deliberar sobre o Relatório nº 1, de 2010, da Política Nacional de Inteligência, encaminhada pelo Sr. Presidente da República (Mensagem-CN nº 198, de 2009).

Estiveram presentes os Srs. Deputados e Srs. Senadores membros da Comissão:

DEPUTADOS**SENADORES**

Emanuel Fernandes

Eduardo Azeredo

Vanderlei Macris (art. 66,
parágrafo único, RISF)Alvaro Dias (art. 66, parágrafo
único, RISF)**Presidente:** Senador Eduardo Azeredo

Estiveram presentes, também, os Congressistas não membros da Comissão:

DEPUTADOS**SENADORES**

Marcelo Itagiba

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB - MG) – Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados, havendo *quorum* declarado aberta a presente reunião, que é a 5ª reunião de 2010.

A presente reunião foi convocada para ouvir os Ministros Chefe de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República General Jorge Armando Félix, das Relações Exteriores Celso Luiz Nunes Amorim e da Justiça Luiz Paulo Teles Vieira Barreto para prestar esclarecimentos sobre informações fornecidas à Sisbin a respeito da entrada de Esmail Gani no País quando o Presidente Ahmadinejad ao Brasil e também, o item 2, deliberar sobre o relatório da política de inteligência encaminhado pelo Presidente da República, Mensagem nº 198, de 2009.

Antes quero submeter à aprovação do Plenário Ata Circunstanciada da 4ª Reunião de 2010, realizada em 17 de junho, cujas cópias encontram-se sobre a bancada.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Requeiro a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Perfeito. Estando de acordo está dispensada.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Comunico aos Srs. Membros que a Secretaria da Comissão recebeu os expedientes do General Jorge Armando Félix, Ministro de Estado e Chefe de Gabinete de Segurança Institucional comunicando que, em razão de outro compromisso funcional, indica como representante o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência Dr. Wilson Roberto Trezza; também ofício da lavra do Dr. Sérgio França Danezi, Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores, comunicando que o Embaixador Celso Amorim, em razão de compromissos previamente assumidos se fará representar pelo Embaixador Eduardo Gradilone Neto, Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras no Exterior e pela Ministra Maria Clara Duclos Carísio, Chefe da Divisão da Ásia-Oceania.

O item 3, ainda a terceira comunicação, do Dr. Luiz Carlos Nóbrega Nélson, Delegado da Polícia Federal, assistente da Direção Federal, confirmando a presença do Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Polícia Federal e Dr. Antônio Carlos Floriano Lessa, Diretor-Geral de Polícia de Imigração, representando o Ministro de Estado da Justiça.

Quero, portanto, convidar para já compor a Mesa aqui o Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Polícia Federal; o Embaixador Eduardo Odilone Neto e o Dr. Wilson Roberto Trezza.

O item 1, como foi mencionado, é oriundo do Requerimento em que se requer a presença dos Srs. Ministros ou dos seus representantes para que possamos ouvir sobre a questão da entrada no Brasil do Sr. Esmails Ghaani.

A justificação apresentada no requerimento assinado por mim e pelo Deputado Marcelo Itagiba vou ler para que todos tomem conhecimento:

A força Quds é uma unidade especial do exército dos guardiões da revolução islâmica do Irã. A *Federation of American Scientists*, num documento de 1998, afirmou que a missão primária da Força Quds é de organizar, treinar, equipar e financiar movimentos revolucionários islâmicos estrangeiros e que a força seria responsável pela construção e manutenção de contatos com organizações militares islâmicas clandestinas por todo o mundo islâmico.

A força Quds responde diretamente ao líder supremo do Irã o Aiatolá Ali khamenei, seu comandante atual é o brigadeiro general Qasim Suleimani. Qasim Suleimani tem como seu lugar o tenente Esmails Ghaani, a pessoa designada pelo Quds para fazer a triangulação via Dakar, através dos portos ali alocados de produtos nocivos e sensíveis com destino ao Irã, com objetivo de burlar embargo feito pelas Nações Unidas.

Importa os registros na medida em que a despeito de não constar o nome de Esmails Ghaani em nenhuma das relações oficiais encaminhadas ao País como membro da comitiva do Presidente Ahmadinejad quando em visita ao Brasil essa pessoa adentrou oficiosamente o território nacional, já que aqui não veio com visto emitido pela Embaixada do Brasil ou com autorização do Itamaraty, ou seja, pretendo chefe do chamado terrorismo internacional islâmico aqui veio de forma camuflada, de forma escondida, debaixo do braço do Presidente Ahmadinejad e adentrou território nacional com autorização indevida, incorreta e ilegal por parte do Governo brasileiro para fazer contato com as suas mais altas autoridades de primeiro escalão, fato que só foi descoberto em razão de requerimento de informações encaminhados às autoridades competentes.

Importam ainda mais agora, após as respostas absolutamente conflitantes obtidas em resposta aos referidos requerimentos dirigidos aos Exm^{os} Srs. Ministros das Relações Exteriores e da Justiça e ao largo do conhecimento da Abin, o que se passa a demonstrar quanto à inscrição (?) do discurso proferido pelo Deputado Marcelo Itagiba no último dia 24 de junho, no qual, realmente, o Deputado, que poderá depois usar da palavra, mostra a incoerência entre as respostas que estão aqui na mesa, em que as respostas são realmente incoerentes umas com as outras, tanto pela Abin, que diz desconhecer qualquer informação, e, depois, as informações da Polícia Federal e do Ministério das Relações Exteriores.

Portanto, considerando o desencontro, no âmbito do Sisbin, das informações apresentadas pelas autoridades nominadas e também que, de acordo com o art. 6º da Lei 9.883/99, cabe ao Congresso Nacional o controle e a fiscalização da atividade de inteligência realizada pelo Poder Executivo. É imprescindível o esclarecimento não só de como se deu a entrada do Sr. Esmails Ghaani no Brasil, mas também quais foram os propósitos de sua vinda, os lugares por ele frequentados e as pessoas por ele contatadas, razão pela qual se apresenta o presente requerimento.

Eu passaria a palavra ao Deputado Marcelo Itagiba, que está comigo aqui, as cartas que foram... Os requerimentos de informação e as respostas dos três âmbitos do Governo Federal.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Eduardo Azeredo, que, de forma resumida, colocou muito bem as questões por nós suscitadas.

Gostaria de cumprimentar meu colega, Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor do Departamento de Polícia Federal, o Dr. Wilson Trezza, que hoje é o Diretor da Agência Brasileira de Inteligência, e o representante do Itamaraty, Dr. Eduardo Gradilone Neto.

Sr. Presidente, eu conheço a competência dos três organismos que estão aqui representados. Talvez, os quadros mais qualificados de servidores do Estado estão aqui representados pelo Itamaraty, pelo Departamento de Polícia Federal e pela Agência Brasileira de Inteligência. E é por isso que me causa surpresa o conflito de informações que foram prestadas a este Parlamento, por se tratar inclusive de um indivíduo de alta periculosidade.

Para que V. Ex^a tenha a dimensão da importância desse elemento que ingressou no território nacional, ao que parece, de forma clandestina, ele é apenas o lugar-tenente, o segundo, do homem que é responsabilizado pela Interpol Internacional como um dos mentores do atentado da Amia na Argentina, que é o Ministro da Defesa do Irã. Pesa sobre ele essa acusação de ser o responsável pelo ataque à Amia na Argentina.

Esse indivíduo, então, vem ao território nacional, mas não vem listado previamente, como de praxe, na comitiva presidencial. Portanto, não constava da estrutura formal de acompanhamento do Presidente do Irã ao Brasil. Esses fatos foram levantados e foram solicitadas informações ao Ministério das Relações Exteriores, ao Ministério da Justiça e ao Gabinete de Segurança Institucional.

O Ministério das Relações Exteriores diz que, de fato, não constava essa pessoa da lista, mas que no voo do Presidente Ahmadinejad, do Irã, encontrava-se esse indivíduo, a quem foi dado desembarque condicional por solicitação do governo do Irã, e que tal procedimento foi realizado pelo Departamento de Polícia Federal, conforme as normas de praxe. Obviamente que as normas não são de praxe, as normas são legais. E as normas legais, não sei se hoje mudaram, mas, na minha época, quem dava o desembarque condicional, nessas condições, era o próprio Itamaraty, dizendo que emitiria visto de forma oportuna, e solicitava à Polícia Federal que fizesse esse desembarque.

Mas essas coisas se alteram. Há muito tempo, estou afastado da atividade aeroportuária. Já chefei dois aeroportos, Galeão e Cumbica, mas essas coisas se alteram; possivelmente essas coisas se alteraram.

Essa é a resposta do Itamaraty, dizendo que a responsabilidade pelo desembarque é da Polícia Federal, ou seja, a Polícia Federal deu esse desembarque.

O Departamento de Polícia Federal, por meio do Ministro da Justiça, informa a este Parlamento que a Polícia Federal não deu qualquer desembarque a esse indivíduo, que não consta...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Quero só, realmente, ler o ofício,...

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Por favor...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – ... que é o Requerimento de Informação nº 5.016, dirigido ao 1º Secretário da Câmara, que diz:

Em resposta ao requerimento de informação do Deputado Marcelo Itagiba, informo a V. Ex^a que não foram localizados registros de entrada ou saída dos bancos de dados da Polícia Federal em nome de Esmails Ghaani, tampouco em nome de possíveis grafias indicadas e mencionadas no pedido. De acordo com a Polícia Federal, se tal pessoa entrou no Brasil com visto diplomático e junto com a comitiva do Presidente do Irã, com certeza, não passou no aeroporto pela imigração da Polícia Federal.
Assinado pelo Ministro Luiz Paulo Barreto.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – O que demonstra o conflito de informações entre a informação prestada pelo Ministério das Relações Exteriores e o Departamento de Polícia Federal.

Mas me causa mais estranheza ainda – e aí, em boa hora, aprovamos essa legislação; fiz até uma ressalva a ela sobre a questão dos documentos secretos, confidenciais, disse que temos a necessidade de ter esses documentos em função de determinadas atividades, próprias da Inteligência, da Polícia Federal e do próprio Ministério das Relações Exteriores – é que o gabinete institucional me manda um documento classificado, ou seja, um documento sobre o qual têm de ser guardadas as devidas reservas, informando-me coisa alguma. Quer dizer, aquele documento é um ofício simples, da mesma forma como foi feito o do Itamaraty, da mesma forma como foi feito o do Ministério da Justiça, mas vem sempre com uma chancela, com um carimbo. Como sai de lá, é sempre reservada a informação, secreta, confidencial, embora a informação seja a de que nunca ouviram falar nesse indivíduo e que desconhecem, se não em engano, a entrada desse indivíduo no território nacional.

Ou seja, se a Abin, que tem essa missão, não sabe, desconhece – aí faço uma crítica pessoal –, é melhor fechar as portas, porque, se esse indivíduo entrou no Brasil com autorização de algum setor do Governo brasileiro, aqui esteve, reuniu-se com autoridades... E é importante saber com que autoridades esse indivíduo se reuniu, porque a missão desse indivíduo é uma missão de espionagem, é uma missão de violação do embargo realizado ao Irã, segundo informações publicadas, inclusive, na imprensa, que dá conta da sua missão de locação de portos, se não me engano, em Dakar, com o objetivo de ter material sensível, proveniente do Brasil e da Venezuela para esse país, para depois esse material chegar ao Irã. Ou seja, o que precisamos esclarecer aqui, Sr. Presidente – e tenho certeza de que esses servidores poderão fazê-lo –, é: por que essas contradições; efetivamente, qual é a missão desse espião ou chefe da espionagem do governo iraniano em nosso País; e com que autoridades esse indivíduo se encontrou, para tratar dos seus assuntos.

Então, esse era, inicialmente, o questionamento e a colocação que gostaria de fazer a V. Ex^a e aos ilustres representantes da Abin, da Polícia Federal e do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Obrigado.

O Deputado Emanuel Fernandes, que é o Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Vamos ouvir, primeiro, então, os convidados.

Então, vamos passar a palavra ao Dr. Luiz Fernando Corrêa, Diretor-Geral da Polícia Federal.

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – Bom, Sr. Presidente, Exm^o Sr. Senador Eduardo Azeredo, quero saudá-lo e agradecer o convite para estar aqui. Quero saudar o meu colega... Vou mudar de assento.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDD – SP) – Vamos esperar limpar aí.

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – Quero saudar os parlamentares: o Deputado Emanuel, com quem tive o prazer, tempos atrás, dias atrás, antes do recesso, de participar de uma audiência, o Deputado Itagiba e o Deputado...

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Macris.

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – ... e os meus colegas da Mesa – do Itamaraty, da Abin, demais servidores da Casa e a imprensa.

A Polícia Federal, eu pretendo aqui, de ordem bem cronológica explicar esse fato, a começar pelo pedido de informações que chegou até a Polícia Federal e

que a nossa encarregada da área responde. E o assunto, está aqui entre aspas, "Informação sobre – eu vou... Esmail Gaani – esse é o nome que chegou para consulta na Polícia Federal. E aqui eu já quero esclarecer que o nosso sistema não é fonético, então foi feita uma busca com esse nome, quando na realidade, e foi assim respondido, que nada constava.

Quando houve o questionamento e detalhamento - e eu tenho aqui um processo onde está nessa ordem cronológica – quero passar mais um dado para os Srs.. Feita essa pesquisa, o nome tem entre o "a" e o "i" do Esmails, tem um "e" aqui, o Ghaani e mais um outro sobrenome que na primeira consulta não constava. Esse cidadão, efetivamente, como qualquer cidadão que chega sem as condições de ingresso é barrado. E isso nós temos no dia-a-dia várias questões, algumas notória dependendo do status da pessoa, se é um artista, se é um cineasta... Repercute conforme a visibilidade dessa pessoa. E no dia-a-dia a regra é que em havendo um interesse, um atestado que se obtenha algum interesse de Estado é dado esse desembarque condicional. E esse também, assim procedeu a Polícia, foi constatado que não tinha o visto... O Itamaraty apresentou à nossa Coordenadora no regime de plantão – é assim que funciona – no escalão, que é a Coordenadora na época, a Dr^a Gilse, que hoje não está, mas eu estou com o substituto dela aqui à disposição dessa Comissão se precisar, um pedido:

Senhora Coordenadora-Geral,

A pedido da Embaixada da República Islâmica do Irã, muito agradeceria Vossa Excelência verificar a possibilidade de conceder desembarque condicional ao Presidente da República Islâmica do Irã, Sr. Mahmoud Ahmadinejad, e delegação, que chegaram na Base Aérea de Brasília na manhã do dia 23 de novembro do corrente.

E pede os nomes... Citam 5 nomes, que foi então deferido pela equipe do plantão e que fez o registro da ocorrência, como é normal, do desembarque condicional.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – O Sr. Poderia dizer os nomes?

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – O duro é não ofender... O próprio Sr. Mahmoud Ahmadinejad, aí sim o Sr. Esmails Ghaani – aí eu não me atrevo a dizer o sobrenome desse cidadão que é esse nosso aqui -, o Sr. Ali Reza Salari, Sr. Bakman Taherian e Sr. Kourosh Parvizian com os documentos de viagem ao lado, grafado os números dos documentos, dos passaportes.

Esse procedimento então tramitou, foi dado o embarque como costumeiramente se faz nessas ocasiões, essa pessoa não constava em nenhum dos impedidos de ingressar, o nosso CIMP constam os que nós produzimos e que os organismos internacionais nos informam, na Interpol também não consta nenhuma restrição quanto a esse nome.

Então o que houve foi, aí nesse segundo momento que foi dada essa busca para atender rapidamente essa informação foi feita com aquela literalidade daquele primeiro nome omitindo o segundo - o segundo sobrenome -, e depois consta, e aqui estão os registros da Polícia Federal da inclusão, sim, desse nome no sistema e a cópia de todas as telas do Sistema da Polícia Federal e o item do livro, e a cópia do livro de ocorrência onde houve o desembarque. Então ele foi desembarcado como desembarque condicional, com todos os registros feitos. O que houve foi, no fazer a busca para atender à solicitação – podemos dizer –, sim, uma falha, mas o que nós

temos a dizer, por isso, é que o nosso sistema não é fonético. Então, não permitiu uma busca que, na segunda provocação, nos foi possível. Então, vou-lhe passar às mãos, inclusive uma olhada, e ainda tem todos esses processos de que lhe falei.

Sob a ótica da Polícia Federal, foi assim que ocorreu o incidente, e, como eu disse, estava, sim, o registro desde o dia, só que, quando da consulta por solicitação do Parlamentar, a pesquisa foi feita de forma inadequada e não permitiu...; não tinha qualquer outro objetivo.

Pois não.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, só me permita. Eu gostaria apenas de colocar que eu conheço a competência do setor de inteligência do Departamento de Polícia Federal; aliás, já o dirigi e, quando o dirigi, atuamos bastante em conjunto com a própria Agência Brasileira de Inteligência nessas questões altamente sensíveis. E basta ler o pedido de informações que foi encaminhado ao Ministério da Justiça para se ver – tenho certeza de que o setor competente teria condições de ter os dados suficientes –, mesmo havendo um erro de grafia, de fazer uma busca correta e adequada, e se verificar, e prestar a informação certa, ou seja, a informação que hoje o Dr. Luiz Fernando nos traz.

Além do mais, é importante ressaltar que, na própria informação do Ministério da Justiça, assinada por S. Ex^a, o Ministro, ele frisa o seguinte: “Informo a V. Ex^a que não foram localizados registros de entrada ou saída nos bancos de dados da Polícia Federal em nome do Sr. Ismaels Ghaani, tampouco em nome de possíveis grafias indicadas no mencionado pedido”; ou seja, embora não haja busca fonética, grafias do mesmo teor, pela resposta do Ministro, devem ter sido vistas e consultadas.

Um tema tão sensível com este não tenho a menor dúvida de que ele não deixou de passar pela área de inteligência do Departamento de Polícia Federal, porque se trata de uma denúncia vinculando indivíduos ligados a movimentos terroristas internacionais. Então, o reconhecimento desse mal entendido, no âmbito da Polícia Federal, me parece que hoje está explicado e sanado, mas que houve uma falha importante; houve uma falha importante porque isso está expresso pelo próprio Ministro: grafias, embora não seja fonético, outras grafias foram consultadas.

E mais surpreendentes ainda – o senhor verá agora nos próximos depoimentos: os depoimentos prestados pela própria Agência Brasileira de Inteligência que, para mim, se desconhece a presença desse indivíduo... O Departamento se mostrou não capaz de identificar essa questão, e a Agência Brasileira de Inteligência, ao que me parece, também não foi capaz, o que me causa preocupação com o sistema de inteligência brasileiro, que deveria estar no encalço desse indivíduo, que é reconhecidamente um agente na inteligência iraniana.

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – Permita-me um complemento aqui, em razão da observação.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo, PSDB – MG) – Sim

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – Os grafismos possíveis, considerando o primeiro sobrenome que constava na provocação; o segundo sobrenome não tinha. E o eventual domínio sobre a participação de uma pessoa em determinadas atividades, o nosso modelo para impedir, nós estamos numa constituição garantia, isso tem que estar expresso. Então, não tem nenhuma restrição formal no aspecto migratório, e, naquele momento da decisão do ingresso, era um controle

meramente administrativo, sob a ótica migratória. Quando esse sistema volta, com certeza, foi acionada toda a área, até porque a sua provocação trazia dados outros.

Há um segundo momento. Para a decisão de um desembarque, é o formalismo: tem visto, não tem visto; é impedido, não é; tem uma solicitação que fundamente a presença, justifique a presença para um eventual desembarque condicional.

Só acrescentando, não estou aqui... É só para esclarecer do porquê do grafismo, porque, na primeira, ficava só no "Ghaani".

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Na verdade, acho que é importante apenas frisar...

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – Pois não.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – É o seguinte: quer dizer, não estou discutindo se a entrada dele foi legal ou não. O que estou afirmando é que as autoridades brasileiras, talvez as três mais importantes neste País, no que diz respeito à questão internacional, não foram diligentes na identificação desse indivíduo e dão três respostas completamente diferentes – está no mesmo texto. O Itamaraty foi capaz de identificar nessa grafia o indivíduo a quem foi solicitado, no Departamento de Polícia Federal, o desembarque condicional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo, PSDB – MG) – Quero só lembrar que a nossa Comissão é comissão de acompanhamento das atividades de inteligência. Ou seja, temos realmente de zelar para que possamos ter um sistema de informações – está na pauta, inclusive, a aprovação do sistema em si –, porque temos tido notícias muito variadas de vazamento de informações. A presença ilegal de estrangeiros no País é muito corriqueira, de maneira que existe realmente uma preocupação que se justifica, especialmente num caso deste, em que, tirando a questão política envolvida, estamos falando realmente de um regime polêmico, que dá chibatadas em mulheres, apedreja. Enfim, é um regime que suscita as preocupações que temos aqui e justifica que tenhamos convidado os senhores a virem aqui.

Deputado Macris. Depois, então, passaria ao Embaixador Gradilone.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Eu queria, só pela oportunidade...

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Não seria melhor todos falarem?

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Não teria mais perguntas a fazer, mas gostaria de aproveitar o que disse o Dr. Correa sobre uma lista de impedimentos, consultada no momento da entrada de qualquer cidadão no País. Nessa lista de impedimentos não constava o nome desse indivíduo? Quer dizer ...

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – Não consta nem da lista da Interpol nem da lista dos impedidos por qualquer razão.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está bem. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo, PSDB – MG.) – Vamos ouvir, então, o Embaixador Eduardo Ricardo Gradilone Neto.

O SR. EDUARDO RICARDO GRADILONE NETO – É uma honra estar aqui com os senhores nesta importantíssima Comissão. Eu sou o responsável pela área consular e de brasileiros no exterior. Por determinação do Ministro de Estado, estou regressando quase diretamente de um voo de quarenta horas do Japão para poder mostrar o apreço do Ministério das Relações Exteriores com relação a esta Comissão.

Quería dizer que, da parte do Itamaraty, foi um procedimento, digamos, quase rotineiro. É muito comum que delegações venham com pessoas sem o visto apropriado ou sem o passaporte, e que tenhamos, na última hora, de fazer um pedido de autorização condicional para o visitante.

Foi o que aconteceu. Tínhamos inicialmente uma lista com os nomes dos participantes da comitiva e depois recebemos uma nota da Embaixada pedindo autorização especial para cinco que não portavam visto. Um desses integrantes era o senhor objeto da polêmica. Nós fizemos, então, o pedido à Polícia Federal e foi com base nesse pedido que a entrada dele foi autorizada.

Nós não fazemos nenhum tipo de acompanhamento do que fazem os integrantes da missão durante a permanência, que foi curta, de apenas um dia. Da parte do Itamaraty, creio que foram tomadas todas as providências necessárias para que o membro não documentado ou sem a documentação integral necessária pudesse entrar legalmente em nosso País.

Fico à disposição de todos os senhores para qualquer outro esclarecimento, mas queria aproveitar para dizer que, ultimamente, a parceria do Itamaraty tanto com a Polícia Federal quanto com a Abin tem-se reforçado muito.

Não sei se os senhores sabem, mas temos uma informatização na área de emissão de passaportes, de vistos e de atos notariais no exterior que futuramente terá sistema de verificação de dados com base nos bancos de dados da Polícia Federal. O acordo do Itamaraty com a Polícia Federal já foi assinado, só falta a integração técnica efetiva desses bancos de dados. Temos uma negociação com o Ministério da Defesa para conferir os requisitos do ponto de vista de obrigações militares; com a Justiça Eleitoral, na parte de obrigações eleitorais; e com a Receita Federal.

Esse sistema, então, tem sido e será muito importante para checagem de dados. E não é só nesse aspecto que a comparação com a Polícia Federal existe – em todas as nossas conversações, ela tem sido muito importante – e, ultimamente, muito importante com a Abin, inclusive em casos importantíssimos relacionados com os *brasiguaios*, com os brasileiros na Bolívia, em que essas informações de Inteligência são muito importantes para que possamos conduzir adequadamente as nossas operações.

De modo que fico à disposição dos senhores, mas ressaltando que nossa cooperação ultimamente tem sido – e espero que se reforce – talvez exemplar.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, apenas para ressaltar que as informações apresentadas pelo Itamaraty ao requerimento de informações – não é um mero ofício desta Casa, sob a responsabilidade inclusive de quem o assina – foram corretamente prestadas, e o Itamaraty foi diligente o suficiente para verificar, mesmo a grafia não sendo aquela mais correta, em encontrar, tendo em vista o pedido, a pessoa naquela comitiva.

Então, quer dizer, foi com base na informação do Itamaraty que pudemos e auxiliamos, inclusive, a própria Polícia Federal e a própria Abin a verificar esse desencontro, ou essa cochilada, principalmente do órgão responsável pelas operações de Inteligência, a Agência Brasileira de Inteligência, na verificação da entrada desse indivíduo.

É importante frisar que o Itamaraty fez o seu papel. Embora foneticamente se escreva o nome de uma maneira diferente, o Itamaraty foi diligente e encontrou. Os demais, naquele momento, não encontraram, embora hoje, em função da pesquisa feita, já se saiba.

Então, era só para esclarecer esse ponto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG.) – Obrigado.

Vamos ouvir agora o Dr. Wilson Trezza, Diretor-Geral da ABIN.

O SR. WILSON TREZZA – Exmº Sr. Senador Eduardo Azeredo, Presidente desta Comissão, Deputado Emanuel Fernandes, Deputado Marcelo Itagiba, Deputado Vanderlei Macris, senhores componentes da Mesa, em primeiro lugar, gostaria de informar ao Sr. Presidente que estou aqui na condição de representante do

Ministro Félix, Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, em função de um compromisso do Ministro, uma designação para recebimento do Presidente da República de Camarões, que chega a Brasília às 15 horas, e, entre as competências do GS1, uma delas é a recepção e as honras aos Chefes de Estado na base aérea de Brasília. Então, ele pede desculpas e informa que não pôde estar presente por essa razão.

Bem, em segundo lugar, gostaria de agradecer as referências do Deputado Marcelo Itagiba à qualidade do profissional de inteligência da Abin, à referência que fez aos trabalhos que realizou em conjunto com a Abin quando na chefia do Departamento de Inteligência da Polícia Federal, às referências também elogiosas do Itamaraty. Isso me leva à conclusão de que temos realizado o nosso trabalho com competência.

Procuramos trabalhar com absoluta lisura, mesmo porque a atividade principal da Abin é a produção de inteligência. Diferentemente da maioria das outras agências de inteligência, que tem uma atividade-fim e uma atividade de inteligência que é acessória, no caso da Abin, a nossa atividade é produção de conhecimento.

A Abin é, por força de ordenamento jurídico brasileiro, o órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência e trabalha em cooperação com um número considerável de parceiros que integram esse sistema. Entre eles, temos como correspondente no Itamaraty a Cocit, Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais. Há algumas áreas do Ministério da Justiça, entre elas o Departamento de Polícia Federal. Desenvolvemos a nossa atividade, com base inclusive no compartilhamento de dados com os companheiros, com os parceiros de sistema.

Antes inclusive da visita da delegação iraniana ao Brasil, que estava prevista inicialmente para o mês de abril ou maio de 2009 e veio a acontecer no mês de novembro, antes mesmo desse período, começamos a trabalhar nesse sentido. Nós fizemos o levantamento, acompanhamos, procuramos interar-nos, não somente neste caso, mas em vários outros, sobre quais são os integrantes das delegações que visitam o País, mesmo porque a Inteligência trabalha não somente com ameaças, mas também com oportunidades.

Fizemos o levantamento e solicitamos informações a vários serviços de Inteligência que são parceiros da Abin. Nós temos relações de intercâmbio de dados com vários serviços de inteligência. Solicitamos ao Serviço de Inteligência, solicitamos ao Ministério da Justiça, através da área de inteligência do DPF, solicitamos ao Itamaraty.

Recebemos a relação oficial de integrantes da comitiva somente no dia 23 de novembro, um dia após a chegada da delegação, embora nós tivéssemos alguns dados de quais seriam os integrantes da comitiva nessas solicitações que fizemos – fizemos antes da chegada, fizemos em abril de 2010 e fizemos em julho de 2010 – ao Serviço de Inteligência e aos órgãos parceiros de sistema.

Recebemos a informação de que essa pessoa, em tese, não integraria a comitiva do Presidente iraniano. Nesses momentos em que fizemos essas consultas, nós não tínhamos nenhuma razão para duvidar das informações recebidas das agências de inteligência e da área de inteligência do Ministério das Relações Exteriores.

Nós, nas nossas consultas, fizemos, seguramente, cerca de 30 combinações possíveis – variações do nome do Sr. Esmails Ghaani – com apóstrofo e sem apóstrofo. Temos, mais ou menos, 30 combinações. Do Serviço de Inteligência, ou não recebemos resposta, ou recebemos respostas negativas e, também, dos órgãos parceiros de sistemas, naquele momento, com as consultas que fizemos, recebemos a informação de que não havia essa pessoa como integrante da comitiva.

Então, a Abin não tem a competência legal do controle de ingresso de estrangeiros no País. A Abin não tem poder de polícia e, também é importante que se diga, não tem poder de veto. Nós, simplesmente, subsidiamos o processo decisório do Poder Executivo. Temos como cliente preferencial o Presidente da República no sentido do assessoramento de inteligência, mas nós não tínhamos motivos e razões para entender que essas respostas não corresponderiam à realidade. Nós, então, não tivemos não somente dos parceiros, mas no Serviço de Inteligência aos quais nos reportamos, nenhuma informação sobre a presença desse senhor na comitiva do Presidente iraniano. E também, como já foi dito pelos que me antecederam, esse nome não consta de nenhuma relação dos organismos internacionais, da Interpol ou de outros organismos. E, ainda assim, essas relações não são vinculantes, com exceção daquelas a que se referem as resoluções nas quais o Brasil aderiu em termos de terrorismo internacional.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Dr. Wilson, mas o envolvimento dele no atentado da Argentina, isso não consta?

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Não, não é dele; é o chefe dele.

Acho que a pergunta objetiva – se V. Ex^a me permitir, Senador – é no sentido de perguntar o seguinte: esse indivíduo é membro das forças curdas-iranianas da guarda revolucionária? Primeiro ponto. Já que a Abin, à época, não sabia, eu quero saber se a Abin sabe hoje. Segundo, esse indivíduo é agente de inteligência iraniano?

São duas perguntas que são fáceis, até porque já está dito que são. Quero saber se a Abin pode confirmar os dados conhecidos? Essa é uma expressão muito utilizada lá. Os dados conhecidos – inclusive pela matéria da *Veja*, se a Abin lê a *Veja*, já que ninguém sabe de nada, pelos menos que essas pessoas leiam a *Veja*. E, com base nos dados conhecidos, a Abin já chegou à conclusão se esse indivíduo é um agente da inteligência iraniana?

O SR. WILSON TREZZA – O que nós não sabíamos, à época, é se ele integrava ou não a comitiva. Nós sabíamos de muitas coisas. O que nós não sabíamos é se ele estaria ou não na comitiva.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Então, por que foram feitas todas essas combinações, se não sabiam nem se ele integrava a comitiva? Era para saber se ele estaria ou não na comitiva?

O SR. WILSON TREZZA – Nós fazemos combinações de nomes, principalmente dos cidadãos de origem árabe. Existe essa dificuldade. Existem muitas variações – a transliteração, a tradução do nome e a diferença fonética e a diferença escrita são grandes. Então, buscamos....

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ele não constava da lista oficial?

O SR. WILSON TREZZA – Não constava da relação oficial.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Por que a Abin buscou esse nome? Quer dizer...

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – – Foi no nosso Pedido de Compra.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Foi em função do Pedido de Informação e, a partir dele, foi feita essa averiguação?

O SR. WILSON TREZZA – Também do Pedido de Informação.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Está certo.

O SR. WILSON TREZZA – Esse nome não é um nome estranho para quem milita na atividade de inteligência. Não é um nome estranho.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – O senhor poderia responder o questionamento que lhe faço no sentido: ele é agente da inteligência iraniana? Qual é a função dele na inteligência iraniana e o que o senhor descobriu o que ele fez, a partir da sua chegada no Brasil, nessa comitiva?

O SR. WILSON TREZZA – Os dados que nós dispomos é de que ele é integrante da Guarda Revolucionária, ele faz parte da segurança do Presidente iraniano e, nesta condição, veio ao Brasil. São os dados disponíveis que nós temos. Existem informações variadas. Existem informações que afirmam que sim e que afirmam que não.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Ele seria, também, responsável por compras de materiais rádioatômicos?

O SR. WILSON TREZZA – Nós não temos esse dado.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Dr. Wilson, tenho curiosidade – não sei se o senhor pode dar essa resposta aqui. Dentre a comunidade de informações que a gente tem de protocolo, de cooperação, o senhor poderia citar o nome das principais?

O SR. WILSON TREZZA – Olha, nós nos relacionamos na Abin com cerca de 82 serviços de Inteligência.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – CIA está ou não?

O SR. WILSON TREZZA – Sim.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – O serviço inglês está?

O SR. WILSON TREZZA – Sim.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – O serviço israelense está?

O SR. WILSON TREZZA – Está.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – E essas informações vieram ao senhor ... a partir dessas informações ... o senhor não está querendo abrir, acho que por uma questão legal, mas o senhor tem um monte de informações a respeito desse senhor, não é isso?

O SR. WILSON TREZZA – Nós temos algumas informações. Na verdade, inclusive por uma questão legal, quem autoriza o repasse de informações dessa natureza, da atividade de Inteligência, é o Ministro de Estado. Nós temos algumas delas.

Agora, alguns desses serviços que o senhor mencionou foram consultados e responderam que não tinham essa informação sobre a vinda ou não responderam. O serviço israelense, por exemplo, foi um dos que não respondeu, mas nos consultou durante e após a visita sobre a vinda ou não dessa pessoa ao Brasil. Ou seja, mesmo o serviço israelense, que era um grande interessado no assunto, não tinha absoluta certeza da presença desse senhor.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Só por uma questão de precisão, Dr. Wilson, o senhor consultou só se ele viria ou não, ou depois o senhor consultou esse serviço de informações estrangeiro a respeito do perfil dele.

O SR. WILSON TREZZA – Alguns dados não são necessariamente recebidos em função da consulta naquele momento.

Naquele momento, nós estávamos preocupados ou gostaríamos de ter informações sobre a presença ou não dessa pessoa na comitiva.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Ou seja, vocês já tinham um histórico ou as informações os senhores já tinham.

O SR. WILSON TREZZA – Alguns dados.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – E depois disso, os senhores conseguiram mais dados?

O SR. WILSON TREZZA – Em relação a que o senhor pergunta?

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – A esse senhor.

O SR. WILSON TREZZA – Nós temos um conjunto de dados. Nem todos os dados que temos são confirmados, mas consideramos todos eles nos nossos arquivos. Nos nossos arquivos, nós temos uma série de dados.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Ou seja, para ficar claro o bastante aqui, o senhor, quando solicitou esses serviços de inteligência, sobretudo os mais avançados do mundo, perguntou a respeito dessa pessoa, se ela estaria ou não na comitiva. É isso?

O SR. WILSON TREZZA – Exatamente.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Ok. Obrigado.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Só para que eu possa entender, porque foi até essa pergunta que o Deputado Macris desejou fazer, a Agência Brasileira de Inteligência, na pré-consulta que fez, antes do nosso pedido de requerimento, já tinha o nome desse indivíduo como uma pessoa que deveria ser verificada se viria ou não na comitiva. É isso que o senhor está dizendo?

O SR. WILSON TREZZA – Tínhamos alguns nomes, formamos uma relação e consultamos vários serviços de inteligência sobre essas possibilidades.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Ou seja, ele não era um mero segurança do Presidente Mahmoud Ahmadinejad. Então, já havia uma preocupação de que ele poderia ser um agente de inteligência iraniano, não é isso?

O SR. WILSON TREZZA – Olha, alguns serviços de inteligência entendem dessa forma. Essas informações são trocadas entre serviços de inteligência. Isso não quer dizer que tenhamos confirmação ou a mesma posição em relação a nomes de pessoas que qualquer outro serviço. Nós recebemos todos os dados, temos um acervo de dados sobre nomes e situações.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Imagine que eu sou o Presidente Lula, chame-o no meu Gabinete e pergunte: *O Presidente Ahmadinejad está chegando amanhã ao Brasil, está trazendo com ele esta comitiva. Desses nomes, o*

senhor pode dizer-me qual deles é um agente de inteligência iraniano e o nome dessa pessoa estaria envolvido? Que resposta o senhor daria ao Presidente da República?

O SR. WILSON TREZZA – Sim. Vamos consultar as informações disponíveis na Abin e vamos informar ao Presidente o que tivermos.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – E hoje o senhor já deve ter consultado, em função inclusive desta polêmica que estamos tendo agora, e gostaríamos de saber qual é a sua posição a respeito, quer dizer, qual é a conclusão, qual é o documento final da análise que foi feita a respeito desse caso? Ele é um agente de inteligência ou não?

O SR. WILSON TREZZA – A respeito dessas informações, eu precisaria que o senhor as requeresse ao Ministro-Chefe de Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Mas eu posso fazê-lo – e o farei –, mas, infelizmente, pelas informações que tenho aqui, dadas por esse Ministro a que V. Ex^a se refere, diz que desconhece. Ou seja, na verdade, os senhores vão desculpar-me, ou houve uma imperícia na resposta, ou houve má-fé, porque não estou com o documento aqui, porque se trata de um documento que foi taxado de confidencial, mas, na verdade, o documento diz que desconhece a presença desse indivíduo no Brasil e nem nunca teria ouvido falar em seu nome. Ou seja, essa é uma situação que me parece bastante delicada e bastante grave, em função do que precisamos ter em nível de inteligência, em defesa dos nossos ideais democráticos, quando temos aqui a vinda de um Presidente, com um agente de inteligência, contra o qual, inclusive, a própria revista *Veja* publicou matéria, dizendo qual é sua função.

O SR. WILSON TREZZA – Bem, Deputado, a resposta que chegou certamente aqui ao Congresso não foi a encaminhada pela Abin. A Abin recebeu uma consulta do Ministro Félix, respondeu a ela e, com base na nossa informação, ele deve ter mandado uma resposta ao Congresso. O que dissemos – e aí comentando um pouco sobre o que o senhor falou a respeito da classificação do grau de confidencialidade do documento – é que não é raro, dentro da atividade de inteligência, tenhamos os documentos classificados com algum grau de sigilo. E, nesse caso, embora a informação seja de que ele não fez parte da comitiva presidencial, todas as vezes que lidamos com nomes de pessoas, temos a precaução de classificação de algum grau de sigilo, porque se trata de questão de foro íntimo, às vezes questões de Estado. É por isso que, ainda que seja para dizer que ele não fazia parte da comitiva, ele foi classificado, porque se referia ao nome de uma pessoa, uma autoridade estrangeira, integrante de uma delegação de um Chefe de Estado que visitava o Brasil.

Então, não é absurdo que isso tenha sido classificado como sigiloso, ainda que seja para dizer que ele não participou da comitiva.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Então, o que o senhor sugere é que convoquemos mais uma vez, embora ele não tenha vindo hoje com as justificativas apresentadas, o seu chefe, o Ministro Félix, do gabinete de Segurança

Institucional. Aliás, os convites, hoje, formulados foram feitos justamente aos titulares da Pasta, para que não tivéssemos exatamente esse tipo de restrição nesta Comissão. Até, se for necessário, sugiro ao Presidente Emanuel, para maiores esclarecimentos, se precisarmos transformar esta sessão em secreta, podemos fazê-lo, porque, senão, teremos que, agora, pedir ao Ministro Félix que venha para divulgar essas questões.

Se o Presidente Emanuel me permitir, eu gostaria de dirigir a mesma pergunta ao Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, para que, com as informações do seu serviço de inteligência, que parece que neste momento não tem trocado informações – acho que o objetivo nosso aqui é exatamente o de melhorar o sistema e fiscalizar essa atividade –, quer dizer, se ele tem algum dado que possa complementar as informações do Sr. Wilson Trezza, Diretor da Abin.

O SR. WILSON TREZZA – O senhor me permite a resposta no que diz respeito à Abin. Não há uma sugestão da Abin, no sentido de que seja convocado o Ministro. O que estou dizendo é que, por força de legislação, na Lei nº 9.883, de 1999, há um dispositivo que diz que a responsabilidade pela divulgação de informações provenientes da atividade de inteligência é do Ministro do Estado. Ainda que eu queira, não posso. Essa não é uma maneira de escamotear informação. É a regra. É a lei.

O SR. PRESIDENTE (Emanuel Fernandes. PSDB – SP) – Só para facilidade processual, ou obviamente não sei se o senhor não está querendo descascar esse abacaxi, mas o senhor está aqui com uma carta representando o Ministro. Portanto, ele deve ter dado ao senhor ... Mesmo assim o senhor não pode?

O SR. WILSON TREZZA – Vim para fazer esclarecimentos a respeito desta indefinição sobre a presença ou não deste cidadão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Emanuel Fernandes. PSDB – SP) – Dr. Luiz.

O SR. MARCELO ITAGIBA (PSDB – RJ) – Na verdade, não é apenas sobre indefinição, Sr. Presidente. É para que explique o teor do requerimento, porque ele não fala em indefinição de informações. O requerimento requer, na forma da lei, da Constituição e do Regimento Interno do Congresso, requisita informações, que devem ser prestadas sob pena de responsabilidade.

Então, aqui existe uma controvérsia a ser dirimida. Não há menor dúvida, mas, além da controvérsia, existem também os dados conhecidos que devem ser respondidos pelos órgãos que hoje aqui estão representados por esses servidores de escol da administração pública brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Emanuel Fernandes. PSDB – SP) – Vamos esperar o Presidente da Comissão. Pênalti quem bate é o Presidente. Então me parece que se trata de um pênalti que V. Ex^a está querendo. Vamos esperar ele voltar. Enquanto isso, o Dr. Luiz responde.

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – A Polícia Federal está aqui para tratar da questão de polícia de migração. A nossa inteligência, mesmo fazendo parte do sistema, produz um conhecimento, um dado conhecido, para fins de prova na investigação policial. Ela participa do sistema, contribui na inteligência de Estado, mas a

nossa posição, hoje aqui, nesse caso, é quanto à questão de imigração. O desembarque foi feito. Não tinha restrição, no âmbito penal, do desembarque deste cidadão no Brasil. Qualquer outra análise ou tratamento sobre isso não caberiam à Polícia Federal neste caso.

O SR. PRESIDENTE (Emanuel Fernandes. PSDB - SP) – Deputado Vanderlei Macris.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de fazer uma leitura rápida de uma matéria da *Veja* que diz o seguinte:

Um dos acompanhantes, naquela visita do Presidente Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil, foi o Sr. Esmails Ghaani, que entrou anonimamente no país. Ele era comandante interino das Forças Quds, a unidade de elite da Guarda Revolucionária iraniana. A caminho do Brasil, Mahmoud Ahmadinejad e Esmail Ghaani fizeram uma escala no Senegal. O jornal Al Qanat, publicado no Líbano, em árabe, relatou que Esmails Ghaani usou sua passagem por Dacar para adquirir uma série de docas no porto local, em nome da companhia de fachada IRISL. Nessas docas, a Guarda Revolucionária iraniana pretende armazenar os produtos triangulados da América Latina, a fim de furar o bloqueio comercial imposto pela ONU.

Pois bem, continuando:

O contrabando é apenas uma das bandidagens praticadas pelas Forças Quds. O Departamento do Tesouro dos Estados Unidos denunciou-as por treinar, financiar e armar terroristas. O chefe de Esmails Ghaani [aí vem a minha questão], Qassem Suleimani, foi punido pela ONU, que congelou seus bens. A Europa acusou a Guarda Revolucionária de comandar o programa nuclear iraniano e passou a perseguir seu conglomerado de empresas por “proliferação de armas de destruição em massa”.

Pois bem, o que eu gostaria de perguntar aqui, em função dessa leitura que faço, não só para a Polícia Federal, o Dr. Corrêa, mas também para o Dr. Wilson: Dr. Corrêa, por acaso, este nome, Qassem Suleimani, está na lista de impedimento de entrada no Brasil? O senhor tem conhecimento sobre isso ou não? Essa é a primeira pergunta; Sr. Wilson, o nome Qassem Suleimani é um nome conhecido da Abin, da Agência de Informações aqui do País? Se ele é conhecido, quais são as suas informações, os dados? Quais as informações que o senhor tem sobre Qassem Suleimani, que é considerado o chefe de Esmails Ghaani, que esteve presente no Brasil com a comitiva presidencial iraniana? E, finalmente, se o senhor tem conhecimento dos movimentos do Sr. Esmails Ghaani quando esteve no Brasil? Se ele teve algum tipo de

encontro, se encontrou com empresas, se tem alguma notícia desses movimentos de negociação interna no País?

Era o que eu gostaria de perguntar.

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – Sr. Presidente, o nome anterior condenado pela Argentina no atentado, se for este mesmo, consta. Eu estava na Assembleia da ONU quando da aprovação da inclusão na difusão vermelha da Interpol.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Podia explicar o que é difusão vermelha, Dr. Corrêa?

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – A difusão vermelha é a famosa lista de procurados da Interpol. São pessoas que têm alguma condenação e que são associados ao sistema Interpol e que se socorrem desse instrumento para localizar seus foragidos no exterior. Foi assim, por exemplo, que nós pegamos um condenado do sistema financeiro quando estava em Mônaco. Foi, em função da difusão vermelha, que foi comunicado ao Brasil que foi localizado e preso. Mas aí nós estamos falando no campo penal, uma condenação e um compromisso internacional de captura de foragidos. Nós somos signatários e nos utilizamos disso. Esse cidadão, se chegasse aqui, não teria desembarque ou seria preso, dependendo da situação.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – É o que eu ia perguntar: se esse cidadão, que é o chefe de Esmails Ghaani, se estivesse na comitiva, seria impedido de entrar?

O SR. LUIZ FERNANDO CORRÊA – Lógico que nós dependemos de haver um pedido de extradição. Se há, nós temos que solicitar ao Supremo e o Supremo determina a extradição. Inclusive, tramita no Congresso, até por pedido da Polícia Federal, um projeto de lei em que a difusão vermelha seja um instrumento suficiente para, no mínimo, uma prisão temporária. Isso daria maior agilidade. Hoje, se nós localizamos um procurado da difusão vermelha, somos obrigados a mantê-lo sob vigilância até que o Supremo se manifeste. Isso significa, às vezes, quatro, cinco meses, um ano, de vigilância, aguardando a decisão, para dar efetividade num compromisso internacional.

Mas é a grande diferença no campo policial: consta da lista, é impedido e se adota a medida cabível ao caso, tranquilamente impedido de ingresso.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ok. Obrigado.

O SR. WILSON TREZZA – Bem, a resposta é mais ou menos na mesma linha do que foi dito pelo DPF. Da mesma maneira que o DPF dispõe dessas informações, nós também.

Na área de inteligência, nós lidamos com dados de serviço de inteligência, de fontes humanas, de fontes abertas, todos os dados possíveis. Nós reunimos todas essas informações a respeito de fatos, situações ou de pessoas e formamos um perfil.

Não necessariamente tudo o que se obtém pode ser confirmado, mas temos conhecimento do que se diz. Dependendo da fonte, o enfoque é um; dependendo da fonte, o enfoque é outro. Então, temos conhecimento de dados a

respeito dessa pessoa anteriormente a qualquer fato deste que esteja sendo discutido neste momento.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – E teria sido por essa razão que a inteligência brasileira se preocupou em obter dados antecipados de uma possível presença do Esmails Ghaani na comitiva iraniana?

O SR. WILSON TREZZA – Não. Por uma série de razões. Muitas vezes recebemos de serviços de inteligência com os quais mantemos relações pedidos de informação a respeito de pessoas, não somente em função da viagem. Cuidamos dos assuntos de maneira sistemática. O episódio “visita presidencial iraniana ao Brasil” não é o que determina o trabalho de inteligência em relação a tudo que estamos falando. O trabalho pode ter começado muito tempo antes, em função, inclusive, de solicitação de serviço de inteligência de outros países. O Brasil, por sua vez, faz contato com serviços de inteligência com os quais mantém relações, tem os seus dados disponíveis e tem um perfil a respeito de pessoas, fatos ou situações. Não necessariamente está vinculado à vinda da comitiva iraniana ao País.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Muito bem, apenas para concluir: se houve ou não atenção ao movimento do Sr. Esmails Ghaani aqui no Brasil por parte da Inteligência brasileira.

O SR. WILSON TREZZA – Nós fizemos um acompanhamento do trânsito dessas pessoas, e as informações que nós temos não passam dos dados relativos à agenda oficial.

O SR. VANDERLEI MACRIS (PSDB – SP) – Ok, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo) – Mais algum questionamento?

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Já que, na segunda parte da nossa reunião, por um acerto, vamos deixar os nossos diretores que não estão afetos à segunda parte saírem, gostaria de fazer só uma pergunta à Abin a respeito do acompanhamento. Já que a Receita tem gente no Sisbin (Sistema Brasileiro de Inteligência), se há um acompanhamento relativo à quebra de sigilo bancário de pessoas da República, que é um assunto bastante grave. Sei que não é um assunto referente ao DPF nem à Abin. Mas como na Receita há gente que participa do Sisbin, gostaria de saber do Dr. Wilson Trezza se vocês acompanham isso, se têm informações a respeito disso, por favor.

O SR. WILSON TREZZA – O Ministério da Fazenda participa do Sistema Brasileiro de Inteligência através do Coaf. O Coaf, sim, faz este acompanhamento. A Abin não tem dados relativos a sigilo fiscal de pessoas ou de organizações. Se necessário, nós elaboramos relatório de inteligência a respeito de algum assunto, e esse assunto segue o canal competente. Eventualmente, pode ser tratado pelo Coaf, mas não temos acesso a sigilo fiscal e bancário de pessoas, nem de organizações.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Não me lembro direito das atribuições que vocês... Isso é objeto, inclusive, da nossa análise na segunda parte.

Mas você ter pessoas que não façam simplesmente um delito ou cometam um crime de divulgação de sigilo fiscal de pessoas, mas, no âmbito do Estado, você ter gente que tem poder... Faço então uma pergunta: não deveria a Abin saber o que está acontecendo, como é que funciona? Porque é um poder muito grande que se pode utilizar do aparelho de Estado no Brasil. A Abin não tem interesse em ter informações a respeito disso. Eu sei que é uma coisa difícil. Todo fiscal da Receita Federal tem acesso, tem senhas, etc., etc. Mas o senhor está me dizendo é que vocês não acompanham isso, a não ser atividades da Coaf, movimentações grandes, mas não acompanham essas atividades no âmbito corriqueiro.

Vou fazer a pergunta de outra maneira: os senhores não se interessaram por essa coisa grave que aconteceu, que é o vazamento de informações a respeito de vice-presidente, partido político, etc., candidato a vice-presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Bem, agora, notícias até sobre o Ministro da Fazenda, que teria, realmente, até manipulação em relação a informações do Ministro da Fazenda. Quer dizer, não é só de um vice-presidente de um partido, é também do próprio Ministro da Fazenda. É claro que isso é um boato, no caso do Ministro da Fazenda. No caso do vice-Presidente do PSDB não, é questão comprovada realmente, já que houve esse vazamento mesmo.

O SR. WILSON TREZZA – Deputado, a nossa competência legal, na produção do conhecimento de inteligência, não nos leva a trabalhar em questões que são consideradas infrações legais ou crime. Para isso tem, dentro do Estado brasileiro, a Polícia Federal, tem a participação do próprio Coaf, tem o Ministério da Fazenda para prestar essas informações. Nós não trabalhamos nesse tipo de informação. O problema criminal não é um problema da Abin.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – OK.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Bom, já tendo sido, portanto, feito o esclarecimento, e não havendo mais questionamento, eu indago dos nossos convidados se querem fazer alguma esclarecimento adicional.

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Eu só gostaria de comentar antes que eu...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Eu posso passar para o Item 2 que eu estou dentro do...

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Só fazer um comentário a respeito do requerimento do Deputado Marcelo Itagiba. É que a resposta... Quer dizer, nós que conhecemos de política sabemos disto: responde-se o que se pergunta. Ele perguntou: "Há conhecimento de alguma pessoa com esse nome, não sei o quê, não sei o quê?". Se quisesse ficar no estrito cumprimento do Regimento, era só responder: "Sim, há", à resposta do Ministro da Justiça. Mas eles não responderam isso.

Eu acho que houve uma coisa grave. Eu acho que as explicações do Dr. Luiz, obviamente, eles aqui trazendo uma informação interna, procurando representar o Ministro. Mas eu acho que o Ministro, na sua resposta, cometeu um erro grave. Ele

poderia ter respondido: "Sim, há" ou "Não, não há". E ele disse: "Não, não há, nem com grafias semelhantes". Eu acho... E o Marcelo Itagiba não pôde estar aqui porque ele tinha que fazer uma coisa urgente.

Eu deixo este questionamento para fechar o Item 1, o que nós podemos fazer. Porque a resposta do Ministro não foi uma resposta dita inteligente política. Ele respondeu que não havia e que nem havia pessoas com a mesma grafia ou grafias parecidas. Isso não é verdade. Tanto é que a resposta que nós obtivemos aqui é que não é verdade isso. Ou seja, que, sim, sabia. Na minha opinião tentou se esconder isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Bom, eu quero...
Dr. Trezza.

O SR. WILSON TREZZA – Eu gostaria de me manifestar.

Deputado, em relação à sua consulta anterior, a Comissão de Controle da Atividade de Inteligência tem uma competência legal de... É o controle externo da atividade. Se o Legislativo ou a Comissão entender que a Abin deva ter outros poderes adicionais aos que tem, de competência legal, isso não cabe à Abin definir, mas à Comissão e ao Congresso sim.

O senhor está perguntando se nós gostaríamos de ter possibilidade de acesso...

O SR. EMANUEL FERNANDES (PSDB – SP) – Está me parecendo uma cantada aqui.

O SR. WILSON TREZZA – Não, eu estou lhe respondendo a pergunta. Eu acho que é isso mesmo que nós estamos fazendo. No momento, nós estamos discutindo uma política nacional de inteligência. Fazendo uma análise do sistema. E é essa questão.

Agora, no caso da Abin, Deputado, não há nenhum – não há, não houve e não haverá – interesse em escamotear os dados disponíveis nem faltar com a verdade. Seguindo a sua linha de raciocínio, ao ser indagado pelo Congresso, através do Deputado, nós poderíamos simplesmente ter respondido que compete à Polícia Federal e ao Itamaraty: um fazer o levantamento, o outro conceder o visto. Não é um problema da Agência Brasileira de Inteligência. No entanto, nós não nos limitamos a isso. Nós dissemos que não temos esse dado. Fizemos consultas, contatamos o Serviço de Inteligência, contatamos os órgãos parceiros do sistema.

E eu gostaria de insistir nesse aspecto, porque, naquele momento, não havia por que – como não há nunca por que; o nosso trabalho é bom; a relação dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência é boa – duvidar das informações que recebemos da Polícia Federal e do Itamaraty. Jamais faríamos isto: colocar em dúvida uma resposta oficial de um órgão do Estado brasileiro. Poderíamos ter dito isto novamente: que a competência é da Polícia e do Itamaraty e que não temos nada a ver com isso, mas demos a nossa resposta.

Classificamos como confidencial – reitero esta informação, que é importante –, não porque ela não dizia nada, mas porque dizia respeito ao nome de um integrante de um Estado estrangeiro que integrou uma comitiva presidencial em visita ao Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Deputado Macris, queria que V. Ex^a pudesse aguardar, só para que passemos à parte 2, a que, na verdade, já foi dado vista. Não houve realmente apresentação de nenhuma emenda no período de vista. O Relator sou eu, sobre o Sisbin.

Vou pedir ao Deputado Emanuel que assuma a Presidência, para podermos votar o Item nº 2.

Antes, porém, quero agradecer a presença do Dr. Luiz Fernando, do Embaixador Gradilone e do Dr. Wilson Trezza.

Dr. Wilson, como o assunto é pertinente, se V. Ex^a quiser permanecer, dar-nos-á o prazer.

O SR. WILSON TREZZA – O senhor é quem decide.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Então, fique.

O SR. PRESIDENTE (Emanuel Fernandes. PSDB – SP) – Ok. No Item nº 2 da pauta, estamos analisando o Relatório da última reunião que tivemos. Foi pedido vista, e o relatório já foi lido. Gostaria de saber se há algum questionamento por parte de algum dos Srs. e Sr^{as} Parlamentares. *(Pausa.)*

Em não havendo, passo, então, à discussão da matéria. *(Pausa.)*

Em não havendo quem queira discuti-la, passo, então, à votação da matéria.

As Sr^{as} e os Srs. Parlamentares, por favor, permaneçam sentados. *(Pausa.)*

Aprovado.

Gostaria de agradecer ao Dr. Trezza, que está aqui – e que ficou mais um pouco para que aprovássemos o requerimento. Acho que é importante também para a Abin.

A Presidência encaminhará a matéria à Secretaria-Geral da Mesa do Senado para as providências cabíveis.

Devolvo a Presidência ao Senador Eduardo Azeredo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG.) – Quero apenas agradecer a presença ao Dr. Wilson Trezza, ao Deputado Vanderlei Macris, ao Deputado Emanuel Fernandes. O Senador Alvaro Dias também esteve aqui presente. Quero reiterar que o Senador Renan Calheiros, como Líder da Maioria no Senado, foi convidado e é membro. Também o Líder da Maioria na Câmara, Deputado Luiz Henrique Alves, do Rio Grande do Norte, foi devidamente convidado.

Portanto, Dr. Wilson, a estrutura que está prevista para a Sisbin é exatamente igual à que foi objeto de toda essa análise do relatório que proferi. E, agora, então, vamos dar seguimento final a esse projeto, que dá toda a estrutura do Sistema

Brasileiro de Informações, dentro desta preocupação de que é um assunto importante dentro da democracia plena que o Brasil vive.

Documentos pertinentes à 5ª Reunião de 2010 da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência:

- 1- Lista de Presença (1 folha);
- 2- Lista de Congressistas não membros (1 folha);
- 3- Relatório nº 1, de 2010, da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, sobre a Mensagem-CN nº 198, de 2009; e
- 4- Ofício nº 1755/2010 – DG/DPF, que encaminha documentação esclarecendo as condições em que o membro da delegação iraniana ingressou no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Azeredo. PSDB – MG.) – Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 16 horas e 06 minutos.)

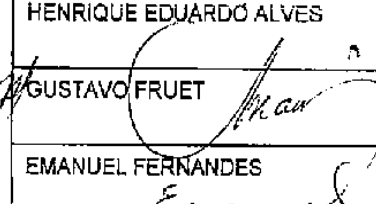
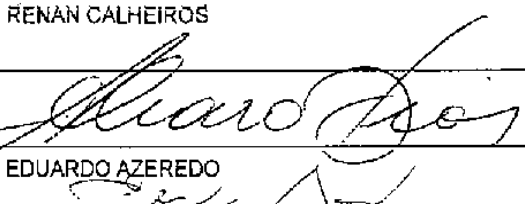
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA – (CCAI)**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

5ª REUNIÃO DE 2010

**EM 03 DE AGOSTO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO N° 07
DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
ANEXO II DO SENADO FEDERAL**

LISTA DE PRESENÇA**Presidente: Senador Eduardo Azeredo**

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
HENRIQUE EDUARDO ALVES	RENAN CALHEIROS
 GUSTAVO FRUET	
EMANUEL FERNANDES	EDUARDO AZEREDO

Visto: 

Brasília, 03 de agosto de 2010

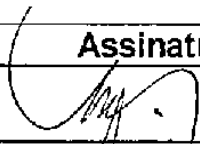
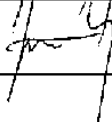
**COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA – (CCAI)**

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

5ª REUNIÃO DE 2010

**EM 03 DE AGOSTO DE 2010, TERÇA-FEIRA, ÀS 14 HORAS, NO PLENÁRIO N° 07
DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA,
ANEXO II DO SENADO FEDERAL**

LISTA DE CONGRESSISTAS NÃO MEMBROS DA COMISSÃO**Presidente: Senador Eduardo Azeredo**

CONGRESSISTA	Assinatura
<i>Eduardo Azeredo *</i>	
<i>Luiz Roberto Figueiredo</i>	

Visto: 

Brasília, 03 de agosto de 2010

* Atuou como membro, substituído
do Dep. Furt.

RELATÓRIO Nº 1 , DE 2010

Da COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL, sobre a Mensagem (CN) nº 198, de 2009 (Mensagem nº 997, de 09/12/2009, na origem), que *encaminha, nos termos do parágrafo único do art. 5º, e do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência.*

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Nos termos do parágrafo único do art. 5º e do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que *institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá*

outras providências, o Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional, por meio da Mensagem nº 997, de 9 de dezembro de 2009, autuada como Mensagem (CN) nº 198, de 2009, o texto da proposta da Política Nacional de Inteligência, para *exame e sugestões do competente órgão* de controle externo da atividade de inteligência.

A iniciativa atende ao disposto na Lei nº 9.883, de 1999, que prevê que o Congresso Nacional deva participar, por meio do órgão de controle externo da atividade de inteligência, a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI) da elaboração da Política Nacional de Inteligência (PNI). Lida no Plenário do Congresso Nacional em 14 de dezembro de 2009, a Mensagem foi distribuída à CCAI naquela data e, no dia 23 de dezembro, designado ao Senador Renan Calheiros para relatá-la. Uma vez que o ilustre Senador abriu mão da relatoria (Ofício GLPMDB Nº 043/10, de 6 de abril de 2010, encaminhado a esta Presidência), resolvemos avocá-la, na forma do art. 129 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Acompanha a Mensagem a Exposição de Motivos (EM) nº 152-GSI, de 4 de novembro de 2009, do Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Interino, João Roberto de Oliveira. Da referida exposição de motivos, convém destacar que a PNI resulta da instituição, por Decreto de 18/2/2009, do Comitê Ministerial para Elaboração da PNI e Reavaliação do Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin). Assinala ainda a exposição de motivos que:

(...) O levantamento de situações potencialmente prejudiciais à sociedade e aos interesses estratégicos nacionais, mesmo não necessariamente relacionadas com a atividade de inteligência, foi realizado com base principalmente nos documentos das áreas de defesa nacional e política externa. Tais documentos foram utilizados como referenciais para construção do rol de ameaças em função do seu caráter normativo referendado pelas mais elevadas instâncias governamentais do País. Nessa linha de entendimento, procurou-se elaborar a PNI de modo a conformar-se com as demais políticas de Estado. (...) A temática foi tratada sem preconceitos ou ressentimentos, e reforça a noção de que a atividade de inteligência é matéria de interesse geral, que deve envolver toda a sociedade.

Nesse sentido, foram relacionadas onze ameaças: (i) espionagem; (ii) sabotagem; (iii) interferência externa; (iv) ações contrárias à soberania nacional; (v) ataques cibernéticos; (vi) terrorismo e seu financiamento; (vii) atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e

tecnologias sensíveis; (viii) armas de destruição em massa; (ix) criminalidade organizada; (x) corrupção; e (xi) ações contrárias ao Estado Democrático de Direito.

A síntese dessas ameaças, acrescenta a EM, “foi acompanhada de breve descrição e indicação do papel da inteligência na prevenção ou mitigação de seus efeitos”. E completa destacando que “a PNI foi concebida de modo a viabilizar a definição de objetivos e diretrizes para a atividade de inteligência”. Ressalta, ainda que, “desde o primeiro momento houve consenso para produzir um texto de fácil entendimento, que servisse para dar ciência à sociedade sobre a atuação da inteligência, considerando ser função da atividade de inteligência fortalecer o Estado Democrático de Direito, em absoluta sintonia com os preceitos constitucionais”. Argumenta que “o didatismo também foi preocupação evidenciada na definição dos instrumentos da PNI, para esclarecer à sociedade quanto às ferramentas para a implementação da Política. A busca de uma redação que ~~primasse~~ pela transparência consistiu desafio permanente para o GT, de forma a eliminar possíveis dúvidas quanto aos propósitos e limites da atividade de inteligência”.

Outro aspecto assinalado na EM é o reconhecimento, pelo Grupo de Trabalho que elaborou a PNI, da função preventiva como característica primordial da atividade de Inteligência:

Esse caráter foi enfatizado por meio de verbos como cooperar, colaborar, apoiar e contribuir. Termos que denotassem reações foram admitidos apenas para descrever a contraposição da Inteligência à atuação de atores diversos em atividades contrárias aos interesses nacionais (contrainteligência).

Entendeu-se, ainda, que o texto da PNI deveria conter “elementos que apontassem para a formulação de uma diretriz final, cujo conteúdo enfatizou a necessidade de cooperação e integração efetiva no âmbito do Sisbin. Para tanto, definiu-se que o intercâmbio de dados e conhecimentos no âmbito do Sisbin, nos termos da legislação, consistiria instrumento essencial da Política”. Ademais, a EM assevera que “foi ressaltada a necessidade do estabelecimento de pressupostos para a atividade de inteligência, entre os quais se buscou enfatizar que a inteligência atua sob estrita obediência à Constituição e ao ordenamento jurídico pátrio”. E considera que “outro pressuposto importante diz respeito à definição de inteligência como atividade exclusiva de Estado”.

Ainda segundo, a EM, por ocasião da elaboração da PNI “foi ressaltada a relevância de um controle externo efetivo e atuante para a atividade de inteligência, como forma de legitimar e favorecer a atuação dos órgãos de inteligência”. Esse controle, naturalmente, é de competência do Congresso Nacional.

Por último, a EM ressalta que “os pleitos por mandatos específicos para a área de inteligência foram incluídos no rol dos parâmetros gerais para avaliação do Sisbin”, destacando entre esses pleitos:

a) o fato de que o sistema deva ser constituído em quatro subsistemas, a saber: inteligência de Estado, de defesa, de segurança pública e econômico-financeira;

b) a necessidade de criação de um colegiado de mais alto nível, a fim de deliberar sobre a implementação da política e das diretrizes do setor;

c) a percepção de que a execução da PNI deverá ser levada a efeito pelos órgãos do Sisbin, sob coordenação do GSI e supervisão de Câmara apropriada, atualmente a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden), do Conselho de Governo; e

d) que o controle externo continuaria a cargo do Congresso Nacional.

Conclui-se a Exposição de Motivos assinalando que a essência da PNI consistiria, fundamentalmente, em “oferecer aos órgãos do Sisbin as condições indispensáveis para produzir conhecimentos visando ao aprimoramento, no plano estratégico, do processo decisório e da ação governamental, à prevenção de eventuais ameaças e ao aproveitamento das oportunidades oferecidas ao País”. E completa:

Ademais, espera-se que a PNI seja um instrumento capaz de influenciar, de forma decisiva, na retomada da confiança na atividade e nos órgãos de inteligência, aproveitando-se da oportunidade única que se apresentou nos últimos anos de se construir uma inteligência de mais alto nível, preventiva e em condições de atender aos anseios da sociedade brasileira.

Note-se que trabalho foi inicialmente apreciado pelo Comitê Ministerial, em 2 de setembro de 2009, e posteriormente reavaliado no âmbito do plenário do Conselho de Defesa Nacional (CDN), em 20 de

outubro de 2009, com a presença dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, culminando na proposta de PNI agora consolidada.

Feitas essas observações gerais sobre a Mensagem e seu objeto, passamos à análise da proposta.

II – ANÁLISE

A PNI deve ser o instrumento máximo para nortear a atividade de inteligência conduzida por todos os órgãos do Sisbin. Nesse sentido, foi formulada por um grupo de trabalho composto por representantes do Poder Executivo vinculados aos vários órgãos da comunidade de inteligência. Note-se que os Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal foram convidados a se pronunciar sobre a PNI na condição de membros natos do Conselho de Defesa Nacional (CDN).

A PNI conta com a seguinte estrutura:

1. Introdução
2. Pressupostos da Atividade de Inteligência
3. O Estado, a Sociedade e a Inteligência
4. Os Ambientes Internacional e Nacional
5. Instrumentos
6. Principais Ameaças
7. Objetivos da Inteligência Nacional
8. Diretrizes para a Atividade de Inteligência

Na Introdução, além do destaque aos valores sob os quais foi concebida a PNI, são apresentados os conceitos de “Atividade de Inteligência”, “Inteligência” e “Contrainteligência”. Esses conceitos são mais amplos do que aqueles constantes na legislação em vigor, e vêm definidos de forma mais clara e precisa. São eles:

Atividade de Inteligência: exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento das autoridades governamentais nos respectivos níveis e áreas de atribuição, para o planejamento, a execução, o acompanhamento e a avaliação das políticas de Estado. A atividade de Inteligência divide-se, fundamentalmente, em dois grandes ramos:

I - Inteligência: atividade que objetiva produzir e difundir conhecimentos às autoridades competentes, relativos a fatos e situações que ocorram dentro e fora do território nacional, de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório, a ação governamental e a salvaguarda da sociedade e do Estado;

II - Contrainteligência: atividade que objetiva prevenir, detectar, obstruir e neutralizar a Inteligência adversa e as ações que constituam ameaça à salvaguarda de dados, conhecimentos, pessoas, áreas e instalações de interesse da sociedade e do Estado.

Interessante observar que aqui se deixou evidenciado que a contrainteligência é um ramo da Atividade de Inteligência, não podendo dela estar dissociada. Esse é um aspecto que merece destaque no texto.

Ainda no que concerne a aspectos conceituais constantes na proposta, para fins de aperfeiçoamento doutrinário, sugerimos que se busque complementar a definição apresentada com os aspectos tradicionais do conceito de inteligência adotados entre as democracias ocidentais: a idéia de inteligência como organização e como produto. Note-se que a PNI só enfatiza a inteligência como processo. Entendemos que deveria ser complementado o conceito.

No que concerne aos pressupostos da Atividade de Inteligência, a PNI enumera os seguintes:

1. Obediência à Constituição Federal e às Leis
2. Atividade de Estado
3. Atividade de assessoramento oportuno
4. Atividade especializada
5. Conduta ética
6. Abrangência
7. Caráter permanente

Parece que os elaboradores da PNI se confundiram ao discorrer sobre alguns pressupostos. Por exemplo, no pressuposto 2.2. (*Atividade de Estado*), diz-se que a inteligência é atividade “exclusiva de Estado”. Com isso, a PNI desconsiderou todas e quaisquer ações de inteligência realizadas no setor privado e, ainda, aquelas que têm por fim o assessoramento mais operacional de órgãos públicos, como o levantamento de informações sobre questões quotidianas e internas das Forças Armadas

(feito pelos serviços secretos militares) e o uso da inteligência em investigações criminais.

É certo que o que os elaboradores da PNI queriam fazer era diferenciar inteligência como instrumento de assessoramento do processo decisório sob uma perspectiva de Estado, em oposição à atividade típica de governo. O item, entretanto, não está muito claro. Nossa sugestão é que o termo “exclusiva” seja substituído por “predominante” ou “eminentemente”.

Confusão também ocorre no item 2.4 (*Atividade especializada*), quando se diz que inteligência “exige o emprego de sigilo”. Salvo melhor juízo, não se “emprega sigilo”, mas sim meios sigilosos. Sugere-se melhoria na redação do texto.

Após traçar os pressupostos da Atividade de Inteligência, a PNI, no item 3, intitulado *O Estado, a Sociedade e a Inteligência*, comenta a importância da inteligência no mundo contemporâneo. Dois aspectos que merecem destaque neste item são (1) o fato de a atividade ter que estar atualizada conforme o desenvolvimento de novas tecnologias; e (2) o fato de que alguns fenômenos, como a violência, a criminalidade organizada e o terrorismo, potencializam o que a PNI chama de “interesse da atividade de inteligência”.

É meritória a observação na PNI sobre a importância do compartilhamento de informações e do trabalho coordenado e integrado da comunidade de inteligência para fazer frente às ameaças e executar de forma eficiente e eficaz sua missão. Entendemos que sem esses aspectos é muito difícil se produzir conhecimento de inteligência de maneira efetiva. E vislumbramos a necessidade de um arcabouço legislativo que dê respaldo a essas ações coordenadas e integradas e ao compartilhamento de informações.

O item seguinte da PNI, de número 4, apresenta os cenários nacional e internacional em que a inteligência deve atuar. A apresentação pareceu-nos demasiado simplista, sobretudo se comparada com o texto da Política Nacional de Defesa. Cremos que poderia haver maior atenção a esse aspecto do texto.

No item 5, a PNI apresenta os chamados “instrumentos” da inteligência, assim considerados “os atos normativos, instituições, métodos,

processos, ações e recursos necessários à implementação dos seus objetivos". São doze:

- I - Plano Nacional de Inteligência;
- II - Doutrina Nacional de Inteligência;
- III - diretivas e prioridades estabelecidas pelas autoridades competentes;
- IV - Sisbin e órgãos de Inteligência que o integram;
- V - intercâmbio de dados e conhecimentos no âmbito do Sisbin, nos termos da legislação em vigor;
- VI - planejamento integrado do regime de cooperação entre órgãos integrantes do Sisbin;
- VII - capacitação, formação e desenvolvimento de pessoas para a atividade de Inteligência;
- VIII - pesquisa e desenvolvimento tecnológico para as áreas de Inteligência e Contrainteligência;
- IX - ajustes de cooperação mediante instrumentos específicos entre órgãos ou entidades integrantes da Administração Pública Federal (APF), das Unidades da Federação ou da iniciativa privada;
- X - recursos financeiros necessários à consecução das atividades de Inteligência;
- XI - controle interno e externo da atividade de Inteligência; e
- XII - intercâmbio de Inteligência e cooperação técnica internacionais.

Identificamos nesses "instrumentos" outra apresentação confusa, pois coloca em uma mesma categoria mecanismos normativos, planejamento estratégico, capacitação de pessoal, Plano e Doutrina de inteligência e controle externo, entre outros. Melhor que "instrumentos" seria identificar o item como "arcabouço normativo-doutrinário" e "meios e métodos para o desenvolvimento da atividade de inteligência".

Ainda tratando desse item, os elaboradores da PNI parecem ter esquecido de dois tipos importantes "instrumentos": uma Estratégia Nacional de Inteligência e Planos Setoriais de Inteligência. Afinal, a partir de uma Política, deve-se produzir uma Estratégia e, com base nessas, um Plano e planos setoriais. Isso permite, inclusive, maior clareza na execução da atividade e contribuiu para o controle.

O item 6 da PNI enumera as "principais ameaças". Acreditamos que se tratam das principais ameaças à integridade da sociedade e do Estado e à segurança nacional do Brasil, pois a PNI não

comenta o que se entende por ameaças e contra quem ou o quê. Seria interessante, portanto, a definição de “ameaças” e comentários sobre quem ou o quê está ameaçado.

De toda maneira, são listadas 11 ameaças:

1. Espionagem
2. Sabotagem
3. Interferência Externa
4. Ações contrárias à Soberania Nacional
5. Ataques Cibernéticos
6. Terrorismo Internacional
7. Atividades ilegais envolvendo bens de uso dual e tecnologias sensíveis
8. Armas de destruição em massa
9. Criminalidade organizada
10. Corrupção
11. Ações contrárias ao Estado Democrático de Direito

Não foi possível identificar os critérios para se chegar a esse rol de ameaças nem a sua ordem no texto. A PNI não faz menção a qualquer hierarquia entre elas. Entretanto, concordamos com os elaboradores da Política que todas as onze constituem ameaças ao Estado, à sociedade e/ou às instituições democráticas.

Outra confusão terminológica parece haver no item 7 da PNI, quando são assinalados os “objetivos” da inteligência nacional, *in verbis*:

Contribuir para a promoção da segurança e dos interesses do Estado e da sociedade brasileira, por meio de atividades e da produção de conhecimentos de Inteligência que possibilitem:

I - acompanhar e avaliar as conjunturas interna e externa, assessorando o processo decisório nacional e a ação governamental;

II - identificar fatos ou situações que possam resultar em ameaças, riscos ou oportunidades;

III - neutralizar ações da Inteligência adversa;

IV - proteger áreas e instalações, sistemas, tecnologias e conhecimentos sensíveis, bem como os detentores desses conhecimentos; e

V - conscientizar a sociedade para o permanente aprimoramento da atividade de Inteligência.

De fato, o que consta no texto são as missões da comunidade de inteligência, não seu objetivo, qual seja, o de assessorar o processo decisório com conhecimento de inteligência (atividade de inteligência) e de proteger o Estado e a sociedade, bem como o conhecimento produzido, contra ameaças reais ou potenciais (contrainteligência). Sugerimos a revisão desse item.

Finalmente, no item 8, são apresentadas as dez diretrizes da inteligência:

1. Prevenir ações de espionagem no País.
2. Ampliar a capacidade de detectar, acompanhar e informar sobre ações adversas aos interesses do Estado brasileiro no exterior.
3. Prevenir ações de sabotagem.
4. Expandir a capacidade operacional da Inteligência no espaço cibernético.
5. Compartilhar dados e conhecimentos.
6. Ampliar a confiabilidade do Sisbin.
7. Expandir a capacidade operacional da Inteligência.
8. Fortalecer a cultura de proteção de conhecimentos.
9. Cooperar na proteção das infraestruturas críticas nacionais.
10. Cooperar na identificação de oportunidades ou áreas de interesse para o Estado brasileiro.

Não temos maiores considerações acerca das diretrizes listadas. Entretanto, chamamos a atenção para a urgência na produção de mecanismos que permitam o cumprimento dessas diretrizes. Esses mecanismos vão de um arcabouço legislativo adequado à elaboração de uma Estratégia Nacional de Inteligência e de planos nacional e setoriais.

Aspecto que nos preocupou ao analisarmos a PNI em seu conjunto diz respeito a certas mudanças estruturais como a criação dos subsistemas de inteligência de Estado, de defesa, de segurança pública e


econômico-financeira. Entendemos que esse assunto deve ser mais bem discutido, inclusive no âmbito do Poder Legislativo, pois está diretamente relacionado ao estabelecimento de um mandato claro para cada membro da comunidade de inteligência e à maneira como esses órgãos vão se relacionar e trocar informações. Deve-se ter claro que quem estará como órgão central do Sisbin será uma agência central de inteligência, mas cujas atribuições não entrem na esfera de competência dos outros serviços.


Dez anos depois de instituído o Sisbin, finalmente se propõe uma PNI para orientar as ações da comunidade de inteligência brasileira. Apesar de suas deficiências, a PNI é iniciativa meritória.

III – CONCLUSÃO

Diante do exposto, e uma vez que não cabe ao Congresso Nacional aprovar a PNI, mas sim examiná-la e apresentar-lhe sugestões, propomos que o presente Relatório seja aprovado pela CCAI e encaminhado ao Senhor Presidente da República para os fins do parágrafo único do art. 5º da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999.

Sala da Comissão, 09/06/2010.

 , Presidente em ex

 , Relator

Encaminho-se cópia ao:
Dep. Marcelo Stabile.
Frente-se à documentação
quanto pertencente à
5ª Reunião de 2010.
Em 03/08/2010

OFÍCIO Nº 1755/2010-DG/DPF

Brasília/DF, 3 de agosto de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador EDUARDO AZEREDO
Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência
Senado Federal
Brasília/DF

Senhor Deputado,

Em atenção à pauta da 5ª Reunião de 2010 da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, encaminho a Vossa Excelência o expediente anexo, esclarecendo as condições em que o membro da delegação iraniana ESMAIL GHAANI AKBARNEJAD ingressou no Brasil na data de 23 de novembro de 2009.

Respeitosamente,


LUIZ FERNANDO CORRÊA
Diretor-Geral

Recebido durante a
5ª Reunião de 2010
do CCAI
Em 03/08/2010
Luiz Corrêa

**MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIREX/COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO
DIVISÃO DE CONTROLE DE IMIGRAÇÃO**

MEMORANDO Nº. 0027/2010 – DCIM/CGPI/DIREX

Brasília, 30 de julho de 2010.

Ao Senhor Diretor Executivo, em exercício

Assunto: Encaminha resposta de consulta.

Senhor Diretor,

Em atenção à consulta solicitada nesta data, a fim de fornecer informações ao Exmo. Sr. Ministro da Justiça Luiz Paulo Telles Ferreira Barreto, presto os seguintes esclarecimentos:

No dia 23 de novembro de 2009, o chefe da Divisão de Imigração do Ministério das Relações Exteriores enviou fax à Coordenação-Geral de Polícia de Imigração solicitando a concessão de desembarque condicional ao Presidente da República do Irã, e delegação, que então haviam chegado na Base Aérea de Brasília (documento anexo).

Após exame do pedido, a Coordenadora-Geral de Polícia de Imigração deferiu-o, autorizando o desembarque condicional, pelo prazo de oito dias, das pessoas então citadas no documento, quais sejam: Mahmoud Ahmadinejad, Esmails Ghaani Akbarnejad, Ali Reza Salari, Bakman Taherian e Kourosh Parvizian.

Assim, Esmails Ghaani Akbarnejad (ou Esmaeil Ghaani Akbarnejad) ingressou em território nacional, como, aliás, demonstra o extrato de pesquisa realizada no Sistema de Tráfego Internacional – STI (documentos anexos).

Quanto à suposta existência de restrição da entrada de tal estrangeiro no país, foram realizadas pesquisas nos bancos de dados do Sistema Nacional de Procurados e Impedidos (SINPI), nada tendo sido encontrado (documento anexo).

Solicitei, ademais, a realização de pesquisas nos bancos de dados da INTERPOL, nada tendo sido encontrado em desfavor do estrangeiro em tela (documentos anexos).

Levantamentos de informações referentes ao iraniano também foram solicitados à Diretoria de Inteligência Policial, tendo este signatário sido comunicado que eventuais informações lá existentes seriam transmitidas diretamente à Vossa Senhoria.

No tocante à divergência de informações acerca do ingresso do estrangeiro no Brasil, esclareço o seguinte:

Quando da resposta à primeira consulta feita à Polícia Federal por meio do memorando nº 558/2010-ASPAR/GM (registrado no SIAPRO nº 08001.003838/2010-37), foi transmitido o resultado de pesquisa feita, no STI, em nome de "Esmail Ghaani" (documentos anexos).

Ocorre que a funcionalidade de pesquisa do Sistema de Tráfego Internacional, por ora, não realiza busca fonética, ou seja, não traz, no resultado, nomes semelhantes ao fornecido na consulta. O STI consulta informações de um determinado nome, procurando, em seu banco, dados referentes àquele exato nome, consoante foi digitado na pesquisa.

E, no vertente caso, o nome então fornecido para a realização da consulta (Esmail Ghaani) diverge, na grafia, daquele nome então constante no banco de dados do STI (Esmaeil Ghaani Akbarnejad). Daí a razão pela qual, o STI não apontou qualquer registro de movimento migratório.

Já na segunda oportunidade em que se realizou a pesquisa no STI, havia a informação de que o mencionado iraniano integrava a delegação do Presidente da República Islâmica do Irã na visita oficial realizada ao Brasil. Dessa maneira, utilizando-se de outros "filtros" de pesquisa (data do suposto movimento, local e nacionalidade), foi possível localizar os registros de ingresso da delegação iraniana, constatando-se a entrada de Esmaeil Ghaani Akbarnejad.

No que tange ao procedimento de desembarque condicional, informo que se trata de procedimento previsto na Instrução de Serviço nº 03/97 – DPMAF

(atual CGPI), com fundamento no Decreto nº 86.715/81 que regulamentou o Estatuto do Estrangeiro.

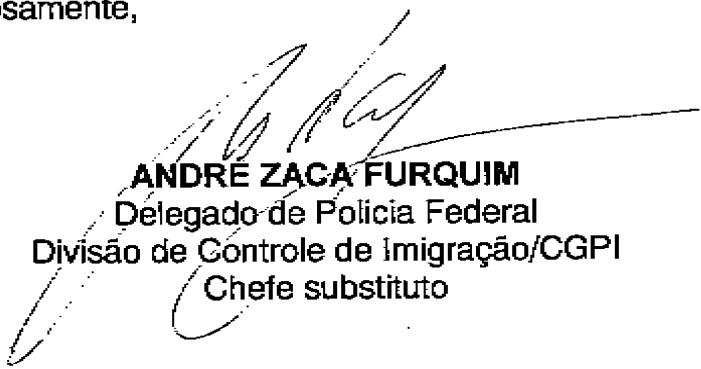
Visando atender a casos de emergência, corrigir algum engano ou omissão de Autoridade Consular, atender a uma situação conjuntural (interesse do governo brasileiro), ou solicitações da Divisão de Imigração do MRE, o Coordenador-Geral de Polícia de Imigração poderá conceder o desembarque condicional, por prazo não superior a oito dias, prazo este que poderá ser utilizado pelo estrangeiro para sanar a pendência então existente.

Os pedidos de desembarque condicional são apreciados desde que procedentes de autoridades brasileiras. Chegam, geralmente, via fax, são apreciados e decididos pelo Coordenador-Geral de Polícia de Imigração, sendo a decisão enviada prontamente à unidade da Polícia Federal responsável pelo ponto de controle migratório onde o estrangeiro então se encontra retido.

Nos casos de deferimento, a autoridade migratória local realiza o registro de entrada do estrangeiro, anotando o prazo (de até 8 dias) então mencionado na decisão.

Consultando relatórios estatísticos arquivados na Coordenação-Geral de Polícia de Imigração, verifica-se que, em 2008, foram deferidos 135 pedidos de desembarque condicional e, em 2009, foram concedidos 185 desembarques condicionais (documentos anexos).

Respeitosamente,



ANDRÉ ZACA FURQUIM
Delegado de Polícia Federal
Divisão de Controle de Imigração/CGPI
Chefe substituto

Ministério das Relações Exteriores Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos Divisão de Imigração – DIM		
Mensagem Fax Telefone: 0...(61)3411-8832 Fax: 0...(61)3411-8830		
Para: Ilm ^{ra} Senhora Gilse Aparecida Landgraf Coordenadora-Geral de Polícia de Imigração – CGPI/DPF		
FAX: (61) 2024-8374		
Data: 23/11/09	Fax n.º 75	Nº de páginas: 2

Senhora Coordenadora-Geral,

A pedido da Embaixada da República Islâmica do Irã, muito agradeceria Vossa Excelência verificar a possibilidade de conceder desembarque condicional ao Presidente da República Islâmica do Irã, Sr. Mahmoud Ahmadinejad, e delegação, que chegaram na Base Aérea de Brasília na manhã do dia 23 de novembro do corrente.

- Sr. Mahmoud Ahmadinejad – D9000501
- Sr. Esmails Ghaani Akbarnejad – D9003033
- Sr. Ali Reza Salari – D9005098
- Sr. Bakman Taherian – D9003630
- Sr. Kourosh Parvizian – G9312574

Compacho com

*Defiro o desembarque
condicional por sete
dias aos estrangeiros.*

Respeitosamente,

Ralph Peter Henderson
 Ralph Peter Henderson
 Chefe da DIM

Camague - x a
DMF/AIN/BSB

BSB, 23/11/09.

Gilse Aparecida Landgraf
 Delegada da Polícia Federal
 Coordenadora-Geral de Polícia de Imigração

Minuta em:	Autorizo:	Nome do arquivo:
	<i>[assinatura]</i>	
Expedido em às via por		

A Embaixada da República Islâmica do Irã cumprimenta o Ministério das Relações Exteriores, e gostaria de solicitar a autorização para o desembarque condicional dos seguintes componentes da delegação oficial do Excmo Sr. MAHMOUD AHMADINEJAD que teve sua chegada na Base Aérea de Brasília na manhã do dia 23 de novembro de 2009.

- SR. MAHMOUD AHMADINEJAD – D9000501

- ESMAIL GHIAANI AKBARNEJAD – D9003033

- ALI REZA SALARI – D9005098

- BAKMAN TAHERIAN – D9003630

- KOURSHI PARVIZIAN – G9312574

*A DIM,
com nota
de
M. S. A.*

A Embaixada da República Islâmica do Irã aproveita a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Brasília, 23 de novembro de 2009.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA ISLÂMICA
DO IRÃ

Ministério das Relações Exteriores
Divisão de Imigração – DIM
Brasília – DF



23/11/2009

MULLEN DE POLICIA AEROPORTUARIA - MURAE

Serviço de 23/11 para 24/11/2009

Grupo APT - LOPES, MARCIA, WANDLEY e Tereza
(Prenúncio)

I. As 09:00 hrs. iniciou-se o voo do 511, saindo de
procedente das estradas vindas com os tripulantes estrangeiros.

II. As 09:30 hrs. iniciou-se o voo do 512, saindo de
de 511, com os tripulantes estrangeiros.

III. Durante o voo do 512, constatou-se que
os passageiros: AMAR, ALFRED MACHADO, passaporte ME D 900
0501, ALIREZA SALARI SHA PI FABADI, passaporte D 900 0908,
KORRAN BERVIAN, passaporte E 9312574, ESMERIL GIRA M,
AK BERNESAD, passaporte D 900 3043 e BABOAN THERION, pass-
aporte ME D 900 3630, com passagens para outros voos, sem
passaporte para entrada no território nacional. Foi relatado
tudo a subseção de 512, que foi feita a seguinte lista:
I. passageiros, submetidos ao 512 a seguinte lista de documentos
que foram dados: As 11:30 hrs. recebeu a seguinte lista de documentos
dos passageiros, definidos pela Delegacia 51-
e 512, com 512 - Condições gerais de 512 de 512, com 512
pela seção de 512.

IV. As 10:30 hrs. iniciou-se o voo do 513, com destino
para 512 tripulantes estrangeiros.

V. As 12:30 hrs. iniciou-se o voo do 514, saindo de
das estradas vindas com os tripulantes estrangeiros.

VI. Aproximadamente às 15 horas, recebeu telefonemas de
APT, MACHADO da Seção de 512, da 512, da 512, da 512, da 512,
de que, havia, recebido uma informação anterior, por
telefone, de que no voo 180 da 512, estava embarcando
um casal de passageiros de nome 512 512 e 512 512,
512 que possivelmente estavam transportando subversivos.

entrepasse no bagagem de mão ou no porão. Inicialmente me dirigi a empresa TAP para verificar se havia alguma das passagens acima citadas; houve resposta no Voz TP-170 com destino a Portugal, o que foi confirmado junto a empresa.

No momento em que passamos pelo Colégio de Engenharia, os passageiros foram identificados e enviados a sala

da Polícia Federal no aeroporto, onde estavam realizando buscas nas bagagens de mão e pessoal, uma mala foi encontrada. As bagagens de mão foram submetidas ao raio X da Infraero e não foram detectadas produtos orgânicos no seu interior. Cabe salientar que antes da abordagem dos referidos passageiros, comparei com a este núcleo jurídico do PCO da Polícia Civil, buscando informações sobre os passageiros Sora e Laura, por também me terem denunciado anteriormente com o mesmo nome.

VII - Às 18:50 hr. informamos ao Voz TP-170 com destino a Portugal com 137 Pax.

VIII - Às 08:30 hr. informamos ao Voz 05:000 com destino ao Brasil com 27 Pax estrangeiros.

IX - Às 07:30 hr. informamos o Voz TP-173, procedente de Portugal com 211 Pax.

X - Durante o atendimento do Voz TP-173 recebemos o Brasileiro Paulo Antonio da Costa Perceira nº 529394, por quem todo o seu embarque ocorreu em território Português.

Às 08:00 hr. passamos o serviço para a equipe Subsequente.

Boa 29 de Novembro de 2009

Delegado de Polícia Federal
Delegado de Polícia Federal
Delegado de Polícia Federal

(Assinatura)

Supra. Membro da Polícia Aparentemente
Membro de Polícia do dia 24.11.2009.

Equipe de Suporte Anterior, Equipe Rápida, Custódia e Recuperação.

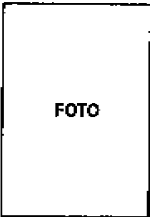
Procurador.

Às 20:20 hr. última chamada ao grupo para

acompanhar os ônibus - viagens - da quinta 06 de maio
diplomacia internacional
A R-13, a facção nacionalizada e controlada por
dele do Chile com as pessoas
A Força recalcada 16 parte de umar com o
um a equipe de segurança do Presidente do
do As maiores são entomólogos são

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
M.J. - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍCIA DE IMIGRAÇÃO
SISTEMA DE TRÁFEGO INTERNACIONAL

HISTÓRICO VIAJANTE



NOME: ESMAIL GHAANI AKBARNEJAD
DATA DE NASCIMENTO: 08/08/1957 SEXO: MASCULINO
PRAZO DISPONÍVEL:

Seq	Data Hora Movimento	Tipo Movimento	Situação Movimento	ID Transição	Edo Doc	Nº Doc	Classificação	Procedimento	Prazo Protegido	Nome do Serviço	Matrícula do Serviço	Prazo de validade/Ausência	
1	23/11/2009 11:00:00	ENTRADA	MOVIMENTO NORMAL	DF0001		D9009033	IRAN	13 - DIPLOMATA (1)		AEROPORTO INTERNACIONAL PRESIDENTE KUSCELINO KUBITSCHKE - SR/DPF/DF	MARCIA AYAN FERREIRA	3351	8 dia(s)

ESMAILS GHAANI AKBARNEJAD

30/07/2010 11:39:05 SISTEMA NACIONAL DE PROCURADOS E IMPEDIDOS SPITL33 SPINW101

CONSULTA

NR. DOSSIE..:

NOME.: ESMAIL GHAANI AKBARNEJAD

OPÇÃO.. (DIGITE 'C' PARA NOME COMPLETO OU 'F' E/ FRAGMENTADA - SEM FONÉTICA)

FAL... (PRIMEIRA LETRA)

SINIC : NAO CONSTA NO BANCO DO SINIC
 NAO CONSTA NO BANCO DO SINPI
 TECLA ENTER PARA CONTINUAR (MES/ANO) OU ANO DE NASCIMENTO. (ANO)

NACIONALIDADE.: (AJUDA)

NR. DOCUMENTO.: _____

PREENCHA OS CAMPOS QUE JULGAR NECESSARIO

F3 - RETORNA MENU F4 - ENCERRA

30/07/2010 11:39:13 SISTEMA NACIONAL DE PROCURADOS E IMPEDIDOS SPITL33 SPINW101

CONSULTA

NR. DOSSIE..:

NOME.: ESMAIL GHAANI AKBARNEJAD

OPÇÃO.. (DIGITE 'C' PARA NOME COMPLETO OU 'F' E/ FRAGMENTADA - SEM FONÉTICA)

FAL... (PRIMEIRA LETRA)

SINIC : NAO CONSTA NO BANCO DO SINIC
 NAO CONSTA NO BANCO DO SINPI
 TECLA ENTER PARA CONTINUAR (MES/ANO) OU ANO DE NASCIMENTO. (ANO)

NACIONALIDADE.: (AJUDA)

NR. DOCUMENTO.: _____

PREENCHA OS CAMPOS QUE JULGAR NECESSARIO

F3 - RETORNA MENU F4 - ENCERRA

Ofício nº. 0221/2010 – DCIM/CGPI

Brasília, 07 de junho de 2010.

A Sua Senhoria a Senhora
IVANE S. FURTADO
Chefe da Assessoria Parlamentar, Substituta
ASPAR/GM
Ministério da Justiça
Brasília – DF


Assunto: Informações sobre ESMail GHAANI.

Senhora Chefe,

Em resposta ao Memorando nº 558/2010 – ASPAR/GM, encaminho, em anexo, a Informação nº 45/2010 – DCIM/CGPI.

Informo que vosso requerimento será encaminhado à Diretoria de Inteligência Policial para eventuais esclarecimentos complementares.

Atenciosamente,


SILVANE MENDES GOUVEA
Delegada de Polícia Federal
Chefe da Divisão de Controle de Imigração

Informação nº. 45/2010 – DCIM / CGPI

Brasília, 07 de junho de 2010.

A DPF **SILVANE MENDES GOUVEA**

Chefe da DCIM/CGPI

Assunto: Informações sobre ESMail GHAANI.

Referência: Protocolo nº 08001.003838/2010-37

Senhora Chefe,

Informo que, consultados os sistemas SINTI – Sistema Nacional do Tráfego Internacional e STI – PROMASP, não foram encontradas informações sobre o supracitado cidadão.

Considerando que o STI encontra-se em fase de implementação em território nacional, os bancos de dados da Polícia Federal sobre fiscalização migratória podem apresentar algumas inconsistências, sendo possível que o referido cidadão tenha realizado viagens internacionais, as quais não se encontram registradas nos sistemas consultados.

Respeitosamente,


POLLANA MENDES BARBOSA DUARTE
DCIM/CGPI/DIREX/DPF

E-MAIL Nº 18565/2010 - DPI/CGPCI/GAB/DG/DPF

Brasília, 30/07/2010

URGENTE

De: DPI/CGPCI/GAB/DG/DPF [dpi.interpol@dpf.gov.br]

Para: furquim.azf@dpf.gov.br

S/REF: s/ref

N/REF: IP/SEGOP/AR/DOC 308766

ASSUNTO: RE: solicitação de consulta - URGENTE

Prezado DPF Furquim,

Informamos que nada foi encontrado nos bancos de dados da OIPC/INTERPOL (I-24/7) para o nome de ESMAEIL GHAANI AKBARNEJAD ou ESMTPS GHAANI AKBARNEJAD ou ainda ESMTP GHAANI, ou para o passaporte nº D9003033.

Atenciosamente,

ANDRÉ RUZZIChefe do SELOG - Substituto
INTERPOL/GAB/DG/DPF

E-MAIL Nº 18641/2010 - GAB-CGPCI/GAB/DG/DPF

Brasília, 30/07/2010

URGENTE

De: GAB-CGPCI/GAB/DG/DPF [gab.interpol@dpf.gov.br]

Para: furquim.azf@dpf.gov.br

S/REF: s/ref

N/REF: IP/GAB/RRR/DOC 308766

ASSUNTO: pesquisa nos bancos de dados da OIPC/INTERPOL (I-24/7).

Conforme contato por telefone, encaminho as pesquisas efetuadas em nome do estrangeiro nos bancos de dados da OIPC/INTERPOL (I-24/7).

Atenciosamente,

ROBERTO RUBEM RIBEIRODelegado de Polícia Federal - Classe Especial
Delegado de Polícia Federal - Classe Especial

Usuário: lruzz@br
 Dirección OCH: suporte0247@dpf.gov.br
 Oficinas: BR
 Idiomas: es
 Líneas (máximo): 20

Inicio | Imprimir

Resultados de las búsquedas

Person: Sus criterios de búsqueda
 son: /NAME=AKBARNEJAD/FORENAME=ESMAEIL/

Individuos	Negativo	Más informaciones
Documentos de viaje, de identidad	No buscado	Más informaciones
Vehículos	No buscado	Más informaciones
Documentos administrativos	No buscado	Más informaciones
Atrás		

Person: Sus criterios de búsqueda
 son: /NAME=GHAANI/FORENAME=ESMAEIL/

Individuos	Negativo	Más informaciones
Documentos de viaje, de identidad	No buscado	Más informaciones
Vehículos	No buscado	Más informaciones
Documentos administrativos	No buscado	Más informaciones
Atrás		

Person: Sus critérios de búsqueda
 son: /NAME=AKBARNEJAD/FORENAME=ESMAEIL GHAANI/

Individuos	Negativo	Más información
Documentos de viaje, de identidad	No buscado	Más información
Vehículos	No buscado	Más información
Documentos administrativos	No buscado	Más información
Atrás		

Person: Sus critérios de búsqueda son: /NAME=AKBARNEJAD/

Individuos	Negativo	Más información
Documentos de viaje, de identidad	No buscado	Más información
Vehículos	No buscado	Más información
Documentos administrativos	No buscado	Más información
Atrás		

Usuario:
a.ruzzi.br
Oficina: BR
Idioma: es

Dirección OCN: suparte1247@dpf.gov.br
Líneas (máximo): 20

Inicio | Imprimir

Resultados de las búsquedas

Person: Sus criterios de búsqueda
son: /NAME=AKBARNEJAD/DOB=1957/

Individuos	Negativo	Más información
Documentos de viaje, de identidad	No buscado	Más información
Vehículos	No buscado	Más información
Documentos administrativos	No buscado	Más información
Atrás		

Usuario:
a.ruzzi.br
Oficina: BR
Idioma: es

Dirección
OCN: suparte1247@dpf.gov.br
Líneas (máximo): 20

Inicio | Resultados
Imprimir | Exportar

Informe sobre individuos

Sus criterios de búsqueda son: /NAME=GHAANI/DOB=1957/

Número total de respuestas correspondientes a los criterios de búsqueda: 13

Número total de páginas en consulta: 1

Expediente Nº (aaaa/-..)	Apellidos	Nombre	Nacido el (aaaa-mm-dd)
2006/22241	ABDEL GHANI	ALI	1935-02-25
2009/21564	ABDEL GHANI	ATALLAH	1973-06-01
1999/40778	ABDUL GHANI	FIKRIYYA	1959-05-15
2008/17900	ABDUL GHANI	MOHAMMAD	1945-01-01
2004/17631	GANIS	GEORGIUS	1958-07-25
2005/45393	GHANY	ADIL	1969-09-03
2007/35573	ABDELAAL	WAEI	1972-04-04
2009/3710	AL MUKHLAFI	SALEH	1983-06-21
2008/17978	AHMAD AL JALAHMAH	JABER ABDALLAH JABER	1959-09-24
2005/57300	GAZALI	MOHAMMED	1969-04-15
2003/3000	UMAR		
2009/3527	DOST	ABDUL GHANI	1970-01-11
1997/23213	EL HELOU	ZAKI	1943-03-13
Página anterior Página siguiente			

Usuario: a.ruiz@br
 Dirección: OCN: suportel247@dpf.gov.br
 Oficina: BR Líneas (máximo): 20
 Idioma: es

Inicio : Resultados :
 Imprimir : Exportar

Informe sobre individuos

Sus criterios de búsqueda son: /NAME=GHAANI/DOB=19570808/

Número total de respuestas correspondientes a los criterios de búsqueda 13

Número total de páginas en consulta: 1

Expediente Nº (aaaa/...)	Apellidos	Nombre	Nacido el (aaaa-mm-dd)
2006/22241	ABDEL GHANI	ALI	1935-02-25
2009/21564	ABDEL GHANI	JATALLAH	1973-06-01
1999/40778	ABDEL GHANI	FIKRIYYA	1959-05-15
2008/17900	ABDUL GHANI	MOHAMMAD	1945-01-01
2004/17031	GANIS	GEORGIUS	1958-07-25
2005/45393	GHANY	ADIL	1969-09-03
2007/35573	ABDELAAL	WAEI	1972-04-04
2009/3710	AL MUKHLAFI	SALEH	1983-06-21
2006/17978	AHMAD AL JALAHMAH	JABER ABDALLAH JABER	1959-09-24
2005/57300	GAZALI	MOHAMMED	1969-04-15
2003/3000	UMAR		
2009/3527	DOST	ABDUL GHANI	1970-01-11
1997/23213	EL HELOU	ZAKI	1943-03-13
Página anterior Página siguiente			

Usuario: a.ruiz@br
 Dirección: OCN: suportel247@dpf.gov.br
 Oficina: BR Líneas (máximo): 20
 Idioma: es

Inicio : Imprimir

Resultados de las búsquedas

Person: Sus criterios de búsqueda
 son: /NAME=GHAANI/FORENAME=ESM%/

Individuos	Negativo	Más información
Documentos de viaje, de identidad	No buscado	Más información
Vehículos	No buscado	Más información
Documentos administrativos	No buscado	Más información
Atrás		

Usuário:
a.ruzzi@br
Oficina: BR
Idioma: es

Dirección OCN: supertel247@dpf.gov.br
Líneas (máximo): 20

Inicio | Imprimir

Resultados de las búsquedas

Person: Sus criterios de búsqueda son: /IDENTITY=D9003033/

Id Doc: Sus criterios de búsqueda son: /DIN=D9003033/

Individuos	Negativo	Más informaciones
Documentos de viaje, de identidad	Negativo	Más informaciones
Vehículos	No buscado	Más informaciones
Documentos administrativos	No buscado	Más informaciones
Atrás		

Usuário:
a.ruzzi@br
Oficina: BR
Idioma: es

Dirección OCN: supertel247@dpf.gov.br
Líneas (máximo): 20

Inicio | Imprimir

Resultados de las búsquedas

Person: Sus criterios de búsqueda son: /NAME=AKBARNEJAD/FORENAME=ESMAILS/

Individuos	Negativo	Más informaciones
Documentos de viaje, de identidad	No buscado	Más informaciones
Vehículos	No buscado	Más informaciones
Documentos administrativos	No buscado	Más informaciones
Atrás		

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

Bloco-PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
PPS - Itamar Franco**

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amelia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

Bloco-PT - João Pedro* (S)
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PT - Gleisi Hoffmann**
Bloco-PMDB - Roberto Requião**

Acre

Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Marisa Serrano*
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 226, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito e outros Senadores, composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, lido em 16.3.2011)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

Leitura: 16/03/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,6)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
Waldemir Moka (PMDB-MS)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽³⁾	

Notas:

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NO ACRE E DEMAIS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, in loco, no prazo de 15 dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, tendo como signatários os Senadores Jorge Viana e Aníbal Diniz, aprovado em 03.03.2011)

Número de membros: 5

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽³⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(4,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)
3. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
4. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)
5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de 90 dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Jorge Viana, aprovado em 17.3.2011)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁵⁾

Instalação: 04/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,6)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁷⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)
2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)
3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)
4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)
5. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
6. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
7. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4) REALIZAR VISITA IN LOCO À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, in loco, à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Lindbergh Farias, aprovado em 22.03.2011)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽²⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, Anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
Senador Itamar Franco (PPS)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amelia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. José Pimentel (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Pedro Taques (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amelia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁾
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Gleisi Hoffmann (PT)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. João Pedro (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amelia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
(1)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amelia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.

2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.

3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amelia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).

2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amelia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amelia Vice-Presidente deste Colegiado.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Anibal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁸⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. João Ribeiro (PR) ⁽²⁰⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(3,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(2,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Mário Couto (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
8. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽²⁾

TITULARES	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Eduardo Suplicy (PT)	
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	
Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT)
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁷⁾	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amelia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁴⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfê Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 5. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
João Pedro (PT)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
João Pedro (PT)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3303-3935
Fax: 3303-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
João Pedro (PT)	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. João Pedro (PT)
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁹⁾
VAGO ⁽²⁾	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁸⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽³⁾	1.
⁽¹⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 045/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB)

6. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

8. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

9. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES

SUPLENTES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)

Angela Portela (PT)

1. Marta Suplicy (PT)

Lídice da Mata (PSB)

2. Ana Rita (PT)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Sérgio Petecão (PMN)

1. Eunício Oliveira (PMDB)

VAGO (1)

2.

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Demóstenes Torres (DEM) (1)

1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 29/2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar a execução da regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
João Pedro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amelia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amelia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT)	4. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amelia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Mário Couto (PSDB) ⁽²⁾	3. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. João Pedro (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. João Pedro (PT)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amelia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Gleisi Hoffmann (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
João Pedro (PT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amelia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁷⁾
PTB	
⁽¹⁾	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

**. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
7. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁾
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF.nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTE	
PMDB			
Lobão Filho (MA)		1.	
João Alberto Souza (MA)		2. Wilson Santiago (PB)	
Renan Calheiros (AL)		3. Valdir Raupp (RO)	
Romero Jucá (RR)		4. Eunício Oliveira (CE)	
PT			
Humberto Costa (PE)		1. Anibal Diniz (AC)	
Wellington Dias (PI)		2. Walter Pinheiro (BA)	
José Pimentel (CE)		3. Angela Portela (RR)	
PSDB			
Mário Couto (PA)		1. Paulo Bauer (SC)	
Cyro Miranda (GO)		2. Marisa Serrano (MS)	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
DEM			
Jayme Campos (MT)		1. Maria do Carmo Alves (SE)	
PR			
Vicentinho Alves (TO)		1.	
PP			
Ciro Nogueira (PI)		1.	
PDT			
Acir Gurgacz (RO)		1.	
PSB			
Antonio Carlos Valadares (SE)		1.	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ⁽⁶⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁴⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁵⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽¹⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽²⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 24/02/2011

Notas:

1. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
2. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽¹⁰⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ivo Cassol (RO) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁵⁾

Atualização: 03/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 12/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁶⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amelia (RS) ⁽⁷⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽²⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁵⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽³⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁴⁾

Atualização: 13/04/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS
PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocência Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 24-3-2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante das empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
(Resolução nº 01, de 2007-CN)

Número de membros: 9 Senadores e 9 Deputados

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho
Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878
Fax: (61) 3216-6880
E-mail: cpmc@camara.gov.br
Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

Senado Federal

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Mário Couto (PSDB/PA)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Fernando Collor (PTB/AL)

Câmara dos Deputados

Líder da Maioria	
Líder da Minoria	Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)

(Atualizada em 3.5.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN



Edição de hoje: 180 páginas

OS: 11833/2011